

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR
N.º 476, DE 2024
(Do Poder Executivo)
MSC 772/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.583, de 13 de maio de 2022, que renova a permissão outorgada à Rádio Pampeana Ltda, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD) PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR) REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 - CF)

MENSAGEM Nº 772

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 5.583, de 13 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 7 de julho de 2022, que renova, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à Rádio Pampeana Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 7 de julho de 2024.

EM nº 00754/2023 MCOM

Brasília, 18 de Dezembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.020217/2020-17, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3876/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5583, de 13 de maio de 2022, publicada em 7 de julho de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA. (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), nos termos da Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada em 8 de maio de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 4.203, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.005154/2014-14, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 11443/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00506/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 2 de outubro de 2012, a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA ATUAL LTDA (CNPJ nº 62.639.042/0001-24), nos termos da Portaria nº 3.053, de 20 de dezembro de 2002, publicada em 31 de dezembro de 2002, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Paulo/SP.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 5.467, DE 3 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 27 de junho de 2022, publicado no DOU de 27 de junho de 2022, Edição Extra A, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.019377/2014-69, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4.511/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00258/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 18 de janeiro de 2015, a permissão outorgada à REDE CURITIBANA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 78.461.241/0001-25), nos termos da Portaria nº 11, datada em 17 de janeiro de 1985, publicada em 18 de janeiro de 1985, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Araucária, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.485, DE 4 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 27 de junho de 2022, publicado no DOU de 27 de junho de 2022, Edição Extra A, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em acolhimento ao PARECER Nº 00255/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Declarar a nulidade da Portaria nº 153, de 4 de junho de 2003, publicada no DOU em 9 de abril de 2013, que outorgou à licitante RÁDIO E TV SUCESSO LTDA. permissão para execução de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Varzelândia, no estado de Minas Gerais, em decorrência da prevalência do Despacho Ministerial publicado em 11 de abril de 2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.526, DE 5 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 27 de junho de 2022, publicado no DOU de 27 de junho de 2022, Edição Extra A, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.038512/2012-57, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4.673/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00266/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de janeiro de 2013, a permissão outorgada à HERRERA GRILLO RÁDIO DIFUSÃO S/S LTDA (CNPJ nº 01.776.557/0001-81), nos termos da Portaria nº 155, datada em 27 de março de 2001, publicada em 29 de março de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 233, de 2002, publicado em 4 de novembro de 2002, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Sarutaiá, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.555, DE 11 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 27 de junho de 2022, publicado no DOU de 27 de junho de 2022, Edição Extra A, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.007074/2021-89, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3.602/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00281/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 13 de agosto de 2021, a permissão outorgada à RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA (CNPJ nº 01.105.531/0001-01), nos termos da Portaria nº 269, de 4 de dezembro de 1988, publicada em 8 de dezembro de 1998, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 176, de 2001, publicado em 7 de junho de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Sacramento, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.556, DE 11 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 27 de junho de 2022, publicado no DOU de 27 de junho de 2022, Edição Extra A, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.016739/2013-22, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4.627/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00280/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de julho de 2013, a permissão outorgada à TELECOMUNICAÇÕES FORMOSO LTDA (CNPJ nº 03.798.580/0001-00), nos termos da Portaria nº 446, datada em 7 de agosto de 2001, publicada em 15 de agosto de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 421, de 2002, publicado em 18 de dezembro de 2002, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Montividiu, estado de Goiás.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.579, DE 13 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 27 de junho de 2022, publicado no DOU de 27 de junho de 2022, Edição Extra A, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.019982/2014-30, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4.249/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00288/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 23 de março de 2015, a permissão outorgada à EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ nº 03.820.753/0001-31), nos termos da Portaria nº 1.059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado em 24 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mineiros de Tietê, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.580, DE 13 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 27 de junho de 2022, publicado no DOU de 27 de junho de 2022, Edição Extra A, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90, inciso I, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.011278/2017-80, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2.998/2022/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 6.281/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00241/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Difusora Natureza FM Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.095.038/0001-10, por meio da Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada no dia 1º de junho de 2007, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado em 10 de setembro de 2009, para a Dassi Comunicações Ltda, inscrita no CNPJ nº 04.244.886/0001-70, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406453845, no município de Iacri, estado de São Paulo.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR - R\$
Joice Cristina Dessy	1.000	1.000,00
Alessandro Dessy	1.000	1.000,00
TOTAL	2.000	2.000,00

NOME	CARGO
Joice Cristina Dessy	Sócia administradora
Alessandro Dessy	Sócio administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.583, DE 13 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 27 de junho de 2022, publicado no DOU de 27 de junho de 2022, Edição Extra A, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.020217/2020-17, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3.876/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), nos termos da Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada em 8 de maio de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Uruguiana, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1182/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.333, de 3 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 30 de agosto de 2022, que renova, a partir de 9 de março de 2014, a concessão outorgada à Rádio Difusora Torre Forte Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritama, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 18/09/2024, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6079321** e o código CRC **65B6F525** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:		RÁDIO PAMPEANA LTDA.	
CNPJ:	89.384.176/0001-06	CEP da sede:	97.510-540
Endereço da sede:		RUA SANTANA, 2499/501 – CENTRO – URUGUAIANA/RS	
E-mail de contato:		paulo@radio96.com	
Serviço a ser renovado:		(X) Radiodifusão sonora	(X) em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais
		() Radiodifusão de sons e imagens	
Período da renovação:		08/05/2020 A 08/05/2030	
Localidade da renovação:		URUGUAIANA	UF: RS

Eu, PAULO ANTÔNIO MENDEZ SANT'ANA, inscrito no CPF sob o nº 188.226.900-44, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.

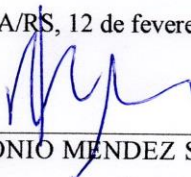
(d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

(e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

(f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

URUGUAIANA/RS, 12 de fevereiro de 2020.



PAULO ANTÔNIO MENDEZ SANT'ANA

Paulo Sant'Ana
Diretor - 96FM

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
RELATIVOS À PESSOA JURÍDICA	<p>(a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;</p> <p>(b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p> <p>(c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;</p> <p>(d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(e) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;</p> <p>(g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;</p> <p>(i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e</p> <p>(j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.</p>

CONTRATO SOCIAL

Que, fazem entre si, PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA, brasileiro, radialista, casado, com C.I. 647.859 e CPF.188226900/44, residente e domiciliado nesta cidade à Av. Pres. Vargas, 2453 aptº 204, AMAURY ANTONIO CAMARGO DORNELLES, brasileiro, Bel. em Ciências Contábeis, casado, com C.I. 1012524623 e CPF 039625470/53, residente e domiciliado nesta cidade à rua: Santana, 3264, JOSÉ MAGNO RIESINGER TRAMUNT, brasileiro, médico, casado, com C.I. 6004291396 e CPF 176710350/68, residente e domiciliado nesta cidade à rua: 13 de Maio, 1893 - aptº 11, ASTOR SÉRGIO CAMPOS RIESINGER, brasileiro, médico, casado, com C.I. 456.407 e CPF.141540720/72, residente e domiciliado nesta cidade à rua: Domingos de Almeida, 1890 aptº 24, FRANCISCO DE ASSIS PINTO BERMUDEZ, brasileiro, - casado, advogado, com C.I. 1007705674 e CPF.250254690/91, residente e domiciliado nesta cidade à rua: Monte Caseros, 2497, e ROQUE DANIEL PINTO BERMUDEZ, - brasileiro, casado, advogado, com C.I. 4005204575 e CPF.059704820/72, residente e domiciliado nesta cidade à Av. Duque de Caxias, 2737, resolvem de comum acordo constituirem uma sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, regulando-se a mesma pelas cláusulas e condições seguintes:

I

DENOMINAÇÃO SOCIAL:

Que, a sociedade girará sob a denominação social de "RÁDIO PANPEANA LTDA."

II

FINS SOCIAIS:

Que, o objetivo social será de RÁDIO DIFUSÃO EM FREQUENCIA MODULADA.

III

SEDE DA SOCIEDADE:

Que, a presente sociedade terá como sede à rua: Santana, 3264 em Uruguaiana-Rs. .

IV

CAPITAL SOCIAL :

Que, o Capital Social será de Cr\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros), integralizado em moeda corrente nacional, sendo 50 % no ato do início das atividades e os outros 50 % dentro do primeiro exercício financeiro, e, - distribuídos entre os sócios da seguinte forma:

a)	PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA	Cr\$ 50.000,00
b)	AMAURY ANTONIO CAMARGO DORNELLES	Cr\$ 50.000,00
c)	JOSÉ MAGNO RIESINGER TRAMUNT	Cr\$ 50.000,00
d)	ASTOR SÉRGIO CAMPOS RIESINGER	Cr\$ 50.000,00
e)	FRANCISCO DE ASSIS PINTO BERMUDEZ	Cr\$ 50.000,00
f)	ROQUE DANIEL PINTO BERMUDEZ	Cr\$ 50.000,00 ... Cr\$ 300.000,00

Paulo Antonio Mendez Sant'Ana

Amaury Antonio Camargo Dornelles

Astor Sérgio Campos Riesinger

(Continuação do Contrato Social da sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, com a Denominação Social de "RÁDIO PAMPEANA LTDA.")

FI - 02

V

DA RESPONSABILIDADE :

Que, a responsabilidade dos sócios será limitada ao valor total do Capital Social .

VI

PRASO DA SOCIEDADE:

Que, o prazo de duração da presente sociedade será por tempo indeterminado.

VII

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE :

Que, a gerência e administração da presente sociedade será exercida pelo sócio PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA, ficando proibido o uso dela em fianças, abonos, endossos de favores ou em quaisquer negócios alheios ao objeto da sociedade.

PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA, assinará:

RÁDIO PAMPEANA LTDA.

VIII

INÍCIO DAS ATIVIDADES:

Que, o presente contrato social entrará em vigor em data de 29 de maio de 1.978 .

IX

ÉPOCA DO BALANÇO :

Que, anualmente em 31 de maio de cada exercício, será levantado os Balanço de Resultados e Balanço de Origem e Aplicações de Capitais, quando os lucros ou prejuízos apurados, serão na proporção das quotas dos sócios, distribuídos, suportados ou levados para a conta de Lucros em Suspensão.

X

RETIRADA DE SÓCIO:

Que, em caso de um dos sócios queira retirar-se da presente sociedade deverá cientificar a mesma, por escrito e com antecedência mínima de noventa dias .

XI

FALECIMENTO DE SÓCIO:

Que, em caso de um dos sócios venha a falecer, a sociedade não será dissolvida e o sócio falecido poderá ser substituído por seus legítimos herdeiros, mediante a concordância dos demais sócios.

XII

INDENIZAÇÃO E APURAÇÃO POR QUOTAS:

Que, em caso de falecimento ou retirada de um dos sócios, os seus haveres serão apurados e pagos da seguinte forma:

- a) Se a retirada ou falecimento ocorrer até seis meses após o último Balanço será tomado este por base.
- b) Se a retirada ou falecimento ocorrer após seis meses do último Balanço, far-se-á novo Balanço.
- c) A indenização de quotas subscrita e Lucros apurados, lhe serão pagos em seis meses, em prestações mensais iguais e sucessivas, vencendo a primeira em trinta dias após sua retirada ou falecimento.

Paulo Antonio Mendez Sant'Ana

Amaury Antonio Camargo Dornelles

(Continuação do Contrato Social da sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, com a Denominação Social de "RÁDIO PAMPEANA LTDA.")

F1 - 03

XIII

DAS QUOTAS:

Que, as quotas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual ter prévia autorização do Poder Concedente.

XIV

DO ACÓRDO ENTRE OS SÓCIOS:

- 1º - Que, o Capital Social, na sua totalidade, pertencerá sempre a brasileiros natos.
- 2º - Que, o quadro do pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.
- 3º - Que, a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberá somente a brasileiros natos.
- 4º - Que, as quotas representativas do Capital Social são inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros, brasileiros naturalizados ou pessoas jurídicas.
- 5º - Que, a empresa não efetuará nenhuma Alteração do seu Instrumento Social sem prévia autorização dos órgãos competentes.
- 6º - Que, as quotas representativas do Capital Social serão sempre nominativas.

XV

ELEIÇÃO DE FÔRO:

Que, os casos omissos ou dúvidas que surgirem na vigência do presente contrato, serão dirimidas na forma da Legislação Comercial em vigor, ficando eleito o fôro de Uruguaiana-Rs. .

E, por assim estarem justos e contratados assinam o presente instrumento de Contrato Social, em cinco vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Uruguaiana-Rs., 11 de maio de 1.978.-

Paulo Antonio Mendez Sant'Ana

Amadeu Antonio Camargo Dornelles

Jose Magno Riesinger Tramunt

Astor Sergio Campos Riesinger

Francisco de Assis Pinto Bermudez

Roque Daniel Pinto Bermudez

Testemunhas:

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA AS FIRMAS SUPRA DE JOSE MAURICIO BRACCINI; ELY LEONETTI; PAULO / ANTONIO MENDEZ SANT'ANA; JOSE MAGNO RIESINGER / GER TRAMUNT; FRANCISCO DE ASSIS PINTO BERMUDEZ; AMADEU ANTONIO CAMARGO DORNELLES; ASTOR / SERGIO RIESINGER, digo, ASTOR SERGIO CAMPOS / RIESINGER; POR SEMELHANÇA CONFORME AS FIRMAS / REITAS NO ARQUIVO DESTA CARTÓRIO. -- POR EL --

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL

De acordo com o disposto no artigo 78, inciso no Decreto Federal nº 1800/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original está arquivado nesta Junta Comercial sob o

nº 432.000-18738 em 14/12/18.

Certifico que até a data presente:

- ☒ existe (m) atos(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial.
☐ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial.
☐ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial.

Sandra Maria Gonçalves Gomez Machado
Servidor Designado
D: 1751581

29 ABR 2015

JUCERGS

JUCERGS

ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA, BRASILEIRO, MAIOR, CASADO, RADIALISTA, CPF 188226900-44, RESIDENTE E DOMICILIADO EM URUGUAIANA-RS, À AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 2453, APTO. 204; AMAURY ANTONIO CAMARGO DORNELLES, BRASILEIRO, MAIOR, CASADO, BEL. EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, CPF Nº 039625470-53, RESIDENTE E DOMICILIADO EM URUGUAIANA-RS, À RUA SANTANA, Nº 3264; JOSÉ MAGNO RIESINGER TRAMUNT, BRASILEIRO, MAIOR, CASADO, MÉDICO, CPF 176710350-68, RESIDENTE E DOMICILIADO EM URUGUAIANA-RS, À RUA 13 DE MAIO, Nº 1893, APTO. 11; ASTOR SÉRGIO CAMPOS RIESINGER, BRASILEIRO, MAIOR, CASADO, MÉDICO, CPF 141540720-72, RESIDENTE E DOMICILIADO EM URUGUAIANA-RS, À RUA DOMINGOS DE ALMEIDA, Nº 1890, APTO. 24; FRANCISCO DE ASSIS PINTO BERMUDEZ, BRASILEIRO, MAIOR, CASADO, ADVOGADO, CPF 240254690-91, DGO, 250254690-91, RESIDENTE E DOMICILIADO EM URUGUAIANA-RS, À RUA MONTE CASEROS, Nº 2497 E ROQUE DANIEL PINTO BERMUDEZ, BRASILEIRO, MAIOR, CASADO, ADVOGADO, CPF 059704820-72, RESIDENTE E DOMICILIADO EM URUGUAIANA-RS, À AV. DUQUE DE CAXIAS, Nº 2737, TODOS SÓCIOS COMPONENTES DA SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA QUE GIRA SOB A DENOMINAÇÃO SOCIAL DE "RÁDIO PAMPEANA LTDA.", COM SEDE À RUA SANTANA, Nº 3264, EM URUGUAIANA-RS, INSCRITA NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA SOB Nº 89 384 176/0001-06, COM CONTRATO SOCIAL ARQUIVADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO SOB Nº 432.000.487-38, EM 14/12/78, RESOLVEM, DE COMUM ACORDO E NA MELHOR FORMA DE DIREITO, ALTERAR O SEU INSTRUMENTO CONSTITUTIVO E O FAZEM DA SEGUINTE FORMA :

I - O CAPITAL SOCIAL É AUMENTADO NESTA DATA EM CR\$600.000,00 ... (SEISCENTOS MIL CRUZEIROS), CABENDO A CADA SÓCIO A IMPORTÂNCIA DE CR\$100.000,00 (CEM MIL CRUZEIROS), INTEGRALIZANDO 50% (CINQUENTA POR CENTO) CADA UM, NESTE ATO, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL E O SALDO DENTRO DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DESTA DATA;

II - EM DECORRÊNCIA DO AUMENTO HAVIDO, O CAPITAL SOCIAL PASSARÁ A SER DE CR\$900.000,00 (NOVECENTOS MIL CRUZEIROS), ACHANDO-SE INTEGRALIZADO EM 50% DO SEU MONTANTE E TENDO A SEGUINTE DISTRIBUIÇÃO ENTRE OS QUOTISTAS :

A) PAULO ANTÔNIO MENDEZ SANT'ANA	CR\$	150.000,00
B) AMAURY ANTÔNIO CAMARGO DORNELLES	CR\$	150.000,00
C) JOSÉ MAGNO RIESINGER TRAMUNT	CR\$	150.000,00
D) ASTOR SÉRGIO CAMPOS RIESINGER	CR\$	150.000,00
E) FRANCISCO DE ASSIS PINTO BERMUDEZ ..	CR\$	150.000,00
F) ROQUE DANIEL PINTO BERMUDEZ	CR\$	150.000,00
	CR\$	<u>900.000,00</u>

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE
"RÁDIO PANPEANA LTDA."
- CONTINUAÇÃO -

E, POR ASSIM ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, FIRMAM O PRESENTE INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL, EM 05 (CINCO) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS.

URUGUAIANA, 10 DE JUNHO DE 1979


PAULO ANTÔNIO MENDEZ SANT'ANA


AMAURY ANTÔNIO CAMARGO DORNELLE


JOSÉ NANGO RIESINGER TRAUN


ASTOR SÉRGIO CAMPOS RIESINGER


FRANCISCO DE ASSIS PINTO BERMUDEZ


ROQUE DANIEL PINTO BERMUDEZ

TESTEMUNHAS :

1. Ruth Etchevems.

2.



ESTO E SUA

ADENDO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Que, fazem entre si, PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA, brasileiro, casa do, radialista, portador do C.P.F. 188.226.900/44, residente e domiciliado nesta cidade à Av. Presidente Vargas, 2453, Aptº. 204 ; AMAURY ANTONIO CAMARGO DORNELLES, brasileiro, casado, Bel. em Ciências Contábeis, portador do C.P.F. 039.625.470/53, residente e domiciliado nesta cidade à rua: Santana, 3264 ; JOSÉ MAGNO RIESINGER TRAMUNT, brasileiro, casado, médico, portador do C.P.F. 176.710.350/68, residente e domiciliado nesta cidade à rua: 13 de maio, 1893, Aptº 11 ; ASTOR SÉRGIO CAMPOS RIESINGER, brasileiro, casado, médico, portador do C.P.F. - 141.540.720/72, residente e domiciliado nesta cidade à rua: Domingos de Almeida 1890, aptº 24 ; FRANCISCO DE ASSIS PINTO BERMUDEZ, brasileiro, casado, advogado, portador do C.P.F. 250.254.690/91, residente e domiciliado nesta cidade à rua: Monte Caseros, 2497 e ROQUE DANIEL PINTO BERMUDEZ, brasileiro, casado, advogado portador do C.P.F. 059.704.820/72, residente e domiciliado nesta cidade à Av. Duque de Caxias, 2737, sócios componentes da Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, que gira sob a Denominação Social de "RÁDIO PAMPEANA LTDA.", com sede à rua: Santana, 3264 em Uruguaiana-Rs., inscrita no C.G.C.M.F.N. sob nº 89.384.176/0001-06, com Contrato Social arquivado na MM. Junta Comercial-Rs sob nº 432.000.487-38, em secção de 14 de dezembro de 1.978, veem em Adendo a sua Alteração de Contrato Social, declarar o seguinte:

I

DO CAPITAL SOCIAL:

Que, a cláusula I de sua Alteração de Contrato Social passará a ter a seguinte redação:

" Que, o Capital Social de Cr\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros) passará para Cr\$ 900.000,00 (Novecentos mil cruzeiros), distribuído entre os sócios em partes iguais.

II

DA INTEGRALIZAÇÃO:

Que, a forma de integralização do aumento do Capital Social, será da seguinte forma:

- Que, 50% do valor aumentado é integralizado pelos sócios neste ato em moeda corrente nacional.
- Que, 50% do valor aumentado será integralizado pelos sócios, dentro do prazo de 12 meses, em moeda corrente nacional.

III

Que, permanecerão em vigor as demais cláusulas do registro primitivo e alteração, citados no preâmbulo do presente instrumento.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de Adendo de Alteração de Contrato Social, em cinco (05) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Uruguaiana-Rs., 24 de julho de 1.979.-

Paulo Antonio Mendez Sant'Ana.-

Amaury Antonio Camargo Dornelles.-

José Magno Riesinger Tramunt.-

Astor Sérgio Campos Riesinger.-

Francisco de Assis Pinto Bermudez.-

Roque Daniel Pinto Bermudez.-

TESTEMUNHAS:

(JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL)



JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL

De acordo com o disposto no artigo 78, inciso no Decreto Federal nº 1800/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original está arquivado nesta Junta Comercial sob o

nº 93100037035 em 9/8/19

Certifico que até a data presente:

☒ existe (m) atos(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial.

☐ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial.

☐ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial.

Sandra Maria Gonçalves Gomez Machado

S. Vigor Designado

2: 1751561

29 ABR 2015

JICERGS

JICERGS

DEFERIDO

EM 25/3/83

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

PAULO ANTÔNIO MENDEZ SANT'ANA, BRASILEIRO, CASADO, RADICALISTA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 6024019306, EXPEDIDA PELA SSP/RS, EM 27/04/81, INSCRITO NO CPF-MF SOB Nº 188226900-44, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTA CIDADE, À RUA DOMINGOS DE ALMEIDA, Nº 1673, APTO. 107; AMAURY ANTONIO CAMARGO DORNELLES, BRASILEIRO, CASADO, BEL. EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 1012524623, EXPEDIDA PELO SSP/RS EM 01/03/78, INSCRITO NO CPF-MF SOB Nº 039625470-53, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTA CIDADE, À AV. FLORES DA CUNHA, Nº 1877; JOSÉ MAGNO RIESINGER TRAMUNT, BRASILEIRO, CASADO, MÉDICO, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 6004291396, EXPEDIDA PELA SSP/RS EM 09/12/75, INSCRITO NO CPF-MF SOB Nº 176710350-68, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTA CIDADE, À RUA MONTE CASEROS, Nº 2278; ASTOR SÉRGIO CAMPOS RIESINGER, BRASILEIRO, CASADO, MÉDICO, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 1022935066, EXPEDIDA PELA SSP/RS, EM 11/03/81, INSCRITO NO CPF-MF SOB Nº 141540720-72, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTA CIDADE, À RUA BENTO MARTINS, Nº 2109; FRANCISCO DE ASSIS PINTO BERMUDEZ, BRASILEIRO, CASADO, ADVOGADO, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 1007705674, EXPEDIDA PELA SSP/RS EM 19/10/76, INSCRITO NO CPF-MF SOB Nº 250254290-91, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTA CIDADE, À RUA MONTE CASEROS, Nº 2497 E ROQUE DANIEL PINTO BERMUDEZ, BRASILEIRO, CASADO, ADVOGADO, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 4005204575, EXPEDIDA PELA SSP/RS EM 30/01/76, INSCRITO NO CPF-MF SOB Nº 059704820-72, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTA CIDADE, À RUA SANTANA, 2717, APTO. 1003, TODOS SÓCIOS COMPONENTES DA SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, QUE GIRA SOB A DENOMINAÇÃO SOCIAL DE "RÁDIO PAMPEANA LTDA.", COM SEDE NESTA CIDADE, À RUA SANTANA, Nº 3264, INSCRITA NO CGC-MF SOB Nº 89.384.176/0001-06, COM CONTRATO SOCIAL ARQUIVADO NA JUNTA COMERCIAL DESTE ESTADO, SOB Nº 432 000 487 38, EM 14/12/78 E ALTERAÇÃO POSTERIOR, EM 09/08/79, SOB Nº 437 000 320-35, RESOLVEM, DE COMUM ACORDO E NA MELHOR FORMA DE DIREITO, ALTERAR AQUELE INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO E ALTERAÇÃO POSTERIOR, DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

I - O CAPITAL SOCIAL PASSA A SER REPRESENTADO POR QUOTAS DE VALOR NOMINAL DE CR\$500,00 (QUINHENTOS CRUZEIROS) CADA UMA;

II - O SÓCIO JOSÉ MAGNO RIESINGER TRAMUNT, LEGÍTIMO POSSUIDOR DE 300 QUOTAS, NO VALOR DE CR\$150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL CRUZEIROS), SE RETIRA DA SOCIEDADE NESTA DATA, CEDENDO E TRANSFERINDO AO SÓCIO PAULO ANTÔNIO MENDEZ SANT'ANA, SUAS QUOTAS SOCIAIS, PELO PREÇO TOTAL, CERTO E AJUSTADO DE CR\$414.000,00 (QUATROCENTOS E CATORZE MIL CRUZEIROS), NAS CONDIÇÕES QUE AJUSTAREM ENTRE SI;

II.1 - O SÓCIO RETIRANTE DÁ À SOCIEDADE PLENA, GERAL E IRREVOCÁVEL QUITAÇÃO DOS SEUS DIREITOS E HAVERES ORIGINADOS DE SUA PARTICIPAÇÃO ORA EXTINTA;

III - O SÓCIO FRANCISCO DE ASSIS PINTO BERMUDEZ, SUBSCRITOR DE 300 QUOTAS, NO VALOR DE CR\$150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL CRUZEIROS), DAS QUAIS INTEGRALIZOU 50% (CINQUENTA POR CENTO), CEDE E TRANSFERE AOS QUOTISTAS ABAIXO, SEM PREÇO, O VALOR DAS QUOTAS NÃO-INTegralizadas, QUE SERÃO POR ESTES INTEGRALIZADAS EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DENTRO DE 30 DIAS DESTA DATA:

A. AO SÓCIO PAULO ANTÔNIO MENDEZ SANT'ANA, 16 QUOTAS, NO VALOR DE	CR\$ 8.000,00
B. AO SÓCIO AMAURY ANTÔNIO CAMARGO DORNELLES, 16 QUOTAS, NO VALOR DE	CR\$ 8.000,00
C. AO SÓCIO ASTOR SÉRGIO CAMPOS RIESINGER, 59 QUOTAS, NO VALOR DE	CR\$ 29.500,00
D. AO SÓCIO ROQUE DANIEL PINTO BERMUDEZ, 59 QUOTAS, NO VALOR DE	CR\$ 29.500,00
	<u>75.000,00,</u>

E, PARTE DE SUAS QUOTAS INTEGRALIZADAS AOS QUOTISTAS ABAIXO, PELO SEU VALOR ORIGINAL:

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE
RÁDIO PAMPEANA LTDA.

-CONTINUAÇÃO :

E. AO SÓCIO PAULO ANTÔNIO MENDEZ SANT'ANA, 43 QUOTAS, NO VALOR DE	CR\$ 21.360,00
F. AO SÓCIO AMAURY ANTÔNIO CAMARGO DORNELLES, 43 QUOTAS, NO VALOR DE	CR\$ 21.500,00
TOTAL DAS QUOTAS CEDIDAS	CR\$ 118.000,00

III.1 - O SÓCIO FRANCISCO DE ASSIS PINTO BERMUDEZ DÁ À SOCIEDADE PLENA, GERAL E IRREVOCÁVEL QUITAÇÃO QUANTO AOS SEUS DIREITOS E HAVERES ORIGINADOS DAS QUOTAS INTEGRALIZADAS ORA CEDIDAS;

IV - O CAPITAL SOCIAL É AUMENTADO NESTA DATA PARA CR\$5.000.000,00 (CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS), COM A UTILIZAÇÃO DOS SEGUINTE RECURSOS:

A. PELA INCORPORAÇÃO PARCIAL DO SALDO DA CONTA "LUCROS ACUMULADOS"	CR\$ 1.030.200,41
B. PELA INCORPORAÇÃO DO SALDO DA CONTA "RESERVA DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL", ORIGINADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL REALIZADO, CALCULADA NOS TERMOS DO DEC. LEI Nº 1.598/77 E LEGISLAÇÃO SUPERVENIENTE	CR\$ 1.867.799,59
C. PELA SUBSCRIÇÃO DOS SEGUINTE SÓCIOS, A SER INTEGRALIZADA EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DENTRO DE 30 DIAS DESTA DATA :	
1. PAULO ANTÔNIO MENDEZ SANT'ANA - SUBSCREVE 997 QUOTAS, NO VALOR DE	CR\$ 498.500,00
2. AMAURY ANTÔNIO CAMARGO DORNELLES - SUBSCREVE 469 QUOTAS, NO VALOR DE	CR\$ 234.500,00
3. ASTOR SÉRGIO CAMPOS RIESINGER - SUBSCREVE 469 QUOTAS, NO VALOR DE	CR\$ 234.500,00
4. ROQUE DANIEL PINTO BERMUDEZ - SUBSCREVE 469 QUOTAS, NO VALOR DE	CR\$ 234.500,00
TOTAL DO AUMENTO PROCEDIDO	CR\$ 4.100.000,00

V - EM DECORRÊNCIA DAS ALTERAÇÕES HAVIDAS, A CLÁUSULA RELATIVA AO CAPITAL SOCIAL PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO :

"O CAPITAL SOCIAL É DE CR\$5.000.000,00 (CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS), DIVIDIDO EM 10.000 QUOTAS DE CR\$500,00, TENDO A SEGUINTE DISTRIBUIÇÃO ENTRE OS QUOTISTAS :

A. PAULO ANTÔNIO MENDEZ SANT'ANA, COM 3.940 QUOTAS, NO VALOR TOTAL DE	CR\$ 1.970.000,00
B. AMAURY ANTÔNIO CAMARGO DORNELLES, COM 1.969 QUOTAS, NO VALOR TOTAL DE	CR\$ 984.500,00
C. ASTOR SÉRGIO CAMPOS RIESINGER, COM 1.969 QUOTAS, NO VALOR TOTAL DE	CR\$ 984.500,00
D. ROQUE DANIEL PINTO BERMUDEZ, COM 1.969 QUOTAS, NO VALOR TOTAL DE	CR\$ 984.500,00
E. FRANCISCO DE ASSIS PINTO BERMUDEZ, COM 153 QUOTAS, NO VALOR TOTAL DE	CR\$ 76.500,00
	CR\$ 5.000.000,00

V.1 - A RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS LIMITA-SE À TOTALIDADE DO CAPITAL SOCIAL;

-SEGUIE-

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE
RADIO PANPEANA LTDA.

-CONTINUAÇÃO :

- VI - O ENDEREÇO DA SEDE DA EMPRESA PASSA A SER A RUA SANTANA, Nº 2717, EM URUGUAIANA - RS;
- VII - OS SÓCIOS PODERÃO REALIZAR UMA RETIRADA MENSAL, A TÍTULO DE REMUNERAÇÃO "PRO-LABORE", CUJO VALOR SERÁ ESTIPULADO PELO CONSENSO UNÂNIME DOS MESMOS, LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO, PARA SUA FIXAÇÃO, O TRABALHO EXERCIDO E AS CONDIÇÕES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE;
- VIII - A SOCIEDADE PASSARÁ A ENCERRAR O SEU BALANÇO GERAL NO MÊS DE DEZEMBRO DE CADA ANO, SENDO OS LUCROS OU PREJUÍZOS ENTÃO APURADOS, DISTRIBUÍDOS OU SUPOSTADOS PELOS SÓCIOS, NA PROPORÇÃO DE SUAS QUOTAS SOCIAIS, OU MANTIDOS PENDENTES PARA OPORTUNA DESTINAÇÃO; O EXERCÍCIO SOCIAL COINCIDIRÁ COM O ANO CIVIL;
- IX - PERMANECEM EM VIGOR AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL E ALTERAÇÃO POSTERIOR, NÃO MODIFICADAS PELO PRESENTE INSTRUMENTO;

PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA, AMAURY ANTONIO CAMARGO DORNELLES, ASTOR SÉRGIO CAMPOS RIESINGER, ROQUE DANIEL PINTO BERMUDEZ E FRANCISCO DE ASSIS PINTO BERMUDEZ, DECLARAM QUE NÃO ESTÃO INCURSOS EM NENHUM DOS CRIMES PREVISTOS EM LEI QUE OS IMPEÇA DE EXERCER ATIVIDADE MERCANTIL.

E, POR ASSIM ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, FIRMAM O PRESENTE INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL, EM 05 (CINCO) VIAS DE IGUAL TEOR, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS.

URUGUAIANA, 13 DE SETEMBRO DE 1982

ASTOR SÉRGIO CAMPOS RIESINGER

PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA

JOSE MAGNO RIESINGER TRAMUNT

AMAURY ANTONIO CAMARGO DORNELLES

ROQUE DANIEL PINTO BERMUDEZ

FRANCISCO DE ASSIS PINTO BERMUDEZ

TESTEMUNHAS :

1. [Assinatura]

2. [Assinatura]

(JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL)



JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL

De acordo com o disposto no artigo 76, inciso II do Decreto Federal nº 1800/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original está arquivado nesta Junta Comercial sob o

nº 688533 em 25.3.83

Certifico que até a data presente:

- ☒ existe (m) atos(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial.
☐ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial.
☐ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial.

Sandra Maria Gonçalves Gomez Machado
Servidor Designado
ID: 1751581

29 ABR 2015

JUCERGS

JUCERGS

DEFERIDO
EM 10-7-85
[Assinatura]

* ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL *

PAULO ANTÔNIO MENDEZ SANTANA, brasileiro, casado, radialista, portador da cédula de identidade nº 6024019306, expedida pela S.S.P./RS, em 27.04.81, inscrito no CPF-MF sob nº 188226900.44, residente e domiciliado nesta cidade de Uruguaiana-RS, e AMAURY ANTÔNIO CAMARGO DORNELLES, brasileiro, casado, Bel. em Ciências Contábeis, portador da cédula de identidade nº 1012524623, expedida pela S.S.P./RS, em 01.03.1978, inscrito no CPF-MF sob nº 039625470.53, residente e domiciliado nesta cidade de Uruguaiana-RS, e ASTOR SÉRGIO CAMPOS RIESINGER, brasileiro, casado, médico, portador da cédula de identidade nº 1022935066, expedida pela S.S.P./RS, em 11.03.1981, inscrito no CPF-MF sob nº 141540720.72, residente e domiciliado nesta cidade de Uruguaiana-RS, e FRANCISCO DE ASSIS PINTO BERMUDEZ, brasileiro, casado advogado, portador da cédula de identidade de nº 1007705674, expedida pela S.S.P./RS., em 19.10.1976, inscrito no CPF-MF sob nº 250254290.91, residente e domiciliado nesta cidade de Uruguaiana-RS., e ROQUE DANIEL PINTO BERMUDEZ, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 4005204575, expedida pela SSP/RS em 30.01.1976, inscrito no CPF-MF sob nº 059704820.72, residente e domiciliado nesta cidade de Uruguaiana-RS, todos sócios componentes da Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que gira sob a denominação Social de "RÁDIO PAMPEANA LTDA", com sede nesta cidade de Uruguaiana-RS, à rua Santana, nº 3264, digo, nº 2717, inscrita no CGC-MF sob nº 89.384.176/0001.06, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado sob nº 432.000.487.38, em 14.12.1978, e alteração posterior em 09.08.79, sob nº 437.000.320.35, e alteração posterior em 25.03.1983 sob nº 638.533, RESOLVEM, de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar aquele instrumento de constituição e alterações posteriores, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

- I - O sócio AMAURY ANTÔNIO CAMARGO DORNELLES, legítimo possuidor de 1.969 (mil novecentas e sessenta e nove) quotas, no valor de cr\$ 984.500,00 (novecentos e oitenta e quatro mil e quinhentos cruzeiros), se retira da Sociedade nesta data, cedendo e transferindo ao sócio PAULO ANTÔNIO MENDEZ SANTANA, suas quotas sociais, pelo preço total, certo e ajustado de cr\$ 984.500,00 (novecentos e oitenta e quatro mil e quinhentos cruzeiros), nas condições que ajustam entre si;

Continuação :

- I.I - O sócio retirante dá à Sociedade plena, geral e irrevogável quitação dos seus direitos e haveres originados de sua participação ora extinta;
- II - O Capital Social é aumentado nesta data para cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), com a utilização dos seguintes recursos:
- a- Pela incorporação parcial do saldo da conta "Reserva de Correção Monetária do Capital" originado da Correção Monetária do Capital realizado, calculada nos termos do dec. lei nº 1.598/77 e legislação superveniente. cr\$ 20.000.000,00 /
- Total do aumento procedido cr\$ 20.000.000,00 /
- III - Em decorrência das alterações havidas, a cláusula relativa ao Capital Social passa a ter a seguinte redação:
- " O Capital Social é de cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas de cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) cada uma, tendo a seguinte distribuição entre os quotistas:
- a- Paulo Antônio Mendez Santana, com
29.545 quotas, no valor total de cr\$ 14.772.500,00 /
- b- Astor Sérgio Campos Riesinger, -
com 9.845 quotas, no valor total cr\$ 4.922.500,00 /
- c- Roque Daniel Pinto Bermudez, com
9.845 quotas, no valor total de cr\$ 4.922.500,00 /
- d- Francisco de Assis Pinto Bermudez
com 765 quotas, no valor total cr\$ 382.500,00 /
- cr\$ 25.000.000,00
- III.I - A responsabilidade dos sócios limita-se à totalidade do Capital Social.
- IV - No caso de falecimento de um dos sócios, a Sociedade não será dissolvida ou extinta, cabendo aos sócios remanescentes determinar o levantamento de um balanço especial na data do falecimento ocorrido. Os herdeiros do pre-morto deverão, em 45 dias da data do Balanço Especial, manifestar a sua vontade de serem integrados ou não à mesma Sociedade, recebendo os direitos e as obrigações contratuais do pre-morto, ou, então, receberão todos os seus haveres, apurados até o Balanço Especial em 10 (dez) prestações, mensais, sucessivas,

Alteração Contratual de
RADIO PAMPEANA LTDA.
-Continuação:

Fl. 03.

e transformadas em ORTN (obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional), reajustáveis de acordo com sua própria variação, vencendo-se a primeira após 60 dias da data do Balanço Especial e as demais sucessivamente.

V - Permanecem em vigor as demais cláusulas do Contrato original e alterações posteriores, não modificadas pelo presente instrumento.

PAULO ANTÔNIO MENDEZ SANTANA, ASTOR SÉRGIO CAMPOS RIESINGER, ROQUE DANIEL PINTO BERMUDEZ e FRANCISCO DE ASSIS PINTO BERMUDEZ, DECLARAM, que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

E, por assim estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento de Alteração de Contrato Social, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Uruguuaiana, 31 de dezembro de 1984.

Astor Sérgio Campos Riesinger.

Paulo Antônio Mendez Santana.

Amauri Antônio Camargo Dornelles.

Roque Daniel Pinto Bermudez.

Francisco de Assis Pinto Bermudez.

Testemunhas:

1. Mauro Gomes.

2. Darlan Fagundes Moura.

12 TABELIONATO
LUIZ ALBERTO VIANNA GUTERRES
ESCRIVÃO

Reconheço a semelhança as firmas de, Paulo Antônio Mendez Santana, Astor Sérgio Campos Riesinger, Roque Daniel Pinto Bermudez, Amauri Antônio Camargo Dornelles, Francisco de Assis Pinto Bermudez, Luiz Mauro Gomes, Darlan Fagundes Moura.
Dou fé. - Uruguuaiana, 13 de janeiro de 1985.

Em testemunha

JOÃO EDUARDO BASSO

4.7.18

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL

De acordo com o disposto no artigo 78, inciso no Decreto Federal nº 1820/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original está arquivado nesta Junta Comercial sob o

nº 717.867 em 10/11/85

- ☒ Certifico que até a data presente:
- ☒ Existe (m) atos(es) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial.
- ☒ Este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial.
- ☒ Este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial.

Sandra Maria Gonçalves Gomes Machado
Servido Designado
ID: 175158

29 ABR 2015

JUCRS

JUCRS

Alteração e Consolidação de Contrato Social

RÁDIO PANPEANA LTDA.

CGC 89 384 176/0001-06

PAULO ANTÔNIO MENDEZ SANT'ANA, ASTOR SÉRGIO CAMPOS RIESINGER, ROQUE DA NIEL PINTO BERMUDEZ e FRANCISCO DE ASSIS PINTO BERMUDEZ, atualmente únicos sócios da sociedade por quotas, de responsabilidade limitada, que nesta praça gira sob a denominação particular de RÁDIO PANPEANA LTDA., conforme contratos arquivados na Junta Comercial deste Estado, sendo o primeiro - ato constitutivo - sob nº 432.000.487, em 14/12/78 e o último sob nº 717.869, em 10/07/85, resolvem, de comum acordo, deliberando cada um o que privativamente lhe corresponde, o que segue:

1 - O sócio Astor Sérgio Campos Riesinger se retira da sociedade neste ato, em razão de haver feito cessão e transferência da totalidade de suas quotas, do valor nominal atual - pelo novo símbolo monetário nacional - de Cz\$ 4.922,50, e por igual importância, ao quotista Paulo Antônio Mendez Sant'Ana, declarando o cedente já recebido o preço da transação e dando ao cessionário e à sociedade plena e geral quitação.

2 - Em decorrência da cessão antes formalizada, o capital atual - observado o vigente sistema monetário brasileiro - que é de Cz\$ 25.000,00, passa a pertencer aos quotistas remanescentes, na seguinte proporção:

2.1 - Paulo Antônio Mendez Sant'Ana.....	Cz\$	19.695,00
2.2 - Roque Daniel Pinto Bermudez.....	Cz\$	4.922,50
2.3 - Francisco de Assis Pinto Bermudez.....	Cz\$	382,50
Total.....	Cz\$	25.000,00

3 - Os quotistas que permanecem resolvem:

3.1 - Aumentar o capital social de Cz\$ 25.000,00, para Cz\$ 320.000,00, sendo esse acréscimo de Cz\$ 295.000,00 realizado mediante a incorporação das seguintes reservas, constantes do balanço patrimonial, observada a proporcionalidade constante do item 2.

3.1.1 - Reserva de Correção Monetária.....	Cz\$	230.000,00
3.1.2 - Reserva de Lucros em Suspensão.....	Cz\$	65.000,00
Total.....	Cz\$	295.000,00

3.2 - Adotar, a partir desta data, devidamente consolidado e observado as alterações supra e outras julgadas oportunas, o contrato a seguir transcrito, que passa a regular a vida e o funcionamento da sociedade:

Primeiras - A sociedade, que tem sede e foro jurídico nesta cidade de Uruguaiana, onde esta estabelecida na rua Santana nº 2717, gira sob a denominação particular de "RÁDIO PANPEANA LTDA.", que será usada precedida da firma individual do sócio gerente referido na cláusula sexta, sendo-lhe vedado em prela em negócios alheios ou estranhos à finalidade social.

Segunda - O objetivo social é a Rádio Difusão Sonora em Frequência Modulada.

Terceiras - O capital social, totalmente integralizado, é de Cz\$ 320.000,00,

Carlos Reginaldo B. da Costa
Advogado

OAB-RS 11.883 - CPF 34.747.040-53

INPS - 10973745775

Duque de Caxias, 1541 - 1.º and. - G-1 Fone 412-18-27
Uruguaiana - RS.

assim distribuído: Paulo Antônio Mendez Sant'Ana, Cz\$ 252.096,00; Roque Daniel Pinto Bermudez, Cz\$ 63.008,00 e Francisco de Assis Pinto Bermudez, Cz\$ 4.896,00. A responsabilidade dos sócios, na forma da lei de regência, é limitada à importância total do capital social.

Quarta: - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

Quinta: - Em 31 de dezembro de cada ano se fará o balanço geral para apurar os reais resultados das atividades sociais. Os lucros ou as perdas então verificados, serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção dos seus capitais. De comum acordo, parte do lucro ou a sua totalidade, será levado a uma conta titulada "Reserva Especial."

Sexta: - A gerência e o uso da denominação social serão privativos do sócio Paulo Antônio Mendez Sant'Ana, que responde solidária e ilimitadamente perante a sociedade ou terceiros, quando praticar atos que violem a lei ou o contrato social.

Sétima: - A cessão de quotas fica dependente do acordo de todos os sócios.

Oitava: - A morte de um sócio não dissolve a sociedade. Ocorrendo o óbito se levantará o balanço geral dentro de dez dias para apurar o saldo do extinto que, se positivo, será pago aos herdeiros em quatro prestações trimestrais/sucessivas, de igual valor, indexadas se houver índice oficial, mais juros de 12% ao ano, vencendo a primeira 30 dias após o falecimento. Todavia, se os herdeiros quizerem e não houver impedimento legal ou contratual, serão admitidos como quotistas, nas condições que então convençionarem.

Nona: - O sócio que quizer se retirar da sociedade deverá notificar o gerente desse seu propósito, com antecedência mínima de 90 dias. O pagamento do seu crédito será feito na forma prevista na cláusula oitava, sendo a primeira prestação contada após o término do aviso.

Décima: - O sócio gerente perceberá, mensalmente, uma remuneração fixa, de comum acordo estabelecida, anualmente, levando-se em consideração, para sua fixação as suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, o valor dos seus serviços no mercado e as possibilidades financeiras da empresa, considerando-se esse pagamento como despesa operacional.

Décima Primeira: - Para evitar eventual descontinuidade da empresa, quando os sócios ficarem reduzidos a dois, quer por retirada, quer por morte, os remanescentes tomarão as providências adequadas para que o quadro social fique, sempre, no mínimo, com tres integrantes.

Décima Segunda: - Os administradores da entidade serão brasileiros natos e sua investidura no cargo somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

Décima Terceira: - Para fiel observância - em obediência às normas oficiais vigentes emanadas do poder concedente - os convenientes inserem neste instrumento as seguintes condições:

a)- As quotas de capital são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas;


Carlos Reginaldo B. da Costa
Advogado

OAB-RS 11.983 - CPF 34647444-53
INPS - 16978745773

Duque de Caxias, 1541 - 1.º and. - S: Fone 412-18-22
Uruguaiana - RS.

- b)- Qualquer alteração contratual depende de prévia autorização;
- c)- O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a brasileiros natos;
- d)- O quadro do pessoal empregado será constituído, no mínimo, de 2/3 de trabalhadores nacionais;
- e)- a responsabilidade, a orientação intelectual e a administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos, dependendo a investidura no cargo de aprovação do poder concedente.

E, assim, justo e contratados, assinam este instrumento em dez vias de igual teor, juntamente com as testemunhas instrumentárias, declarando que / não estão legalmente impedidos de participar de sociedades comerciais como sócios ou dirigentes.

Uruguaiana, 18 de dezembro de 1.986

1º TABELIONATO
Paulo Antônio Mendez Sant'Ana

1º TABELIONATO
Astor Sérgio Campos Riesinger

1º TABELIONATO
Roque Daniel Pinto Bermudez

1º TABELIONATO
Francisco de Assis Pinto Bermudez

1º TABELIONATO
Ventura La Hyre Gutiérrez
Testemunha

1º TABELIONATO
Osmar Saldanha
Testemunha

Carlos Reginaldo B. da Costa
Advogado

OAB-RS 11.883 - CPF 345470400-53
INPS - 10978745773

Duque de Caxias, 1541 - 1.º and. - S-1 Fone 412-18-22
Uruguaiana - RS.

1º TABELIONATO	Reconheço Semelhanças as firmas, Paulo Antônio Mendez
	Sant'Ana, Roque Daniel Pinto Bermudez e Ventura
	La Hyre Gutiérrez, Astor Sérgio Campos Riesinger
	Francisco de Assis Pinto Bermudez, Osmar Saldanha
	Dou fé. - Uruguaiana, 18 de Dezembro, 1986 -
	Em fé e verdade,
	JOÃO SIDNEI DUARTE MACHADO - Tabelião

2232

1º TABELIONATO

Ana Ieda Bonina Gutierrez
Escrevente

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL

De acordo com o disposto no artigo 78, inciso no Decreto Federal nº 1800/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original está arquivado nesta Junta Comercial sob o

nº 87675 em 11/8/07.

Certifico que até a data presente:

☒ existe (m) atos(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial,

☐ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial,

☐ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial.

Sandra Maria Gonçalves Gomez Machado
Servidor Designado
D: 1751581

29 ABR 2015

JUCERS

Alteração de Contrato Social

RÁDIO PANPEANA LTDA.

CGC 89 384 176/0001-06

PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA, ROQUE DANIEL PINTO BERMUDEZ e FRANCISCO DE ASSIS PINTO BERMUDEZ, atualmente únicos sócios da sociedade por quotas, de responsabilidade limitada, que nesta praça gira sob a denominação particular de RÁDIO PANPEANA LTDA., conforme contratos arquivados na Junta Comercial deste Estado, sendo o primeiro - ato constitutivo - sob nº 432.000.487, em 14/12/78 e o último sob nº 876.775, em 11 de agosto de 1987 e, ainda, JOSÉ PEDRO MENDEZ SANT'ANA, C.I. 7017565801, CPF 060 743 670-00, do comércio, domiciliado e residente nesta cidade, na rua Gal. Câmara, 3317 e LUIZ CARLOS MENDEZ SANT'ANA, C.I. 7010768567, CPF 064 220 390-34, agricultor, domiciliado e residente nesta cidade na rua Presidente Vargas, 4172, bloco nº 5, apto. 303, ambos casados, brasileiros, resolvem, de comum acordo, deliberam do cada um o que privativamente lhe corresponde, o que segue:

1 - O quotista Paulo Antonio Mendez Sant'Ana transfere, de sua quota de capital, a importância de Cz\$ 3.200,00 para cada um, a José Pedro Mendez Sant'Ana e Luiz Carlos Mendez Sant'Ana, antes identificados, que passam a ser sócios, ficando, desse modo, reduzida a sua participação no capital a Cz\$ 245.696,00;

2 - Os sócios Roque Daniel Pinto Bermudez e Francisco de Assis Pinto Bermudez se retiram da sociedade neste ato, por haverem feito cessão e transferência da totalidade de suas quotas, do valor nominal atual, respectivamente, de Cz\$ 63.008,00 e Cz\$ 4.896,00, e por iguais importâncias, ao quotista Paulo Antonio Mendez Sant'Ana, declarando os cedentes já recebido o preço da transação e dando ao cessionário e à sociedade plena e geral quitação.

3 - Em consequência das cessões anteriormente formalizadas, o capital social passa a ser assim possuído:

Paulo Antonio Mendez Sant'Ana.....	Cz\$	313.600,00
José Pedro Mendez Sant'Ana.....	Cz\$	3.200,00
Luiz Carlos Mendez Sant'Ana.....	Cz\$	3.200,00
Total.....	Cz\$	320.000,00

4 - Finalmente e como decorrência, deliberaram adotar esta redação para a cláusula terceira do último instrumento mencionado no preâmbulo:

"O capital social, totalmente integralizado, é de Cz\$ 320.000,00, assim distribuído: Paulo Antonio Mendez Sant'Ana, Cz\$ 313.600,00; José Pedro Mendez Sant'ana e Luiz Carlos Mendez Sant'Ana, Cz\$ 3.200,00 para cada um. A responsabilidade dos sócios, na forma da lei de regência, é limitada a importância total do capital social."

E, dessa forma, justo e contratados, assinam este instrumento, em dez vias de igual teor, juntamente com as testemunhas instrumentárias, decla-

rando os remanescentes que não estão impedidos de participar de sociedades comerciais como sócios ou dirigentes.


Uruguaiana, 24 de março de 1.988

1º TABELIONATO
Paulo Antonio Mendez Sant'Ana
1º TABELIONATO
Rogee Daniel Pinto Bermudez
1º TABELIONATO
Francisco de Assis Pinto Bermudez
1º TABELIONATO
José Pedro Mendez Sant'Ana
1º TABELIONATO
Luiz Carlos Mendez Sant'Ana
1º TABELIONATO
Ventura La Hyre Gutiérrez
Testemunha
1º TABELIONATO
Osmar Saldanha
Testemunha

TABELIONATO
Reconheço por semelhança as firmas Paulo Antonio Men-
des Sant'Ana, Rogee Daniel Pinto Bermudez, Francisco
de Assis Pinto Bermudez, José Pedro Mendez Sant'Ana
Luiz Carlos Mendez Sant'Ana, Ventura La Hyre Gutiérrez
Dou fé. - Uruguaiana, 06 abril, 1988
Em testemunho da verdade,
JOÃO SENE DUARTE MACHADO - Tabelião
1º TABELIONATO
Ana Ieda Bonina Gutierrez
Escrivente

TABELIONATO
URUGUAIANA - RS
Reconheço a(s) firma(s) indiciada(s) de
Osmar Saldanha
Por semelhança com a(s) original(is) no
arquivo desta cartório.
Uruguaiana, 06 de 1988
JOÃO SENE DUARTE MACHADO - Tabelião

1670
1º TABELIONATO



JUCERGS

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL
De acordo com o disposto no artigo 78, inciso no Decreto Federal nº 1800/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original está arquivado nesta Junta Comercial sob o nº 929779 em 19, 8, 88.

Certifico que até a data presente:
() existe (m) atos(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial.
() este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial.
() este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial.

Sandra Maria Gonçalves Gomez Machado
Servidor Designado
ID: 1751581

29 ABR 2015

JUCERGS

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

RÁDIO PAMPEANA LTDA

CGCMF 89 384 176/0001-06

Pelo presente instrumento particular PAULO ANTÔNIO MENDEZ SANT'ANA, radialista, com C.I. 647859 e C.P.F. 188226900-44, residente e domiciliado nesta cidade na rua Monte Caceros, no. 2799, apto.03, JOSÉ PEDRO MENDEZ SANT'ANA, C.I. 7017565801, C.P.F. 060743670-00, do comércio, domiciliado e residente nesta cidade, na rua General Câmara, no.3317 e LUIZ CARLOS MENDEZ SANT'ANA, C.I. 7010768567, C.P.F. 064220390-34, agricultor, domiciliado e residente nesta cidade na av. Presidente Vargas, no.4172, bloco no.05, apto.303, todos brasileiros e casados, atualmente únicos sócios da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que nesta praça gira sob a denominação particular de RÁDIO PAMPEANA LTDA., conforme contratos arquivados na Junta Comercial do Estado, sendo o primeiro ato constitutivo sob no.432.000.487-38, em 14/12/78 e o último sob no.929.779 de 19/08/88, resolvem alterar o referido contrato social como a seguir se contrata:

- 1 - A sociedade passa ter a sua sede na rua Santana, no.2499, sala 501.
- 2 - O capital social, que é de R\$ 0,01, resultante da conversão monetária do Cruzado até o Real, totalmente integralizado, passa a ser de R\$ 94.000,00, sendo esse acréscimo de R\$ 93.999,99 realizado mediante a incorporação das seguintes reservas, constantes do balanço patrimonial:

2.1 - Reserva de Correção Monetária.....	R\$ 45.354,67
2.2 - Reserva de Lucros.....	R\$ 48.645,32
Total.....	R\$ 93.999,99
- 3 - O capital social passa a ser representado por 94.000 (NOVENTA E QUATRO MIL) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (HUM REAL) cada uma.
- 4 - O sócios JOSÉ PEDRO MENDEZ SANT'ANA e LUIZ CARLOS MENDEZ SANT'ANA, cada um com participação de valor nominal de R\$ 940,00 sobre o atual capital social, retiram-se da sociedade, cedendo e transferindo a totalidade de suas quotas de capital na mesma, pelo valor individual de R\$ 1.000,00, respectivamente, para THIAGO CAMERANESI SANT'ANA, C.I. 1056958117, C.P.F. 777017980-72, e para CAROLINA CAMERANESI SANT'ANA, C.I. 6061827975, C.P.F. 804948890-04, ambos os cessionários são brasileiros, solteiros, emancipados, estudantes, domiciliados e residentes nesta cidade na rua Monte Caceros, no. 2799, apto.03.

.....



.....

pág.02/04

4.1 - Os sócios que se retiram dão a sociedade plena, geral e irrevogável quitação dos seus direitos e haveres originados de sua participação ora extinta.

4.2 - Os sócios aqui admitidos a partir deste contrato assumem todos os deveres e direitos sociais que lhes foram cedidos e transferidos pelos seus cedentes.

5 - Em decorrência das alterações havidas, a cláusula relativa ao Capital Social passa a ter a seguinte redação: " O capital social é de R\$ 94.000,00 (NOVENTA E QUATRO MIL REAIS) dividido em 94.000 (NOVENTA E QUATRO MIL) quotas de R\$ 1,00 (HUM REAL) cada uma" , tendo a seguinte distribuição entre os quotistas:

PAULO A. MENDEZ SANT'ANA, 92.120 quotas, no valor de R\$ 92.120,00
THIAGO CAMERANESI SANT'ANA, 940 quotas, no valor de R\$ 940,00
CAROLINA CAMERANESI SANT'ANA, 940 quotas, no valor de R\$ 940,00

TOTALIZANDO.....94.000 quotas, no valor de R\$ 94.000,00

6 - Adotam, a partir desta data, devidamente consolidado e observadas as alterações supra e outras julgadas oportunas, o contrato a seguir transcrito, que passa a regular a vida e o funcionamento da sociedade:

PRIMEIRA.....: A sociedade, que têm sede e foro jurídico nesta cidade de Uruguaiiana, onde está estabelecida na rua Santana, no.2499, sala 501, gira sob a denominação particular de " RÁDIO PAMPEANA LTDA ", que será usada precedida da firma individual do sócio gerente referido na cláusula sexta, sendo-lhe vedado empregá-la em negócios alheios ou estranhos à finalidade social.

SEGUNDA.....: O objetivo social é a Rádio Difusão Sonora em Frequência Modulada.

TERCEIRA.....: O capital social, totalmente integralizado, é de R\$ 94.000,00 (NOVENTA E QUATRO MIL REAIS) dividido em 94.000 (NOVENTA E QUATRO MIL) quotas de R\$ 1,00 (HUM REAL) cada uma" , assim distribuídas entre quotistas:

PAULO A. MENDEZ SANT'ANA, 92.120 quotas, no valor de R\$ 92.120,00
THIAGO CAMERANESI SANT'ANA, 940 quotas, no valor de R\$ 940,00
CAROLINA CAMERANESI SANT'ANA, 940 quotas, no valor de R\$ 940,00

TOTALIZANDO.....94.000 quotas, no valor de R\$ 94.000,00

A responsabilidade dos sócios, na forma da lei de regência, é limitada à importância total do capital social.

QUARTA.....: O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

QUINTA.....: Em 31 de dezembro de cada ano se fará o balanço geral para apurar os reais resultados das atividades sociais. Os Lucros ou Prejuízos então verificados, serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção dos seus capitais. De comum acordo, parte dos lucro ou a sua totalidade, será levado a uma conta titulada " RESERVA ESPECIAL ".

SEXTA.....: A gerência e o uso da denominação social serão privativos do sócio Paulo Antônio Mendez Sant'ana, que responde solidária e ilimitadamente perante a sociedade ou terceiros,

.....



pág.03/04

quando praticar atos que violem a lei ou contrato social.

SÉTIMA.....: A cessão de quotas fica dependente do acordo de todos os sócios.

OITAVA.....: A morte de um sócio não dissolve a sociedade. Ocorrendo o óbito se levantará o balanço geral dentro de dez dias para apurar o saldo do extinto que, se positivo, será pago aos herdeiros em quatro prestações trimestrais sucessivas, de igual valor, indexadas se houver índice oficial, mais juros de 12 % ao ano, vencendo a primeira 30 dias após o falecimento. Todavia, se os herdeiros quizerem e não houver impedimento legal ou contratual, serão admitidos como quotistas, nas condições que então convençionarem.

NONA.....: O sócio que quizer se retirar da sociedade deverá notificar o gerente desse seu propósito, com antecedência mínima de 90 dias. O pagamento do seu crédito será feito na forma prevista na cláusula oitava, sendo a primeira prestação contada após o término do aviso.

DÉCIMA.....: O sócio gerente perceberá, mensalmente, uma remuneração fixa, de comum acordo estabelecida, anualmente, levando-se em consideração, para sua fixação as responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, o valor dos seus serviços no mercado e as responsabilidades financeiras da empresa, considerando-se esse pagamento como despesa operacional.

DÉCIMA PRIMEIRA...: Para evitar eventual descontinuidade da empresa, quando os sócios ficarem reduzidos a dois, quer por retirada, quer por morte, os remanescentes tomarão as providências adequadas para que o quadro social fique, sempre, no mínimo, com três integrantes.

DÉCIMA SEGUNDA.....: Os administradores da entidade serão brasileiros natos e sua investidura no cargo somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

DÉCIMA TERCEIRA.....: Para fiel observância - em obediência às normas oficiais vigentes emanadas do poder concedente - os convenientes inserem neste instrumento as seguintes condições:

- a)- As quotas do capital são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas;
- b)- Qualquer alteração contratual depende de prévia autorização;
- c)- O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a brasileiros natos;
- d)- O quadro de pessoal empregado será constituído, no mínimo, de 2/3 de trabalhadores nacionais;
- e)- A responsabilidade, a orientação intelectual e a administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos, dependendo a investidura no cargo de aprovação do poder concedente.

E, assim, por estarem justos e contratos, assinam este instrumento em dez vias de igual teor, juntamente com as testemunhas instrumentárias, declarando que não estão legalmente impedidos de participar de sociedades comerciais como sócios ou dirigentes.

Uruguaiana, 21 de fevereiro de 1996.

PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA

JOSÉ PEDRO MENDEZ SANT'ANA

THIAGO CAMERANESI SANT'ANA

LUIZ CARLOS MENDEZ SANT'ANA

CAROLINA CAMERANESI SANT'ANA

TESTEMUNHA

Ana Lúcia Murad Canazaro

TESTEMUNHA

Luiz Vanderlei de Melo Adolfo

Recebo autêntico(a) a(s) firma(s) de
PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA
JOSÉ PEDRO MENDEZ SANT'ANA
THIAGO CAMERANESI SANT'ANA
23.02.96

Recebo autêntico(a) a(s) firma(s) de
LUIZ CARLOS MENDEZ SANT'ANA
CAROLINA CAMERANESI SANT'ANA
ANA LUCIA MURAD CANAZARO
23.02.96

Recebo autêntico(a) a(s) firma(s) de
LUIZ VANDERLEI DE MELO ADOLFO
23.02.96

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

96/1509768

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO

GELSON ROBERTO KLEIN
SECRETÁRIO GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL

De acordo com o disposto no artigo 78, inciso no Decreto Federal nº 1800/66, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original está arquivado nesta Junta Comercial sob o

nº 1509768 em 13, 6 96.

Certifico que até a data presente:

☒ existe (m) atos(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial.

☐ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial.

☐ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial.

Flávia Maria Gonçalves Gomez Machado
Servidor Designado
ID: 1751581

29 ABR 2015

JUCERGS

JUCERGS



RADIO PAMPEANA LTDA

CNPJ: 89.384.176/0001-06

ADITIVO N.º 01

PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA, brasileiro, casado em regime de comunhão total de bens, natural da cidade de Uruguaiiana – RS, radialista, residente e domiciliado à Rua Monte Caseros, 2799 apto.03 em Uruguaiiana - RS, portador de CI: 6024019306 expedida em 27/04/1981 por SSP/RS e CPF: 188.226.900-44; THIAGO CAMERANESI SANT'ANA brasileiro, solteiro, data de nascimento 10/03/1976, natural da cidade de Uruguaiiana – RS, cirurgião-dentista, residente e domiciliada à Rua Monte Caseros, 2799 apto. 03 em Uruguaiiana – RS, portador da CI: 1056958117 expedida em 05/02/1991 por SSP/RS e CPF: 777.017.980-72 e CAROLINA CAMERANESI SANT'ANA, brasileira, solteira, data de nascimento 25/10/1977, natural da cidade de Uruguaiiana – RS, engenheira de alimentos, residente e domiciliado à Rua Monte Caseros, 2799 apto.03 em Uruguaiiana – RS, portadora da CI: 6061827975 expedida em 17/12/1992 por SSP/RS e CPF: 804.948.890-04;únicos sócios da empresa RADIO PAMPEANA LTDA, com objeto social de prestação de serviços de radiodifusão resolvem consolidar o seu contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do RS em 14/12/1978 sob o n.º 43 2 00048738, e suas alterações em 09/08/1979 sob n.º 43700032035, em 25/03/1983 sob n.º 638533, em 10/07/1985 sob n.º 717869, 19/08/1988 sob o nº 929779 e 13/06/1996 sob o nº 96/1509768, para adapta-lo ao novo Código Civil, Lei n.º 10.406/2002, conforme as seguintes cláusulas e condições:

RADIO PAMPEANA LTDA
CNPJ: 89.384.176/0001-06
CONTRATO SOCIAL

PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA, brasileiro, casado em regime de comunhão total de bens, natural da cidade de Uruguaiiana – RS, radialista, residente e domiciliado à Rua Monte Caseros, 2799 apto.03 em Uruguaiiana - RS, portador de CI: 6024019306 expedida em 27/04/1981 por SSP/RS e CPF: 188.226.900-44;

THIAGO CAMERANESI SANT'ANA brasileiro, solteiro, data de nascimento 10/03/1976, natural da cidade de Uruguaiiana – RS,

cirurgião-dentista, residente e domiciliado à Rua Monte Caseros, 2799 apto. 03 em Uruguaiana - RS, portador da CI: 1056958117 expedida em 05/02/1991 por SSP/RS e CPF: 777.017.980-72 e

CAROLINA CAMERANESI SANT'ANA, brasileira, solteira, data de nascimento 25/10/1977, natural da cidade de Uruguaiana - RS, engenheira de alimentos, residente e domiciliado à Rua Monte Caseros, 2799 apto.03 em Uruguaiana - RS, portadora da CI: 6061827975 expedida em 17/12/1992 por SSP/RS e CPF: 804.948.890-04; consolidar o seu contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do RS em , 14/12/1978 sob o n.º 43 2 00048738 e sua ultima alteração em 13/06/1996 sob o nº 96/1509768, resolvem que a sociedade registrada será regida mediante as seguintes cláusulas e condições;

I - DENOMINAÇÃO E SEDE

Cláusula Primeira - A sociedade gira sob a denominação social de RADIO PAMPEANA LTDA, com sede estabelecida à Rua Santana, 2499 sala 501 em Uruguaiana - RS.

II - PRAZO DE DURAÇÃO E INICIO DE ATIVIDADES

Cláusula Segunda - A sociedade teve suas atividades iniciadas em 14 de Dezembro de 1978, data em que foi constituída, sendo sua duração por prazo indeterminado.

III- OBJETO SOCIAL

Cláusula Terceira - Constituem o objeto social da empresa:
- Rádio Difusão Sonora em Frequência Modulada.

IV - CAPITAL SOCIAL

Cláusula quarta - O Capital Social de R\$ 94.000,00 (Noventa e quatro mil reais) divididos em 94.000 quotas de R\$ 1,00 cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente Nacional., e distribuído da seguinte forma:

Sócio	Quotas	Valor
Paulo A Mendez Sant'Ana	92.120	R\$ 92.120,00
Thiago C. Sant'Ana	940	R\$ 940,00
Carolina C. Sant'Ana	940	R\$ 940,00
Total	94.000	R\$ 94.000,00

MACHADO
MACHADO
MACHADO

[Handwritten signature]

§ 1º A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

§ 2º As quotas não poderão ser cedidas ou transferida a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição.

V – ADMINISTRAÇÃO

Cláusula quinta - A Administração da sociedade será exercida exclusivamente pelo sócio Paulo Antonio Mendez Sant'ana, que assinará isoladamente, competindo-lhe todos os poderes necessários à administração e representação da sociedade, vedado, no entanto, a concessão de avais, endossos, fianças e quaisquer outras garantias em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros.

§ 1º O Administrador responde solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

§ 2º Nos quatro primeiros meses, seguintes ao término de cada exercício social. A administrador é obrigada a prestar aos sócios, o inventário, Balanço Patrimonial e resultado econômico de sua administração.

VI – DO EXERCICIO SOCIAL

Cláusula Sexta - O exercício social coincidirá com o ano civil. Anualmente em 31/12 (Trinta e um de Dezembro), será levantado o Balanço geral da sociedade, dos lucros líquido ou prejuízos do exercício, feitas as necessárias amortizações e previsões, o saldo porventura existente, terá o destino que os sócios houverem por bem determinar.

VII – RETIRADA, MORTE OU EXCLUSÃO DE SÓCIO

Cláusula sétima - Cabe ao sócio que desejar ceder sua quotas ou retirar-se da sociedade comunicar ao demais, por escrito com prazo

mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo ao sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

§ 1º Se nenhum dos sócios usar o direito de preferência, no prazo acima estabelecido, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

§ 2º Os administradores serão brasileiros natos e sua investidura no cargo somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

Clausula Oitava - O falecimento de qualquer dos quotista não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do De Cujus, salvo se os sócios remanescente optarem pela dissolução da mesma.

§ 1º Até que se ultime, no processo de inventário, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

§ 2º Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

Clausula Nona - Pode o sócio ser excluído, quando a maioria de sócios representando mais da metade do Capital Social, entender que um ou mais sócio estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

§ 1º A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim. Ciente o acusado deve ser notificado por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta), para que o mesmo possa comparecer à reunião e exercer seu direito de defesa, sob pena de revelia.

Clausula Décima - No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da Sociedade, o valor das quotas, considerado pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-à com base a situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado à data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos em 12(doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30(trinta) dias após a apuração do valor.


Clausula Décima Primeira - A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime ou a seus herdeiros da responsabilidade pelas obrigações

X – Foro Jurídico

Cláusula Décima Quarta - As partes elegem o foro da Comarca de Uruguaiana – RS, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente contrato.

E por estarem, assim, justos e contratados assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Uruguaiana 15 de Dezembro de 2003


Paulo A Mendez Sant'Ana
CPF: 188.226.900-44


Thiago Cameranesi Sant'Ana
CPF: 777.017.980-72


Carolina Cameranesi Sant'Ana
CPF: 804.948.890-04

Testemunhas:


Marcio José Hickmann
CI: 1046575567/SSP/RS


Tatiane Guimarães Simões
CI: 2037337454/SSP/RS

1º TABELIONATO DE NOTAS DE URUGUAIANA - RS Bel. JOÃO SÍDNEI DUARTE MACHADO
AV. DUQUE DE CAXIAS, 1600 - Tel/Fax (51) 412-4477 - E-mail: itaburg@uol.com.br

RECONHEÇO AUTÊNTICAS as firmas de Carolina Cameranesi Sant'Ana, Thiago Cameranesi Sant'Ana e Paulo Antônio Mendez Sant'Ana, Dou fé...

EM TESTEMUNHA E DA VERDADE

Uruguaiana, 26 de dezembro de 2003

Tabelião: Bel. João Sínei Duarte Machado Empenhos: 5,40

(x) - (Escrivente: Denis Patrick Balestra Nunes)

14147104 - 29315-231691

Denis Patrick Balestra Nunes
Escrivente

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL

De acordo com o disposto no artigo 78, inciso no Decreto Federal nº 1800/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cuja original está arquivada nesta Junta Comercial sob o

nº 2541501 em 21.1.05

Certifico que até a data presente:

☒ não existe (m) atos(s) posteriores) arquivados nesta Junta Comercial.

☒ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial 29 ABR 2005 Santa Maria Gonçalves Gomes Machado

☒ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial 29 ABR 2005 Servidor Designado

B: 1261581

[Assinatura]



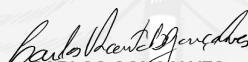
Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado do Rio Grande Do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:		RADIO PAMPEANA LTDA - EPP	
Natureza Jurídica:		SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
4320004873-8	89.384.176/0001-06	14/12/1978	29/05/1978
Endereço Completo: RUA SANTANA 2499 SALA 501 - BAIRRO CENTRO CEP 97501-540 - URUGUAIANA/RS			
Objeto Social: RADIO DIFUSAO SONORA EM FREQUENCIA MODULADA.			
Capital Social:	R\$ 94.000,00 NOVENTA E QUATRO MIL REAIS	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte EMPRESA PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº123/06)	Prazo de Duração INDETERMINADO
Capital Integralizado:	R\$ 94.000,00 NOVENTA E QUATRO MIL REAIS		
Sócio(s)/Administrador(es)			
CPF/NIRE	Nome	Término Mandato	Participação
804.948.890-04	CAROLINA CAMERANESI SANTANA	xxxxxxx	R\$ 940,00
188.226.900-44	PAULO ANTONIO MENDEZ SANT ANA	xxxxxxx	R\$ 92.120,00
777.017.980-72	THIAGO CAMERANESI SANT ANA	xxxxxxx	R\$ 940,00
Status: CADASTRADA		Situação: ATIVA	
Último Arquivamento: 04/01/2019		Número: 4926149	
Ato 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO			
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela			
Nire	CNPJ	Endereço	
NADA MAIS#			

Porto Alegre, 20 de Novembro de 2019 08:49


CARLOS GONÇALVES
SECRETÁRIO GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCISRS (<http://jucisrs.rs.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C190001264936 e visualize a certidão)



19/463.985-1

Empresa: **RADIO PAMPEANA LTDA**

C.N.P.J.: 89.384.176/0001-06

Insc. Junta Comercial: 43200048738 Data: 14/12/1978

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Balanco encerrado em: 31/12/2019

Folha: 0217

Número livro: 0014

BALANÇO PATRIMONIAL

Código	Classificação	Descrição	2019	2018
			31/12/2019	31/12/2018
6000	1	ATIVO	695.857,07D	679.427,98D
6001	1.1	ATIVO CIRCULANTE	577.871,62D	531.794,33D
6002	1.1.1	DISPONÍVEL	422.700,22D	453.294,64D
6003	1.1.1.01	CAIXA	50.980,14D	60.340,56D
6005	1.1.1.03	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	371.720,08D	392.954,08D
6006	1.1.2	DUPLICATAS A RECEBER	141.539,98D	66.410,22D
6007	1.1.2.01	DUPLICATAS A RECEBER DE TERCEIROS	141.539,98D	66.410,22D
6010	1.1.3	OUTROS CRÉDITOS	10.382,83D	8.785,79D
6012	1.1.3.02	TÍTULOS A RECEBER	8.000,00D	8.000,00D
6015	1.1.3.05	ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	84,80D	0,00
6016	1.1.3.06	ADIANTAMENTO A COLABORADORES	2.298,03D	785,79D
6029	1.1.6	DESPESAS ANTECIPADAS	3.248,59D	3.303,68D
6030	1.1.6.01	SEGURO CONTRA ROUBO A APROPRIAR	2.481,75D	2.498,92D
6031	1.1.6.02	SEGURO CONTRA INCÊNDIO A APROPRIAR	766,84D	804,76D
6050	1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	117.985,45D	147.633,65D
6051	1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	9.189,00D
6061	1.2.1.10	DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	9.189,00D
6066	1.2.2	INVESTIMENTOS	80.000,00D	80.000,00D
6071	1.2.2.05	IMÓVEIS NÃO DESTINADOS AO USO	80.000,00D	80.000,00D
6074	1.2.3	IMOBILIZADO	37.985,45D	58.444,65D
6075	1.2.3.01	IMÓVEIS	13.346,28D	13.346,28D
6076	1.2.3.02	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	27.204,66D	22.784,28D
6077	1.2.3.03	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	55.894,20D	53.654,20D
6078	1.2.3.04	VEÍCULOS	112.324,91D	112.324,91D
6079	1.2.3.05	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	7.161,09D	7.161,09D
6080	1.2.3.06	INSTALAÇÕES	155.208,00D	155.208,00D
6081	1.2.3.07	(-) DEPRECIações, AMORTIZAÇÕES E EXAUSTÕES ACUMULADAS	333.153,69C	306.034,11C
7000	2	PASSIVO	695.857,07C	679.427,98C
7001	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	84.997,58C	27.278,53C
7002	2.1.1	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.833,16C	56,00C
7003	2.1.1.01	EMPRÉSTIMOS NACIONAIS	3.833,16C	56,00C
7017	2.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	6.559,95C	4.346,52C
7018	2.1.4.01	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	6.559,95C	4.346,52C
7019	2.1.5	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	21.672,13C	18.023,70C
7020	2.1.5.01	OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	5.958,89C	5.958,88C
7021	2.1.5.02	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	2.645,66C	2.866,96C
7022	2.1.5.03	PROVISÕES	13.067,58C	9.197,86C
7023	2.1.6	OUTRAS OBRIGAÇÕES	52.932,34C	4.852,31C
7024	2.1.6.01	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	1.979,98C	1.469,00C
7026	2.1.6.03	ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E TELEFONE A PAGAR	228,74C	210,85C
7028	2.1.6.05	SEGUROS	752,71C	1.207,60C
7029	2.1.6.06	OUTRAS CONTAS A PAGAR	49.970,91C	1.964,86C
7068	2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	610.859,49C	652.149,45C
7069	2.3.1	CAPITAL SOCIAL	94.000,00C	94.000,00C
7070	2.3.1.01	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	94.000,00C	94.000,00C
7076	2.3.3	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	516.859,49C	558.149,45C
7077	2.3.3.01	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	516.859,49C	558.149,45C

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2019, TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO: R\$ 695.857,07 (seiscentos e noventa e cinco mil oitocentos e cinquenta e sete reais e sete centavos)

URUGUAIANA, 31 de Dezembro de 2019

PAULO ANTONIO MENDES SANT'ANA
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 188.226.900-44

ELTON FAGUNDES ESPELOCIM
Reg. no CRC - RS sob o No. 061081
CPF: 700.747.800-00

Empresa: **RADIO PAMPEANA LTDA**
C.N.P.J.: 89.384.176/0001-06
Insc. Junta Comercial: 43200048738 Data: 14/12/1978
Período: 01/01/2019 - 31/12/2019

Folha: 0218
Número livro: 0014

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2019

Descrição	2019	2018
VENDA DE SERVIÇOS		
RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	637.938,42	595.548,59
	637.938,42	595.548,59
DEDUÇÕES E ABATIMENTOS		
(-) CANCELAMENTOS	(45.323,05)	(44.266,77)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	(2.016,00)
	(45.323,05)	(42.250,77)
RECEITA LÍQUIDA	592.615,37	551.281,82
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
CUSTO DIRETO DA PRODUÇÃO DE SERVIÇOS	(253.235,21)	(246.624,74)
CUSTOS INDIRETOS DA PRODUÇÃO DE SERVIÇOS	(216.453,51)	(210.053,67)
ENCARGOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(24.999,89)	(25.282,06)
	(11.781,81)	(11.289,01)
LUCRO BRUTO	339.380,16	304.657,08
DESPESAS OPERACIONAIS		
DESPESAS COMERCIAIS	(411.235,23)	(293.122,25)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(56.276,94)	(79.322,07)
	(354.958,29)	(213.800,18)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(71.855,07)	11.534,83
RESULTADO FINANCEIRO		
RECEITAS FINANCEIRAS	17.514,16	6.299,27
DESPESAS FINANCEIRAS	21.382,59	22.054,37
	(3.868,43)	(15.755,10)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	13.280,80	14.376,04
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	9.197,86	8.893,81
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	4.083,54	5.482,23
OUTROS RESULTADOS NEGATIVOS	(0,60)	0,00
RESULTADO OPERACIONAL ANTES TRIBUTOS S/LUCRO	(41.060,11)	32.210,14
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(41.060,11)	32.210,14

URUGUAIANA, 31 de Dezembro de 2019

PAULO ANTONIO MENDEZ SANT ANA
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 188.226.900-44

ELTON FAGUNDES ESPELOCIM
Reg. no CRC - RS sob o No. 061081
CPF: 700.747.800-00

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A sociedade empresária limitada denominada RÁDIO PAMPEANA LTDA, tem como objeto social a prestação de serviços de Rádio Difusão Sonora em Frequência Modulada (CNAE: 6010-1/00).
2. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância a Lei 6.404/76 e alterações bem como a ITG-1000 - Resolução CFC n.º 1.418/12.
3. As receitas e as despesas do período foram contabilizadas pelo regime de competência, nos termos da Resolução CFC n.º 750/93.
4. A empresa iniciou suas atividades em 14 de Dezembro de 1978 e o seu contrato social encontra-se arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.
5. A empresa não tem contingências passivas.
6. A empresa adota o método de vendas pela intermediação de Agências de Publicidade e Propaganda.
7. Não foram distribuídos lucros durante o ano base.

CONTAS DO ATIVO

8. As disponibilidades representam os valores disponíveis em recursos financeiros na data da demonstração contábil, sendo composto dos valores existentes no caixa da sociedade, contas bancárias e aplicações de liquidez imediata.
9. As demais contas do ativo circulante representam os bens e direitos da sociedade com previsão de realização até o último dia do exercício seguinte 31/12/2020.
10. As despesas antecipadas com prêmios de seguros e encargos financeiros a apropriar representam as despesas já provisionadas, porém não incorridas em respeito ao princípio da competência sendo estas transferidas para a despesa em suas respectivas competências.
11. As contas do ativo não circulante representam os bens e direitos da sociedade com previsão de realização a partir do primeiro dia útil do após o encerramento do exercício seguinte.
12. Os bens do ativo imobilizado estão contabilizados pelo valor de custo de aquisição e estão incluídos todos os custos e despesas incorridas para trazê-lo a condição de operação bem como os valores referentes a tributos não recuperáveis pela sociedade.
13. A depreciação dos bens do ativo imobilizado foi realizada através do método linear como recomendado no item 19 da Resolução n.º 1.418/12.
14. As taxas anuais utilizadas para a depreciação dos bens do ativo imobilizado foram as seguintes:
 - a. Máquinas e Equipamentos - 10%;
 - b. Móveis e Utensílios - 10%;
 - c. Instalações - 10%;
 - d. Computadores e Periféricos - 20%;
 - e. Veículos - 20%.

CONTAS DO PASSIVO

15. Os valores apresentados no passivo circulante representam os valores devidos pela por ocasião do encerramento da demonstração contábil.
16. No grupo obrigações sociais estão registradas as obrigações oriundas dos recursos humanos da sociedade, a saber, autônomos funcionários e sócios. Anualmente é registrada a provisão para férias + 1/3 constitucional bem como seus encargos sociais.
17. O percentual do FGTS para a constituição da provisão anual de férias é de 8%;
18. O grupo de obrigações tributárias representam os valores de tributos a recolher até a data do encerramento da demonstração contábil, a sociedade é tributada com base no regime do Simples Nacional e possui custo tributário efetivo sobre o faturamento de aproximadamente 7,1886%.
19. No patrimônio líquido estão registrados os valores do capital social da sociedade bem como os lucros e prejuízos acumulados até a data do encerramento desta demonstração contábil.
20. O capital social, totalmente integralizado é de R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais) dividido em 94.000 (noventa e quatro mil) quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma assim distribuída entre os sócios: Paulo Antônio Mendez Sant'Ana (98%), Thiago Cameranes Sant'Ana (1%) e Carolina Cameranesi Sant'Ana (1%).

CONTAS DE RESULTADO

21. As receitas e as despesas do período foram contabilizadas pelo regime de competência, nos termos da Resolução CFC n.º 750/93.

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

22. No ano base 2019 foram efetuados os seguintes ajustes devedores decorrentes de erros imputáveis a exercícios anteriores: apropriação em valor insuficiente da competência outubro/2018 do regime do simples nacional a pagar, diferença devidamente apurada e regularizada no ano calendário 2019 nos termos a seguir especificados: valor principal (R\$ 181,66); acréscimos legais (R\$ 48,19). Efeito líquido, debitado na conta 266-Lucros Acumulados (R\$ 229,85).

Uruguaiana/RS, 31 de Dezembro de 2019.



PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA
Sócio administrador
CPF/MF 188.226.900-44



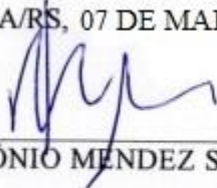
ELTON F. ESPELOCIM
Contador – CRC/RS 061.081/O-RS
CPF/MF 700.747.800/00

Nota:

Cumpre informar que não foi possível retirar a certidão negativa de falências/recuperação judicial através do site do Tribunal de Justiça (conforme informação em anexo) e, tampouco, retirá-la fisicamente junto ao Foro da Comarca de Uruguaiana, visto que o funcionamento do órgão se encontra restrito apenas às demandas mais urgentes em decorrência da Covid-19.

Assim sendo, diante da situação ora exposta e por não termos como prever o retorno das atividades da Justiça Estadual em razão da pandemia, rogamos que a referida certidão faltante possa ser apresentada a esse MCTIC assim que o foro retomar as suas atividades, a fim de que a entidade possa complementar a instrução do presente processo de renovação de outorga.

URUGUAIANA/RS, 07 DE MAIO DE 2020.



PAULO ANTÔNIO MENDEZ SANT'ANA

Paulo Sant'Ana
Diretor - 96FM



Acesso

- [O Poder Judiciário](#)
- [Administração](#)
- [Processos](#)
- [Jurisprudência](#)
- [Legislação](#)
- [Serviços](#)
- [Publicações](#)
- [Agenda](#)
- [Imprensa](#)
- [Compras](#)
- [Concursos e Estágios](#)
- [Fale Conosco](#)

Você está em: [Serviços](#) **Alvará de Folha Corrida e/ou Certidões Judiciais**

Alvará de Folha Corrida e/ou Certidões Judiciais

Processos > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais

RADIO PAMPEANA LTDA

O documento solicitado não pode ser fornecido por meio eletrônico para a pessoa acima referida.

Considerando que a pesquisa é realizada em Banco de Dados Centralizado contendo um cadastro de partes processuais com milhares de pessoas (físicas ou jurídicas) nem sempre cadastradas com todos os dados de identificação, podem ocorrer casos de possível homonímia ou duplicidade de registros em nome da pessoa pesquisada o que requer a intervenção de um servidor da Justiça devidamente habilitado para realizar a verificação pormenorizada nos dados cadastrais e registros existentes no sistema informatizado.

Assim, para solicitação desse documento, dirija-se ao Foro mais próximo.

Consulte o endereço dos Foros neste [link](#)

Data da consulta: 07/05/2020 Hora da consulta: 09:34:49



Palavra-chave

[busca avançada](#) [BUSCAR](#)



[Versão para impressão](#)

[« Voltar](#) [^ Topo](#)



PLANO DE LOGÍSTICA
Sustentável



J21 JUSTIÇA
RESTAURATIVA



Boate Kiss



CASO
Bernardo



Solução Direta | Consumidor



INOVAJUS | RS
COMISSÃO DE INOVAÇÃO
Fazer história olhando para o futuro



FERRAMENTA DE
CÁLCULO



NUPEMEC | TJRS
NÚCLEO PERMANENTE DE
INTERMEDIÇÃO CONSENSUADA DE
SOLUÇÃO DE CONFLITOS



*Quero
Conciliar*
CLIQUE AQUI



JUIZADOS
ESPECIAIS



#ZIKAZERO

Este site possui recursos de [Acessibilidade](#).

[Home](#) | [Mapa do Site](#) | [Fale Conosco](#) | [Ouvidoria](#) | [Plantão](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Av. Borges de Medeiros, 1565 | CEP 90110-906 | Porto Alegre - RS | [Telefones](#)
Copyright © 2010 - Departamento de Informática - Todos os direitos reservados.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 89.384.176/0001-06 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/12/1978
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL RADIO PAMPEANA LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE ME
---	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R SANTANA	NÚMERO 2499	COMPLEMENTO SALA 501
--------------------------------	-----------------------	--------------------------------

CEP 97.510-471	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO URUGUAIANA	UF RS
--------------------------	----------------------------------	--------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
---------------------	----------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/08/2004
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA
UNIÃO**

Nome: RADIO PAMPEANA LTDA

CNPJ: 89.384.176/0001-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:10:27 do dia 17/04/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/10/2020.

Código de controle da certidão: **807D.EAE8.28B4.F0D4**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Certidão de Situação Fiscal nº **0014818675**

Identificação do titular da certidão:

Nome: **RADIO PAMPEANA LTDA**

Endereço: **RUA SANTANA, 2499, SALA 501
CENTRO, URUGUAIANA - RS**

CNPJ: **89.384.176/0001-06**

Certificamos que, aos **17** dias do mês de **APRIL** do ano de **2020**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda, o titular acima enquadra-se na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Descrição dos Débitos/Pendências:

Esta certidão NÃO É VÁLIDA para comprovar;

a) a quitação de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;

b) em procedimento judicial e extrajudicial de inventário, de arrolamento, de separação, de divórcio e de dissolução de união estável, a quitação de ITCD, Taxa Judiciária e ITBI, nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual (Lei nº 7.608/81).

No caso de doação, a Certidão de Quitação do ITCD deve acompanhar a Certidão de Situação Fiscal.

Esta certidão constitui-se em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

A presente certidão não elide o direito de a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificações e vir a cobrar, a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

Esta certidão é válida até 15/6/2020.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

Autenticação: **0024564658**

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em <https://www.sefaz.rs.gov.br>.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS N° 1136/ 2020

CADASTRO GLOBAL

Contribuinte : 89384176000106
CPF/CNPJ : 89.384.176/0001-06
Nome : RADIO PAMPEANA LTDA
Endereço : Rua SANTANA 2499 SALA 501
Bairro : CENTRO
Finalidade : CERTIDÃO DE DÉBITOS MUNICIPAIS
Data de Validade: 20/05/2020

A presente certidão não elide o direito de a Fazenda Municipal proceder a posteriores verificações, requisitar documentos comprobatórios de recolhimento de tributos municipais e vir cobrar a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE DE 30 (TRINTA) DIAS, A CONTAR DA DATA DE EXPEDIÇÃO

NÃO CONSTAM DÉBITOS DO CONTRIBUINTE ACIMA MENCIONADO, NESTA PREFEITURA.

O referido é verdade.

URUGUAIANA,RS, 20 de Abril de 2020.

A presente certidão foi emitida em meio WEB, podendo ser validada pelo endereço abaixo:

<http://177.36.44.89:8080/cidadao/servlet/br.com.cetil.ar.jvllle.hatendimento>

No menu AUTENTICIDADE CERTIDÃO DE DÉBITOS

QUALQUER RASURA TORNARÁ NULO ESSE DOCUMENTO.


N° de Autenticidade: 576188914576188





BOM DIA
JULIA DE MORAES BOEIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

BOLETO »» **Nada Consta** | [menu](#) [ajuda](#)



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO PAMPEANA LTDA
CNPJ: 89.384.176/0001-06

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:39:00 do dia 22/04/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 22/05/2020.

Certidão expedida gratuitamente.

[Imprimir](#) [Voltar](#)

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 89.384.176/0001-06

Razão Social: RADIO PAMPEANA LTDA

Endereço: RUA SANTANA 2499 SALA 501 / CENTRO / URUGUAIANA / RS /
97510-471

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/03/2020 a 07/07/2020

Certificação Número: 2020031004431487308562

Informação obtida em 17/04/2020 11:19:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA

IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE

Razão Social:	RÁDIO PAMPEANA LTDA.				
CNPJ:	89.384.176/0001-06				
Endereço Sede:	RUA SANTANA, 2499 – SALA 501 – CENTRO				
Município:	URUGUAIANA	UF:	RS	CEP:	97510-471
E-mail contato:	paulo@radio96.com				

EMISSORA

Serviço:	<input checked="" type="checkbox"/>	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada					
	<input type="checkbox"/>	Radiodifusão de Sons e Imagens					
	<input type="checkbox"/>	Radiodifusão de Sons e Imagens com tecnologia digital					
Canal:	245		Classe:	A4	Prefixo:	ZYD585	
Frequência (MHz): (*)	Vídeo (TV)	--		Áudio (FM/TV)	96,9 MHz		
Potência (kW) :	5,0 kW						
Localidade da Outorga:		URUGUAIANA				UF:	RS

PROFISSIONAL HABILITADO (VISTORIADOR)

<i>Nome completo:</i>	ÁLFIO ROSIN		
<i>CREA n°:</i>	048713-D	<i>UF:</i>	RS
<i>E-mail de contato:</i>	alfio@sulradio.com.br		

(*) – Não se aplica a TVD.

VISTORIA TÉCNICA DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

LOCALIZAÇÃO

Endereço:	RUA SANTANA, 2499 - CENTRO									
Município:	URUGUAIANA						UF:	RS	CEP:	97500-000
Coordenadas Geográficas medidas	Latitude :	29	°	45	'	24	,	50	"	S (S/N) (*)
	Longitude:	57	°	05	'	19	,	20	"	O (L/O)

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS										
Sistema Irradiante Principal:	Fabricante: TEEL TELE ELETRONICA LTDA.									
	Modelo: TEVP 6									
	Polarização:			Horizontal	X	Vertical		Circular		Elíptica
	Azimute de orientação medido (°NV): 120° NV (**)									
	Nº de elementos: 06 ELEMENTOS									
	Altura do Centro Geométrico em relação ao Solo (medida) (m): 56,0 m									
Sistema Irradiante Auxiliar: (se houver)	Fabricante: --									
	Modelo: --									
	Polarização:			Horizontal		Vertical		Circular		Elíptica
	Azimute de orientação medido (°NV): --									
	Nº de elementos: --									
	Altura do Centro Geométrico em relação ao Solo (medida) (m): --									
Linha de Transmissão Principal:	Fabricante: KMP PIRELLI									
	Modelo: LCF 7/8”									
	Comprimento medido (m): 25,0 m									
Linha de Transmissão Auxiliar: (se houver)	Fabricante:									
	Modelo:									
	Comprimento medido (m):									
Transmissor Principal:	Fabricante: MARCELO AMORIM DE GODOY – EPP									
	Modelo: FM 3000									
	Homologação: 00285-04-02252									
	Potência de operação medida (kW): 2,525 kW (***)									
	Frequência medida (MHz): (*)		Vídeo ^(TV)		--		Áudio ^(FM/TV)		96.900,110 Hz	
Transmissor Auxiliar: (se houver)	Fabricante: --									
	Modelo: --									
	Homologação: --									
	Potência de operação medida (kW): --									
	Frequência medida (MHz): (*)		Vídeo ^(TV)		--		Áudio ^(FM/TV)		--	

(*) – Não se aplica a TVD.

ESTÚDIO PRINCIPAL

Endereço:	RUA SANTANA, 2499 – SALA 501 E 502			
Município:	URUGUAIANA	UF:	RS	CEP: 97500-000

ESTÚDIO AUXILIAR (SE HOUVER)

Endereço:				
Município:		UF:		CEP:

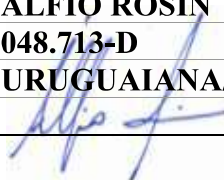
RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO UTILIZADOS

INSTRUMENTO	FABRICANTE	MODELO	Nº DE SÉRIE	PRECISÃO
Analizador de Espectro	Rohde & Schwarz	FSL 6	100249	-
Frequencímetro	Agilent (HP)	5385A	3242A08041	0,1 ppm
Wattímetro(thruline 1-5/8")	Bird	4712A (50 ohms)	13802	1 %
GPS	Trimble	GeoXM	4612456009	< 1,0 m
Multímetro	Fluke	87 V	97840040	0,7 %
Amperímetro Alicata	Minipa	ET-3802	ET380200310	1 %
Trena Laser Óptica	Disto Leica Geosystems	Leica Disto D5	391041248	± 1 mm
Atenuador Referência (50 dB)	JFW Industries Inc;	50DR-003	159799-9523	± 0,1 dB

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

(*) - As coordenadas geográficas registradas no Laudo de Vistoria, correspondem ao recadastramento de Dados Geodésicos, protocolado sob nº 53528.005211/2012, em 05/10/2012, em atendimento à Resolução nº 571, de 28/09/2011, D.O.U. de 04/10/2011, conforme documento que apresentamos em anexo.
(**) - O azimuth correto do sistema irradiante é 120° NV, conforme licença de funcionamento da estação, emitida em 17/04/2001, que apresentamos em anexo.
(***) - A potência de operação autorizada para a emissora é de 2,5 KW, aprovada pelo Ato nº 12.118 de 05/10/2000, publicado no D.O.U. de 12/02/2001, conforme documento que apresentamos em anexo.
A mesma informação da potência de operação do transmissor principal com 2,5 kW foi registrada no laudo de vistoria técnica para renovação de outorga, protocolado sob nº 53000.004183/2011-60, referente a renovação de outorga para o período 08/05/2010 a 08/05/2020.

RESPONSÁVEL PELA VISTORIA

Nome do Vistoriador:	ÁLFIO ROSIN
CREA/ RS Nº:	048.713-D
Local / Data:	URUGUAIANA/RS ; 19/02/2020
Assinatura:	

ANEXOS

DECLARAÇÕES

PROFISSIONAL HABILITADO

DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) as características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente;

(b) todas as informações deste laudo de vistoria técnica são verdadeiras, sendo obtidas pessoalmente por mim em vistoria realizada nas instalações da emissora no dia 19/02/2020;

(c) atesto o atendimento às normas técnicas vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas.

Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis.

Local: **URUGUAIANA/RS**

Data: **19/02/2020**

Nome do Profissional Habilitado: **ÁLFIO ROSIN**

CREA/RS Nº: **048.713-D**


Assinatura do Profissional Habilitado

ENTIDADE

Declaro que o Sr. Álfio Rosin, esteve nesta cidade de Uruguaiiana, no Estado de Rio Grande do Sul, no dia 19/02/2020 vistoriando as instalações de nossa emissora de frequência modulada.

Local: **URUGUAIANA/RS**

Data: **19/02/2020**

Nome do Representante Legal: **PAULO ANTÔNIO MENDEZ SANTANA**

Cargo que exerce na Entidade: **SÓCIO DIRIGENTE**


Assinatura do Representante Legal

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART

ART Nº 10653475



Tipo: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL
Convênio: NÃO É CONVÊNIO Motivo: NORMAL

Contratado

Carteira: RS048713 Profissional: ALFIO ROSIN E-mail: alfio@sulradio.com.br
RNP: 2201506787 Título: Engenheiro Eletricista
Empresa: NENHUMA EMPRESA Nr.Reg.:

Contratante

Nome: RÁDIO PAMPEANA LTDA. E-mail: paulo@radio96.com
Endereço: RUA SANTANA 2499 501 Telefone: 55-3412.3334 CPF/CNPJ: 89384176000106
Cidade: URUGUAIANA Bairro: CENTRO CEP: 97501540 UF: RS

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: RÁDIO PAMPEANA LTDA. CPF/CNPJ: 89384176000106
Endereço da Obra/Serviço: RUA SANTANA 2499 501 CEP: 97501540 UF: RS
Cidade: URUGUAIANA Bairro: CENTRO
Finalidade: COMERCIAL Vlr Contrato(R\$): 1.000,00 Honorários(R\$): 1.000,00
Data Início: 17/02/2020 Prev.Fim: 30/09/2020 Ent.Classe: SENGE/RS

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Projeto	Estação de Emissora de Rádio	3,00	KW
Laudo Técnico	Estação de Emissora de Rádio	3,00	KW
Vistoria	Estação de Emissora de Rádio	3,00	KW

ART registrada (paga) no CREA-RS em 19/02/2020

PORTO ALEGRE/RS, 19/02/2020 Local e Data	Declaro serem verdadeiras as informações acima _____ ALFIO ROSIN Profissional	De acordo _____ RÁDIO PAMPEANA LTDA. Contratante
---	--	---

A AUTENTICIDADE DESTA ART PODERÁ SER CONFIRMADA NO SITE DO CREA-RS, LINK CIDADÃO - ART CONSULTA

**Emissão de comprovantes**G33819113447135130
19/02/2020 11:49:20

19/02/2020 - BANCO DO BRASIL - 11:49:21
280602806 0003

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: SULRADIO PROC DADOS INF
AGENCIA: 2806-1 CONTA: 17.089-5

=====

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE

04192100675015117500262405040288381990000008878

BENEFICIARIO:

CONSELHO REGIONAL DE ENG ARQ AGR RS

NOME FANTASIA:

CREA RS

CNPJ: 92.695.790/0001-95

PAGADOR:

ALFIO ROSIN

CPF: 209.247.390-53

NR. DOCUMENTO 21.902

DATA DE VENCIMENTO 19/03/2020

DATA DO PAGAMENTO 19/02/2020

VALOR DO DOCUMENTO 88,78

VALOR COBRADO 88,78

=====

NR.AUTENTICACAO 1.7E6.9C6.085.71F.C7E

Transação efetuada com sucesso por: J2987936 ANA JUDITE TASCA.

ANEXOS:

Ilmo. Sr.
João Jacob Bettoni
Gerente da ANATEL no Rio Grande do Sul
Porto Alegre – RS

PROTOCOLO Nº 53528.005211/2012
DATA: 05/10/2012

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES/RS

PROTOCOLO GERAL: 05307 53528.005211/2012

CÓPIA

Ref.: Recadastramento Dados Geodésicos
- Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

Prezado Senhor:

RÁDIO PAMPEANA LTDA., com sede à Rua Santana, 2.499/501-502, Uruguaiana, inscrita no CNPJ sob nº 89.384.176/0001-06, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na cidade de **URUGUAIANA**, Estado do Rio Grande do Sul, vem, por seu procurador abaixo firmado, em atendimento ao que determina o **Regulamento para Definição de formatos e tolerâncias para Dados Geodésicos**, aprovado pela Resolução Anatel Nº 571, de 28/09/2011, publicada no D.O.U. de 04/10/2011, encaminhar a V.Sa. as informações e documentos conforme a seguir relacionados, relativos aos serviços acima identificados:

1) Dados Geodésicos da antena de Frequência Modulada:

Latitude: 29° 45' 24.49608" S
Longitude: 57° 05' 19.15525" W
Altitude Elipsoidal: 121,575 metros

2) Equipamento Utilizado na Medida:

Fabricante : TRIMBLE Navigation Limited
Modelo : GeoXM - 2005 Series
Nº Série : 4612456009
Precisão : 1 a 3 metros

3) Documentos em anexo:

- Relatório Técnico de medida e correção diferencial por pós-processamento dos registros indicando base de dados, software e metodologia empregados;
- Anotação de Responsabilidade Técnica c/comprovante de pagamento;
- Especificações técnicas do equipamento utilizado nas medidas;

Informamos, adicionalmente, que uma cópia do Laudo Técnico será mantida junto a cada uma das estações para eventual consulta dos agentes de fiscalização desta Agência.


Atenciosamente

Uruguaiana-RS, 04 de Outubro de 2012.



Alfio Rosin
Procurador



 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES		Nº 001105/2001-SCM	
LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO			
RADIODIFUSORA RADIO PANPEANA LTDA		Nº DA ENTREGA 3008011659	
Nº DE ESTAÇÃO 9546316	SERVIÇO RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUENCIA MODULADA	PAT. REF. ***	LATITUDE 29S4522
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA SANTANA, 2499		LONGITUDE 57W0525	
MUNICÍPIO URUGUAIANA		UF RS	
CIDADE DA OUTORGA.....: URUGUAIANA NOME FANTASIA.....: "TRANSAMERICA FM" FREQUENCIA.....: 96,9 (MHz) CANAL.....: 245 HORARIO DE FUNCIONAMENTO.....: 00:00 / 24:00 CLASSE DE OPERAÇÃO.....: A4 INDICATIVO DA ESTAÇÃO.....: ZYD585			
ESTUDIO PRINCIPAL.....: RUA SANTANA, 2499 - SALAS 501 E 502 CIDADE.....: URUGUAIANA ESTUDIO AUXILIAR.....: ***** CIDADE.....: *****			
TRANSMISSOR PRINCIPAL.....: MTA ELETRONICA INDUSTRIAL LTDA MODELO.....: FM 5000 TRANSMISSOR AUXILIAR.....: ***** MODELO.....: *****			
ANTENA PRINCIPAL.....: TEEL TELE-ELETRONICA LTDA MODELO.....: TEEL 6 DESCRICAO.....: ANTENA DE POLARIZACAO VERTICAL PARA FM DE 6 ELEMENTOS AZIMUTE ORIENTACAO NV.....: 120,00 (graus) BEAM TILT.....: *** (graus) ANTENA AUXILIAR.....: ***** MODELO.....: ***** DESCRICAO.....: ***** AZIMUTE ORIENTACAO NV.....: ***** (graus) BEAM TILT.....: ***** (graus) COTA BASE DA TORRE.....: 70,00 (m)			
OBSERVAÇÕES: CNPJ: 89.384.176/0001-06		VALIDADE 17/04/2001 a 27/9/2005	
JOÃO P. CORREIA GERENTE DO ESCRITÓRIO REGULATÓRIO E.C. DO SUL - ER3			

AZIMUTE SISTEMA IRRADIANTE 120° NV



65548869/0001-10
PLASTICOS POLYVIG LTDA
UASG: 153026 - CENTRO FEDERAL DE EDUC
TECNOLOGICA SAO PAULO
Responsável: LUCYENE PEREIRA PINTO
UF: TO

comunicações, por infringência aos itens 3, 5, 5.1 e 6.1 da Norma Técnica N01A/80.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS

(Of. El. nº 13/2001)

Superintendência de Serviços Privados

ATO N 14.928, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2001

Processo nº 29100.170143/83 - Transferir, para a empresa ÁLAMO LABORATÓRIO DE CINEMATOGRAFIA E SOM S C LTDA., a permissão outorgada à BRASCONTINENTAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA., para explorar o Serviço Limitado de Radiocomunicação Privado, na cidade de São Paulo/SP, na frequência de 25,475 MHz, que lhe foi deferida pelo Despacho nº 145/1988, de 06/05/1988, convertendo-a em Autorização.

SANTOS JOSÉ GOUVÊA
Superintendente

(Of. El. nº 15/2001)

ATO N 14.954, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2001

Processo nº 29100.000436/90. COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TÁXI COMUM DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS LTDA. Prorrogar o prazo de vigência da outorga de autorização de uso da radiofrequência 243,825 MHz, consignada às estações de radiocomunicações da autorizada, até 8 de janeiro de 2011, sem exclusividade, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Privado.

SANTOS JOSÉ GOUVÊA
Superintendente

ATO N 14.955, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2001

Processo nº 29100.000436/90. COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TÁXI COMUM DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS LTDA. Prorrogar o prazo de vigência da outorga de autorização de uso da radiofrequência 397,95 MHz, consignada às estações de radiocomunicações da autorizada, até 8 de janeiro de 2011, sem exclusividade, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Privado, referente ao rádioenlace ancilar.

SANTOS JOSÉ GOUVÊA
Superintendente

(Of. El. nº 22/2001)

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 7 de fevereiro de 2001

Nº 14 - O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PRIVADOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, decide arquivar o processo nº 53500.005664/99, em desfavor da HUGHES DO BRASIL ELETRÔNICA E COMUNICAÇÕES S.A., pelas razões e justificativas constantes do Informe nº 179/PV-GAS/PVSS/SPV - ANATEL.

SANTOS JOSÉ GOUVÊA

(Of. El. nº 99/2001)

Escritório Regional no Rio Grande do Sul

ATO N 12.061, DE 3 DE OUTUBRO DE 2000

Processo nº 29102.000025/85. RÁDIO E TV UMBU LTDA. - TV - Passo Fundo/RS - Canal 07-. Autoriza alteração de características técnicas.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

(Of. El. nº 18/2001)

ATO N 12.062, DE 3 DE OUTUBRO DE 2000

Processo nº 53790.001762/97. FUNDAÇÃO FRATERNIDADE - RTV - Lajeado/RS - Canal 29+. Autoriza alteração de características técnicas.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

(Of. El. nº 16/2001)

ATO N 12.063, DE 3 DE OUTUBRO DE 2000

Processo nº 53790.001265/96. FUNDAÇÃO FRATERNIDADE - RTV - Taquari/RS - Canal 26+. Autoriza alteração de características técnicas.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

(Of. El. nº 17/2001)

ATO N 12.118, DE 5 DE OUTUBRO DE 2000

Processo nº 53528.000574/00. RÁDIO PAMPEANA LTDA. - FM - Uruguaiana/RS - Canal 245. Autoriza alteração de características técnicas.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

(Of. El. nº 19/2001)

ATO N 12.119, DE 5 DE OUTUBRO DE 2000

Processo nº 53528.000235/00. RÁDIO CULTURA DE SANTA MARIA LTDA. - FM - Santa Maria/RS - Canal 228. Autoriza alteração de características técnicas.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

(Of. El. nº 20/2001)

ATO N 12.182, DE 10 DE OUTUBRO DE 2000

Processo nº 53790.001028/98. TELEVISÃO CACHOEIRA DO SUL LTDA. - RTV - Cruz Alta/RS - Canal 22. Autoriza alteração de características técnicas.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

(Of. El. nº 14/2001)

ATO N 12.183, DE 10 DE OUTUBRO DE 2000

Processo nº 53790.001027/98. TELEVISÃO CACHOEIRA DO SUL LTDA. - RTV - Santa Maria/RS - Canal 06. Autoriza alteração de características técnicas.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

(Of. El. nº 15/2001)

ATO N 13.348, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2000

Processo nº 29102.000337/86. TV PAMPA ZONA SUL LTDA. - TV - Pelotas/RS - Canal 13+. Autoriza alteração de características técnicas.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

(Of. El. nº 13/2001)

ATO N 14.976, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2001

Processo nº 53528.000555/00. RÁDIO CULTURA DO VALE LTDA. - FM - Montenegro/RS - Canal 214. Autoriza alteração de características técnicas.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

(Of. El. nº 21/2001)

ATO N 14.977, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2001

Processo nº 29102.000896/86. RÁDIO VENANCIO AIRES LTDA. - FM - Venancio Aires/RS - Canal 286. Autoriza alteração de características técnicas.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

(Of. El. nº 22/2001)

Escritório Regional em São Paulo

ATO N 14.969, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2001

Processo nº 53830.001693/95. SAT-SISTEMA A TRIBUNA DE COMUNICAÇÃO SANTOS LTDA. - RTV - Miracatu/SP - Canal 15-. Autoriza uso de radiofrequência e as condições de sua utilização.

EVERALDO GOMES FERREIRA
Gerente

ATO N 14.970, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2001

Processo nº 53830.000993/96. EDITORA ABRIL S/A - RTV - Piracicaba/SP - Canal 24+. Autoriza uso de radiofrequência e as condições de sua utilização.

EVERALDO GOMES FERREIRA
Gerente

(Of. El. nº 7/2001)

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Conselho Diretor

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 8 de fevereiro de 2001

Nº 19-CD - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, decidiu, por meio do Circulo Deliberativo nº 216, de 8 de fevereiro de 2001, homologar a decisão da Comissão Especial de Licitação - CEL, criada para conduzir os procedimentos relativos à expedição de Autorizações para exploração do Serviço Móvel Pessoal-SMP, objeto do Edital da Licitação N.º 001/2000/SPV-ANATEL, que declarou frustrada a etapa de abertura, análise e julgamento das Propostas de Preço para exploração do Serviço Móvel Pessoal - SMP, na Subfaixa "C", Regiões I, II e III, consignada na Ata da 9ª Reunião da CEL, de 7 de fevereiro de 2001, e aceitar a proposta formulada pela referida Comissão de realização, em 13 de fevereiro de 2001, às 10h, no Recinto de Negociações da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, da primeira sessão de abertura, análise e julgamento das Propostas de Preço, prevista no subitem 8.1 do Edital, dando início à etapa relativa às Regiões I, II e III da Subfaixa "D", com base no subitem 8.14 do Edital.

RENATO NAVARRO GUERREIRO

(Of. El. nº 25/2001)

Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização

ATO N 14.791, DE 30 DE JANEIRO DE 2001

Processo nº 53500.000445/2001 - FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES - CPQD autoriza a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Salvador - BA, no período de 5 de fevereiro a 21 de março de 2001.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente
Em exercício

(Nº 3.224-4 - 5-2-2001 - R\$ 68,97)

Gerência-Geral de Fiscalização

DESPACHO DO GERENTE
Em 30 de março de 2000

Processo nº 53790.000665/1998 - adverte a CARLOS ALBERTO GUNTZEL, executante do serviço Rádio Cidadão, na cidade de São Jerônimo/RS, Estado do Rio Grande do Sul, com fulcro no Art. 173, I da Lei nº 9.472 de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Tele-

Doc 12/02/2001

ATO Nº 12.118, DE 5 DE OUTUBRO DE 2000 .

O GERENTE DO ESCRITÓRIO REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL – NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 2º do Manual de Atribuições Orgânicas e Funcionais da Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa, aprovado pela Portaria SCM nº 084, de 20 de março de 2000, e considerando o que consta do Processo nº 53528.000574/00, resolve:

Art.1º Autorizar a **RÁDIO PAMPEANA LTDA.**, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, a alterar as características técnicas de sua estação transmissora observadas as condições constantes do relatório Descrição do Sistema anexo a este Ato.

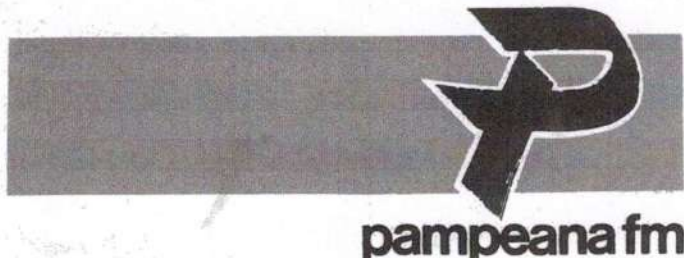
Art. 2º Determinar que até a data prevista no relatório indicado no art. 1º, a entidade providencie a efetivação do que foi autorizado e requeira vistoria de suas instalações para fins de licenciamento, ficando a entrega da licença condicionada à comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização da Instalação.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.



JOÃO JACOB BETTONI
Gerente do Escritório Regional

CÓPIA



Ao
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
BRASÍLIA - DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 055187/2008-19
SEPRO/DILOG/COLOG/CKL/SPO
05/12/2008-08:07

REF.: Solicitação de Substituição do Transmissor Principal
Processo nº 535280005742000

RÁDIO PAMPEANA LTDA., permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (canal 245/A4) na cidade de **URUGUAIANA**, estado do Rio Grande do Sul, onde mantém sua sede à Rua Santana, nº 2499, conjunto 501, CEP 97510-471, inscrita no CNPJ sob nº 89.384.176/0001-06, por seu diretor que subscreve, REQUER autorização para alteração do TRANSMISSOR PRINCIPAL conforme segue, informando que teve a situação atualmente em operação aprovada pelo ATO ANATEL de nº 12118 de 05/10/2000 (D.O.U. de 12/02/2001) como consequência do processo acima identificado.

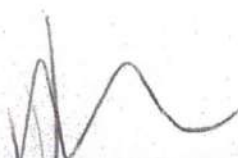
TRANSMISSOR PRINCIPAL:

Fabricante : Marcelo Amorim de Godoy - EPP
Modelo : FM 3000
Potência de Operação : 2,5 kW
Código de Homologação : 0285-04-2252

Encaminhamos em anexo cópia do Certificado de Homologação do equipamento.

Nestes Termos, Pede e Espera Deferimento

Uruguaiana-RS, 10 de novembro de 2008.



Paulo Antonio Mendez Sant'Ana
Diretor

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



Polgar Direto



[Signature]
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

6024019306

DATA DE EMISSÃO 11/08/2009

PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA

PEDRO SILVIO SANT'ANA
CAROLINA MENDEZ SANT'ANA
URUGUAIANA RS

DATA DE NASCIMENTO 21/02/1950

CAS 13201 URUGUAIANA RS
LV B49 FL 165

188.226.900-44

2 VÍAS

[Signature]
ASSINATURA DO DIRETOR

150663 / 150663

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA



Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
188.226.900-44

Nome
PAULO ANTONIO MENDEZ SANT ANA

Nascimento
21/02/1950

VALIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

6.145.898

DATA DE
EXPEDIÇÃO 30/ABR/2008

NOME

THIAGO CAMERANESI SANT'ANA

FILIAÇÃO

PAULO ANTONIO MEHDES SANT'ANA
MERCEDES DEL CARMEN CAMERANESI SANT'ANA

NATURALIDADE

URUGUAIANA RS

DATA DE NASCIMENTO

10/MAR/1976

DOC ORIGEM CERT. NASC. 410 LV A - 1 FL 151

CART. MOLINOS - URUGUAIANA RS

CPF

777.017.980-72

FLORIANÓPOLIS - SC

Carlos Augusto Thives de Carvalho

Perito Criminal

Gerente do Instituto de Identificação - IGP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

[Menu Principal](#) ▼Sistemas
InterativosSRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM**

UF: RS

Município: Uruguaiiana

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO CHARRUA LTDA	Uruguaiiana	22/06/2004	22/06/2014
RADIO IMBAHA LTDA	Uruguaiiana	22/06/1994	22/06/2004
RADIO PAMPEANA LTDA	Uruguaiiana	08/05/2000	08/05/2010
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	Uruguaiiana		

Usuário: - Data: **13/08/2020** Hora: **11:16:08**Registro **1** até **4** de **4** registrosPágina: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO PAMPEANA LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (55) 4123334	E-mail:
CNPJ: 89.384.176/0001-06	Número do Fistel: 03008011659
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 08/05/2000	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Val. RF: 08/05/2020
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA SANTANA	Complemento: SALA 501	
Bairro: CENTRO	Numero: 2499	
Município: Uruguaiana	UF: RS	CEP: 97510471

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA SANTANA	Complemento: sala 501-502	
Bairro: CENTRO	Numero: 2499	
Município: Uruguaiana	UF: RS	CEP: 97510471

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA SANTANA, 2499	Complemento:	
Bairro:	Numero: .	
Município: Uruguaiana	UF: RS	CEP: 97500000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA SANTANA, 2499 - SALAS 501 E 502	Complemento:	
Bairro:	Numero: .	
Município: Uruguaiana	UF: RS	CEP: 97500000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro: RUA GENERAL CANABARRO, 2903	Complemento:	
Bairro:	Numero: .	
Município: Uruguaiana	UF: RS	CEP: 97500000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Uruguaiana	UF: RS
Latitude: -29.75611 (29° 45' 22.0" S)	Longitude: -57.09028 (57° 05' 25.0" W)

Parâmetros Técnicos			
Canal: 245	Frequência: 96.9 MHz	Classe: A4	ERP: 5kW
Altura: 150 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0º: 0	10º: 0	20º: 0	30º: 0	40º: 0	50º: 0	60º: 0	70º: 0	80º: 0	90º: 0	100º: 0	110º: 0
120º: 0	130º: 0	140º: 0	150º: 0	160º: 0	170º: 0	180º: 0	190º: 0	200º: 0	210º: 0	220º: 0	230º: 0
240º: 0	250º: 0	260º: 0	270º: 0	280º: 0	290º: 0	300º: 0	310º: 0	320º: 0	330º: 0	340º: 0	350º: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 9546316						Número Indicativo: ZYD585					
Data Último Licenciamento: 17/04/2001						Número da Licença: 001105/2001					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -29.75611 (29° 45' 22.0" S)				Longitude: -57.09028 (57° 05' 25.0" W)				Cota da base: 70.00 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 002850402252						Modelo: FM 3000					
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP						Potência de Operação: 5.000 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF 7/8						Fabricante: KMP PIRELLI					
Comprimento da Linha: 25.00 m		Atenuação: 1.20 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50.00 ohms					
Antena Principal											
Modelo: TEVP 6						Fabricante: TEEL TELE ELETRONICA LTDA					
Ganho: 8.05 dBd		Beam-Tilt: .00 °		Orientação NV: 240 °		Polarização: Vertical		HCl: 56 m		ERP Máximo: 14.9 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0.41	10°: 0.36	20°: 0.32	30°: 0.28	40°: 0.24	50°: 0.2	60°: 0.18	70°: 0.1	80°: 0.09	90°: 0.09	100°: 0.05	110°: 0.02
120°: 0	130°: 0.02	140°: 0.05	150°: 0.09	160°: 0.11	170°: 0.13	180°: 0.18	190°: 0.27	200°: 0.4	210°: 0.53	220°: 0.69	230°: 0.86
240°: 0.9	250°: 0.89	260°: 0.87	270°: 0.84	280°: 0.8	290°: 0.76	300°: 0.72	310°: 0.67	320°: 0.62	330°: 0.57	340°: 0.52	350°: 0.47
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo: LCF 7/8						Fabricante:					
Comprimento da Linha: 25.00 m		Atenuação: 1.20 dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: 50.00 ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 14.9 kW	
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	92	Portaria	MC	02/05/1980	08/05/1980	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
012500296002019 99	4598	Portaria	MCTIC	09/09/2019	10/09/2019	Aprovação de Local			Técnico		
Histórico de Documentos Emitidos											

Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	75	Ofício	MC	31/01/1984		Advertência	Jurídico
9999	365	Portaria	MC	25/09/1990		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	55	Portaria	MC	22/06/1992	02/07/1992	Renovação	Jurídico
9999	81092	Despacho	MC	08/10/1992		Advertência	Jurídico
9999	102	Portaria	MC	30/08/1994		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	116	Decreto Legislativo	CN	26/09/1995	27/09/1995	Renovação	Jurídico
9999	12118	Ato	ER	05/10/2000	12/02/2001	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	90	Portaria	MC	25/03/2009	07/04/2009	Renovação	Jurídico
9999	109	Despacho	MC	15/07/2011		Alteração de Transmissor	Técnico
9999	499	Portaria	MC	16/10/2012	19/10/2012	Multa	Jurídico
9999	560	Decreto Legislativo	CN	12/11/2012	13/12/2012	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.033782/2019-15	5282	Ato	ORLE	29/08/2019	25/09/2019	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO PAMPEANA LTDA**

CNPJ: **89.384.176/0001-06**

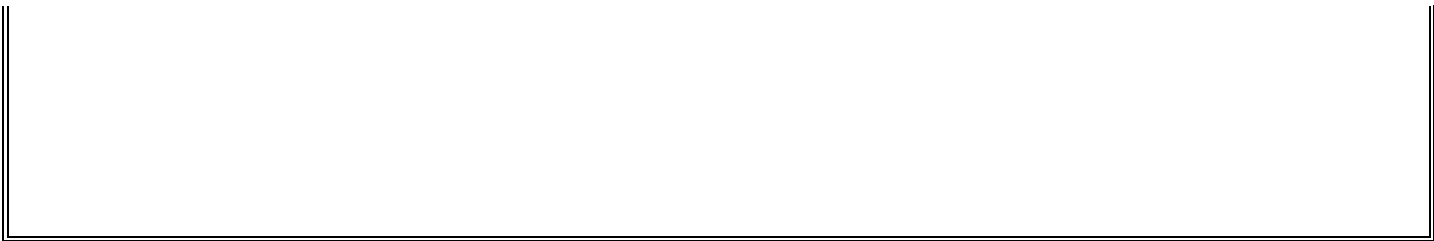
Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:26:30 do dia 13/08/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/09/2020.

Certidão expedida gratuitamente.



Imprimir

Voltar

**BOM DIA**
Renata Vieira MachadoSistemas
Interativos **Menu Principal** ▾SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ**CNPJ:** 89.384.176/0001-06

RADIO PAMPEANA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CAROLINA CAMERANESE SANT'ANA	804.948.890-04	RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Sócio	940	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Uruguaiana
PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA	188.226.900-44	RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Diretor (SÓCIO GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Uruguaiana
		RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Sócio	92120	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Uruguaiana
THIAGO CAMERANESE SANT'ANA	777.017.980-72	RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Sócio	940	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Uruguaiana

Usuário: [renata.mc](#) - Renata Vieira Machado**Data:** 13/08/2020**Hora:** 11:17:32



BOM DIA
Renata Vieira Machado

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 804.948.890-04

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CAROLINA CAMERANESE SANT'ANA	804.948.890-04	RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Sócio	940	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Uruguaiana

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado** Data: **13/08/2020** Hora: **11:18:19**



BOM DIA
Renata Vieira Machado

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 188.226.900-44

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA	188.226.900-44	RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Diretor (SÓCIO GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Uruguaiana
		RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Sócio	92120	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Uruguaiana

Usuário: [renata.mc](#) - Renata Vieira Machado Data: **13/08/2020** Hora: **11:19:14**



BOM DIA
Renata Vieira Machado

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 777.017.980-72

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
THIAGO CAMERANESE SANT'ANA	777.017.980-72	RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Sócio	940	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Uruguaiana

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado** Data: **13/08/2020** Hora: **11:20:10**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº: 01250.020217/2020-17

Interessado: Rádio Pampeana Ltda.

1. Tendo em vista o laudo de Vistoria Técnica apresentado via doc. SEI 5467507, fls. 53 a 64 pela RÁDIO PAMPEANA LTDA, executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul, com vistas à renovação da referida outorga, encaminho os autos ao Serviço de Alteração de Características Técnicas - SEACT, para que verifique se a estação encontra-se em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, conforme o Decreto 52.795/1963, art. 113, inciso X.

2. Após a adoção das medidas de estilo, solicito seja a Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão-CORAC informada quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 17/08/2020, às 11:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5793577** e o código CRC **1A2F2441**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.020217/2020-17

SEI-MC nº 5793577

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

CHECKLIST**Renovação de Outorga****Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – FM**

Processo nº 01250.020217/2020-17

Canal: 245 Frequência: 96,9 MHz

CNPJ: 89.384.176/0001-06

Localidade: URUGUAIANA

UF: RS

Entidade: RÁDIO PAMPEANA LTDA.

1. LISTA DE VERIFICAÇÃO

Responder as questões abaixo, marcando com um "X" em uma das opções: "SIM" ou "NÃO", e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

INFORMAÇÕES SOBRE A OUTORGA	SIM	NÃO	DOCUMENTO/ PÁGINA
1) Trata-se de migração do Serviço de OM para FM?		X	5786776-2
1.1) Se a resposta do "Item 1" foi "NÃO", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se: A frequência do Serviço de OM já foi devolvida ao Poder Concedente?			
1.1.1) Se a resposta do "Item 1.1" foi "SIM", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se: A entidade apresentou, também, o Laudo de Vistoria para Renovação do Serviço de OM? <i>obs.: Para casos de funcionamento simultâneo em OM e FM, a entidade deve apresentar Laudos de Vistoria para os dois Serviços.</i>			
2) A estação de FM encontra-se licenciada nos sistemas SRD e/ou MOSAICO, e/ou existe Licença de Funcionamento da estação nas Pastas Cadastrais e/ou a entidade apresentou a mesma nos autos do processo?	X		5786776-2 5467507-62

<p>2.1) Se a resposta do "Item 2" foi "SIM", seguir para o "Item 3", caso contrário responder se:</p> <p>No caso de migração de OM para FM, a estação de OM foi alguma vez licenciada?</p>			
--	--	--	--

Responder as afirmativas abaixo, marcando com "S" se os documentos entregues atendem aos requisitos, com "N" se não atendem ou não foram entregues, com "NA" se não for aplicável e com "NV" se não for possível a verificação do item, e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA	STATUS	DOCUMENTO/ PÁGINA
3) A Entidade não está bloqueada por motivo de débito no Sistema de Gestão de Créditos da Anatel - SIGEC.	S	5786779
4) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração cadastrada neste Ministério.	S	5786785
5) LAUDO/FORMULÁRIO PADRONIZADO DE VISTORIA (Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998 e Portaria SERAD nº 4.775/2018).	S	5467507-53 a 65
5.1) Identificação: a) Identificação da entidade; b) Identificação da emissora; c) Identificação do profissional habilitado (vistoriador).	S	5467507-53
5.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s).	S	5467507-54,55 e 65
5.3) Transmissores.		
5.3.1) Transmissor Principal: a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ($\pm 10\%$); e) Frequência de operação; f) Frequência medida ($\pm 2000\text{ Hz}$); g) Homologação/Certificação.	S	5467507-54 e 65
5.3.2) Transmissor Auxiliar (se houver): a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ($\pm 10\%$); e) Frequência de operação; f) Frequência medida ($\pm 2000\text{ Hz}$); g) Homologação/Certificação.	NA	
5.4) Antena.		
5.4.1) Antena Principal: a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo); f) Polarização.	S	5467507-54 e 62

5.4.2) Antena Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo); f) Polarização.	NA	
5.5) Linha de Transmissão.		
5.5.1) Linha de Transmissão Principal: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	S	5467507-54
5.5.2) Linha de Transmissão Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	NA	
5.6) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador).	S	5467507-55
5.7) Declaração do profissional habilitado.		
5.7.1) "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade deno Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....,de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	NA	
5.7.2) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "As características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente."	S	5467507-56
5.7.3) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "Atesto o atendimento às normas técnicas vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas."	S	5467507-56
5.7.4) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis."	S	5467507-56
5.8) Declaração da entidade: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias.....,vistoriando as instalações de nossa emissora de FM." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração.	S	5467507-56
5.9) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, e comprovante de quitação e também assinada pelo representante legal e pelo responsável técnico pelo Laudo de Vistoria.	S	5467507-56

6) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) Foi Apresentado Laudo de vistoria técnica padronizado, elaborado por profissional habilitado nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018.	S	5467507-53 a 65
6.1) O Laudo de vistoria padronizado foi firmado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração , em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963).	S	5467507-56

2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

OBSERVAÇÕES: TECNICAMENTE APTA.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 19/08/2020, às 18:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5802272** e o código CRC **9D632710**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

NOTA TÉCNICA Nº 2717/2020/SEI-MC

Processo n.º: **01250.020217/2020-17.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de análise de laudo de vistoria de estação de radiofrequência operando no canal 245 (duzentos e quarenta e cinco), classe A4, encaminhado pela **RÁDIO PAMPEANA LTDA** inscrita no CNPJ sob o n.º 89.384.176/0001-06, permissionária de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Uruguaiana/RS, apresentado para fins de renovação da outorga.

ANÁLISE

2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria SERAD n.º 4775, de 14 de setembro de 2018 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. A documentação apresentada, composta de laudo de vistoria técnica da estação, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal da entidade, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada, evento SEI nº5467507-páginas 53 a 65, atesta que a estação operava, na data de confecção do referido laudo, com as características técnicas em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal e norma técnica regulamentar vigente.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela devolução dos autos à Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão - CORAC informando que o laudo técnico da estação exigido nos termos do inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 19/08/2020, às 18:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 19/08/2020, às 18:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 20/08/2020, às 13:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5802380** e o código CRC **6EA67E8E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.020217/2020-17

SEI nº 5802380

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

DESPACHO

Processo nº:01250.020217/2020-17

Interessado: RÁDIO PAMPEANA LTDA.

Assunto: Renovação de Outorga

À CORAC,

Tendo em vista que a análise do laudo técnico apresentado concluiu que a entidade se encontra devidamente instalada em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga, conforme teor da Nota Técnica nº 2717/2020/SEI-MC, encaminhamos o processo à Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas de Serviços de Radiodifusão - CORAC para prosseguimento da análise jurídica do pedido de Renovação de Outorga.

Brasília, 19 de agosto de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 19/08/2020, às 18:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 20/08/2020, às 13:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5802411** e o código CRC **2ED93C34**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo: 01250.020217/2020-17			
Entidade: Rádio Pampeana LTDA		89.384.176/0001-06	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada		Localidade: Uruguaiana	UF: RS
Validade da Outorga: Vencida		Período: 08/05/2020 a 08/05/2030	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none"> - os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67; - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo; - a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública; - a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; - a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga; - nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa; 	OK	Sei 5467507, fls. 1 e 3
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	5786785, 5786795, 5786803 e 5786817*

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	PENDENTE	Sei 5467507, fls. 4 a 38 – CS a AC**
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	PENDENTE	Sei 5467507, fls. 39***
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	Sei 5467507, fls. 40 a 42

	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	PENDENTE	Sei 5467507, fls. 43 a 45 ****
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	Sei 5467507, fls. 46
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	Sei 5467507, fls. 47*
			Sei 5467507, fls. 48*
			Sei 5467507, fls. 49*
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	Sei 5467507, fls. 50 e 5786779*
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	Sei 5467507, fls. 47*
			Sei 5467507, fls. 51*
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	Sei 5467507, fls. 52*
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	Sei 5467507, fls. 53 a 64
	<p>*Documento extraído - no caso das telas extraídas da ANATEL/verificado – nos demais documentos, conforme os dados constantes do requerimento (Sei 5467507, fls. 1 e 3) bem como como da Prova de inscrição no CNPJ (Sei 5467507, fls. 46), tendo em vista que a última alteração que consta dos autos - Sei 5467507, fls. 32-38 - está registrada na Junta Comercial do Rio Grande do Sul com numeração não condizente com a última lançada na Certidão Simplificada (Sei 5467507, fls. 39), não sendo, portanto, possível verificar se é a alteração mais recente; pelo mesmo motivo exposto, não é possível analisar a composição societária da entidade detentora da outorga (SIACCO);</p> <p>**A última alteração que consta dos autos - Sei 5467507, fls. 32-38 - está registrada na Junta Comercial do Rio Grande do Sul com numeração não condizente com a última lançada na Certidão Simplificada (Sei 5467507, fls. 39), não sendo, portanto, possível verificar se é a alteração mais recente</p> <p>***Não é possível verificar se na referida Certidão foram registradas todas as alterações contratuais da entidade, eis que se trata de Certidão Simplificada;</p> <p>****Tendo em vista a Nota subscrita pelo representante legal da entidade detentora da outorga, o Sr. Paulo Antônio Mendes Sant'ana (Sei 5467507, fls. 43), a certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica deverá ser efetivamente juntada aos autos, assim que a Justiça Estadual retomar suas atividades, consoante o que foi declarado na referida Nota, e somente dessa forma, será possível a essa SERAD prosseguir com a devida análise do processo, com vistas a atender a legislação que regulamenta a matéria de renovação de outorga de radiodifusão.</p>		

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Renata Vieira Machado CARGO: Advogada	14.08.2020

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 2458/2020/SEI-MC

Processo nº 01250.020217/2020-17

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO PAMPEANA LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul, referente ao seguinte período: 08/05/2020 a 08/05/2030.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a redação atual do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. alterações contratuais porventura efetuadas posteriormente à última apresentada pela Entidade detentora da outorga (Sei5467507, fls. 32-38), registradas ou arquivadas no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão;

(Obs.: apenas caso haja alteração contratual registrada posteriormente à última apresentada pela Entidade detentora da outorga.)

3.2. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade;

(Obs.: Não é possível verificar se na Certidão apresentada pela Entidade detentora da outorga, foram registradas todas as alterações contratuais da entidade, tendo em vista tratar-se de Certidão Simplificada.)

3.3. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

(Obs.: Tendo em vista a Nota subscrita pelo representante legal da entidade detentora da outorga, o Sr. Paulo Antônio Mendes Sant'ana (Sei5467507, fls. 43), a certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica deverá ser efetivamente juntada aos autos, assim que a Justiça Estadual retomar suas atividades, consoante o que foi declarado na referida Nota, e somente dessa forma, será possível a essa SERAD prosseguir com a devida análise do processo, com vistas a atender a legislação que regulamenta a matéria de renovação de outorga de radiodifusão).

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira**, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão, em 17/08/2020, às 11:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5788946** e o código CRC **A71A48A3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 3368/2020/MC

Brasília, 14 de agosto de 2020.

Ao Senhor
Representante Legal da
RÁDIO PAMPEANA LTDA (CNPJ Nº 89.384.176/0001-06)
Rua Santana, 2499/501, Centro
97.510.540 - Uruguaiana/RS

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.0202017/2020-17.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 2458/2020/SEI-MC com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira**, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão, em 17/08/2020, às 11:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5788995** e o código CRC **FFED90EC**.

Data de Envio:

05/03/2021 09:06:55

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mtic.gov.br>

Para:

radio96@radio96.com
paulo@radio96.com
santana@radio96.com
processos@sulradio.com.br
sulradioprocessos@gmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Assunto:
Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 01250.020217/2020-17

INTERESSADA: - RÁDIO PAMPEANA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_5788995.html
Nota_Tecnica_5788946.html

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 7132/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 01250.020217/2020-17

INTERESSADO: RÁDIO PAMPEANA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO PAMPEANA LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Uruguaiana/RS, referente ao seguinte período: 08/05/2020 a 08/05/2030.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 2458/2020/SEI-MC, concluiu pela expedição do Ofício n.º 3368/2020/SEI-MC à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.007186/2021-30, acompanhado de documentos (SEI 5788946 e 5788995).

3. Ocorre que, por recomendação da Casa Civil da Presidência da República, faz-se necessária a complementação da documentação já apresentada, nos termos do art. 15, § 3º, incisos I ao VII, do Decreto nº 52.795/63; e do art. 222, § 1º, da Constituição Federal. Sendo assim, resta concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. declaração, assinada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Informa-se ainda ser vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

3.2. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador e aos empregados (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Uruguaiana/RS, encontra-se com o status "(FM-C7) Aguardando Ato de RF", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, com vistas ao atendimento da exigência formulada no **parágrafo 3º**, no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de antecipação de resposta, contado a partir de 30/06/2021, conforme prazo previsto na Portaria MCOM nº 2.344, de 06 de abril de 2021, publicada em 08 de abril de 2021, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 10/06/2021, às 12:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7590514** e o código CRC **AC2B968A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 12692/2021/MCOM

Brasília, 09 de junho de 2021.

Ao Senhor
Representante Legal da
RÁDIO PAMPEANA LTDA (CNPJ Nº 89.384.176/0001-06)
R. Santana, 2499/501, Centro
97.510.540 - Uruguaiana/RS

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.020217/2020-17.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 7132/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de antecipação de resposta, contado a partir de 30/06/2021, conforme prazo previsto na Portaria MCOM nº 2.344, de 06 de abril de 2021, publicada em 08 de abril de 2021.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 10/06/2021, às 12:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7590616** e o código CRC **E9E52C97**.

Data de Envio:

10/06/2021 15:18:48

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mc.com.gov.br>

Para:

radio96@radio96.com
paulo@radio96.com
santana@radio96.com
processos@sulradio.com.br
sulradioprocessos@gmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 01250.020217/2020-17

INTERESSADA: - RÁDIO PAMPEANA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_7590616.html
Nota_Tecnica_7590514.html



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO PAMPEANA LTDA**

CNPJ: **89.384.176/0001-06**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:36:59 do dia 29/11/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 29/12/2021.

Certidão expedida gratuitamente.



BOM DIA
Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		89.384.176/0001-06									
RADIO PAMPEANA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CAROLINA CAMERANESE SANT'ANA	804.948.890-04	RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Sócio	940	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Uruguaiana
PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA	188.226.900-44	RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Diretor (SÓCIO GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Uruguaiana
		RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Sócio	92120	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Uruguaiana
THIAGO CAMERANESE SANT'ANA	777.017.980-72	RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Sócio	940	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Uruguaiana

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 29/11/2021

Hora: 11:37:58



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 804.948.890-04									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CAROLINA CAMERANESE SANT'ANA	804.948.890-04	RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Sócio	940	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Uruguiana

Usuário: [ricardo.mctic](#) - **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**

Data: **29/11/2021**

Hora: **11:38:09**



BOM DIA

Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		188.226.900-44									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA	188.226.900-44	RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Diretor (SÓCIO GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Uruguaiana
		RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Sócio	92120	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Uruguaiana

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco Data: 29/11/2021 Hora: 11:38:17



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		777.017.980-72									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
THIAGO CAMERANESE SANT'ANA	777.017.980-72	RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Sócio	940	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Uruguaiana

Usuário: [ricardo.mctic](#) - **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**

Data: **29/11/2021**

Hora: **11:38:25**



home



datastore



network



map



Logout

SRD - Licenciamento

Version 1.0

Canais

Solicitações

Canais Excluídos

Todos



+ RTV/RTVD Secundário

1 total de registros



1 - 50



50



Atualizar



Filtrar



Salvar Filtro/Ordenação

Ação

Status



CNPJ



Editar dados da Outorga



(FM-C2) Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação

8938417600010

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

				REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA					
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 89.384.176/0001-06 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 21/12/1978	
NOME EMPRESARIAL RADIO PAMPEANA LTDA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****				PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada					
LOGRADOURO R SANTANA		NÚMERO 2499		COMPLEMENTO SALA 501	
CEP 97.510-471	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO URUGUAIANA		UF RS	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/08/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **29/11/2021** às **11:42:31** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO PAMPEANA LTDA
CNPJ: 89.384.176/0001-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:44:59 do dia 29/11/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/05/2022.

Código de controle da certidão: **C715.34C2.5963.4DFB**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Poder Judiciário Federal**

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Código de verificação: 7.039.564.552**CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS**

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa jurídica, de direito público ou privado, identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

Raiz do CNPJ pesquisado: 89.384.176

Certifica-se, conforme pesquisa no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que foi emitida no Tribunal Superior do Trabalho (TST) uma certidão de débitos trabalhistas **NEGATIVA**, identificada pelo nº 55196825/2021 e pelo CNPJ 89.384.176/0001-06, cuja a íntegra está disponível em: <http://www.tst.jus.br/certidao>

Observações:

1. Esta certidão não contempla processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
2. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), cautelar nominada (Caulnom), caução (Caução), contraprotesto judicial (CProt), cumprimento de sentença (CumSen), exceção de impedimento (Exclmp), exceção de incompetência (Exclnc), exceção de suspeição (ExcSusp), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução de título judicial (ExTiju), execução fiscal (ExFis), execução provisória em autos suplementares (ExProvAS), exibição (Exibic), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data (HD), homologação de transação extrajudicial (HoTrEx), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de desconsideração de personalidade jurídica (IDPJ), incidente de falsidade (IncFal), interdito proibitório (Interdito), interpelação (Inter), justificação (Justif), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), monitória (Monito), notificação (Notif), oposição (Oposic), petição cível (PetCiv), produção antecipada da prova (PAP), protesto (Protes), protesto (Protes), reintegração / manutenção de posse (RtMtPosse), restauração de autos (ResAutCiv), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), oposição (Oposic), pedido de mediação pré-processual (PMPP), protesto (Protes), protesto (Protes), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT)
4. Esta certidão contempla o polo ativo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), oposição (Oposic), pedido de mediação pré-processual (PMPP), protesto (Protes), protesto (Protes), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
5. Esta pesquisa foi realizada a partir da raiz do CNPJ informado pelo solicitante.
6. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: <https://pje.trt4.jus.br/certidoes/>

Certidão emitida em 29/11/2021 às 12:28

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 89.384.176/0001-06

Razão Social: RADIO PAMPEANA LTDA

Endereço: RUA SANTANA 2499 SALA 501 / CENTRO / URUGUAIANA / RS / 97510-471

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/11/2021 a 18/12/2021

Certificação Número: 2021111902121194523661

Informação obtida em 29/11/2021 12:33:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 18257/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 01250.020217/2020-17

INTERESSADO: RÁDIO PAMPEANA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO PAMPEANA LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Uruguai/RS, referente ao seguinte período: 08/05/2020 a 08/05/2030

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 7132/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício n.º 12692/SEI-MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI7590514 e 7590616). Em resposta, a Interessada protocolou os requerimentos sob os nº 53115.021157/2021-81, nº 53115.027092/2021-87 e nº 53115.038839/2021-22, acompanhado de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, **a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. declarações, datadas e assinadas pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

c) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações assinadas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

3.2. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

Justificativa: Necessidade de atualização.

3.3. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Assistente**, em 01/12/2021, às 11:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 01/12/2021, às 11:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8737829** e o código CRC **0FF08378**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 25425/2021/MCOM

Brasília, 29 de novembro de 2021.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO PAMPEANA LTDA (CNPJ Nº 89.384.176/0001-06)
Rua Santana, 2499/501 Centro
97510-540 - Uruguaiana/RS

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.020217/2020-17.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 18257/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 01/12/2021, às 11:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8737869** e o código CRC **BF8367A7**.

Anexos:

•

Data de Envio:

01/12/2021 11:54:32

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mc.com.gov.br>

Para:

radio96@radio96.com
paulo@radio96.com
santana@radio96.com
processos@sulradio.com.br
sulradioprocessos@gmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 01250.020217/2020-17

INTERESSADA: - RÁDIO PAMPEANA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_8737869.html
Nota_Tecnica_8737829.html

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 89.384.176/0001-06 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/12/1978
NOME EMPRESARIAL RADIO PAMPEANA LTDA		
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONOMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONOMICAS SECUNDARIAS Não informada		
CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R SANTANA	NUMERO 2499	COMPLEMENTO SALA 501
CEP 97.510-471	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICIPIO URUGUAIANA
UF RS		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/08/2004
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 23/03/2022 às 14:57:31 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA

 VOLTAR

 IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO PAMPEANA LTDA**

CNPJ: **89.384.176/0001-06**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:58:29 do dia 23/03/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 22/04/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 89.384.176/0001-06

Razão Social: RADIO PAMPEANA LTDA

Endereço: RUA SANTANA 2499 SALA 501 / CENTRO / URUGUAIANA / RS / 97510-471

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/03/2022 a 14/04/2022

Certificação Número: 2022031616475803444614

Informação obtida em 23/03/2022 14:56:53

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO PAMPEANA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 89.384.176/0001-06

Certidão nº: 9385038/2022

Expedição: 23/03/2022, às 14:57:12

Validade: 19/09/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO PAMPEANA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **89.384.176/0001-06**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO PAMPEANA LTDA
CNPJ: 89.384.176/0001-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:03:49 do dia 11/03/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/09/2022.

Código de controle da certidão: **2AB0.6B73.7298.6A78**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 554, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE ARAÇATUBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 9 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Difusora de Araçatuba Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de novembro de 2012.

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 555, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE SALWANÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria das Barreiras, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 479, de 21 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Cultural de Salwanópolis para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria das Barreiras, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de novembro de 2012.

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 556, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE VAQUEIROS DE CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristalândia do Piauí, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.216, de 30 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Vaqueiros de Cristalândia do Piauí para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristalândia do Piauí, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de novembro de 2012.

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 557, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA MORRO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 670, de 14 de outubro de 2008, que outorga autorização à Associação

Cultural de Difusão Comunitária Morro Grande para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de novembro de 2012.

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 558, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO GUAIBENSE DE APOIO CULTURAL E COMUNITÁRIO - AGACC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.088, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Guaibense de Apoio Cultural e Comunitário - AGACC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de novembro de 2012.

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 559, DE 2012

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ULTRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajinha, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.003, de 23 de dezembro de 2008, que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajinha, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de novembro de 2012.

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 560, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguai, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 90, de 25 de março de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 8 de maio de 2000, a permissão outorgada à Rádio Pampeana Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguai, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de novembro de 2012.

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 561, DE 2012

Aprova o ato que outorga concessão à CARMY TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 10 de junho de 2009, que outorga concessão à Carmy Telecomunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de novembro de 2012.

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 562, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PORTO AMAZONAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 443, de 28 de julho de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Porto Amazonas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de novembro de 2012.

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 563, DE 2012

Aprova o ato que outorga permissão à XARAES COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 297, de 14 de maio de 2009, que outorga permissão à Xaraes Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de novembro de 2012.

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 564, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE CAMPOGRANDE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 4 de fevereiro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 19 de março de 2008, a concessão outorgada à Sociedade Campo-grande

PORTARIA Nº 90 ,DE 25 DE MARÇO DE 2009.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53528.000072/2000, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 08 de maio de 2000, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA pela Portaria nº 92, de 02 de maio de 1980, publicada no D.O.U. do dia 08 de maio de 1980, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

Ministro de Estado das Comunicações

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 111, DE 1995

Aprova o ato que outorga permissão à Mattos, Andery e Santos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itarantim, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 142, de 13 de março de 1990, que outorga permissão à Mattos, Andery e Santos Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itarantim, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de setembro de 1995
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 112, DE 1995

Aprova o ato que outorga permissão à FM Cinderela Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colorado, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 127, de 13 de março de 1990, que outorga permissão à FM Cinderela Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colorado, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de setembro de 1995
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 113, DE 1995

Aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Record S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/n, de 30 de setembro de 1992, que renova a outorga deferida à Rádio Record S.A. para explorar, por quinze anos, a partir de 5 de outubro de 1992,

serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), sem exclusividade, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de setembro de 1995
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 114, DE 1995

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à empresa Rádio TV do Amazonas S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/n, de 30 de julho de 1992, que renova a concessão outorgada à empresa Rádio TV do Amazonas Ltda., atual Rádio TV do Amazonas S.A., para explorar, por quinze anos, a partir de 20 de junho de 1988, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de setembro de 1995
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 115, DE 1995

Aprova o ato que renova a permissão da Colinhalfin - Empresa de Rádio Difusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 84, de 22 de junho de 1992, que renova, por dez anos, a partir de 22 de maio de 1991, a permissão outorgada à Rádio Colon Ltda., posteriormente transferida à Colinhalfin - Empresa de Rádio Difusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de setembro de 1995
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 116, DE 1995

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pampeana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 55, de 22 de junho de 1992, que renova a permissão outorgada à Rádio Pampeana Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de maio de 1990, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de setembro de 1995
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 117, DE 1995

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sucesso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 123, de 13 de março de 1990, que outorga permissão à Rádio Sucesso Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de setembro de 1995
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 118, DE 1995

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema RB de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 143, de 13 de março de 1990, que outorga permissão ao Sistema RB de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de setembro de 1995
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Cabe mandato de segurança contra ato jurisdicional penal?



Ada Pellegrini Grinover responde a essa pergunta no próximo número da Revista do TRF da 1ª Região, volume 7, número 2, abr/jun 95, que ainda apresenta textos de Calmon de Passos e Ives Gandra Martins, além de acórdãos e sentenças dos Juízes Federais da 1ª Região.

Preço: R\$ 18,00

Ao preço não estão incluídas as despesas postais.

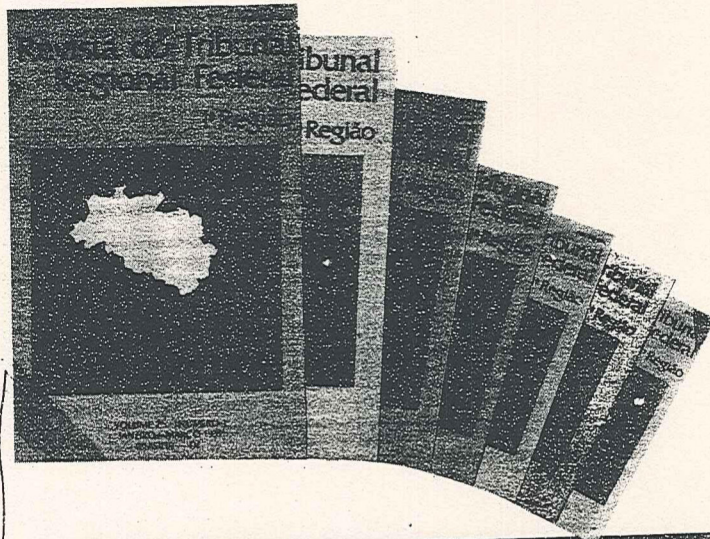
A obra é oferecida, também, em forma de assinaturas por 4 exemplares, correspondentes a 1 (um) ano.

Preços:

Retirada na Imprensa Nacional: R\$ 72,00
Remessa Via Correio: R\$ 81,56

NÚMEROS ANTERIORES

1993	1994	1995
Vol. 5 Nº 1 preço R\$ 4,30	Vol. 6 Nº 1 preço R\$ 5,28	Vol. 7 Nº 1 preço R\$ 14,50
Vol. 5 Nº 2 preço R\$ 4,30	Vol. 6 Nº 2 preço R\$ 4,30	
	Vol. 6 Nº 3 preço R\$ 5,50	
	Vol. 6 Nº 4 preço R\$ 5,50	



ATENÇÃO

Vem aí o Ementário do TRF da 1ª Região com tarta análise comparativa de acórdãos. Reserve agora na Imprensa Nacional o seu exemplar referente ao quadrimestre janeiro/abril 95.

INFORMAÇÕES E VENDAS:

IMPRENSA NACIONAL, SIG, Quadra 6, Lote 800. Caixa Postal 30.000
CEP 70604-900 Brasília - DF. Telefone: (061) 313-9905. Fax: (061) 313-9528.

PUBLICADO NO D.O. DE 2 / 7 / 1992



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES



Portaria n.º 55 , de 22 de junho de 1992

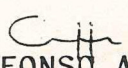
O Ministro de Estado dos Transportes e das Comunicações, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 6º, inciso II, alínea d, da Lei 8.422, de 13 de maio de 1992, e tendo em vista o que consta do Processo nº 29102.001710/89, resolve:

I - Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por 10(dez) anos, a partir de 08 de maio de 1990, a permissão outorgada à **RÁDIO PAMPEANA LTDA.**, pela Portaria nº 092, de 02 de maio de 1980, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

II - A execução do serviço, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

III - Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETTO

SENADO FEDERAL

Protocolo Legislativo

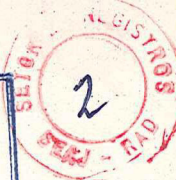
P.D.S. N.º

34/94

Fls. 06

Republicada no DOU de
12/05/80 - pag. 8449.

PUBLICADO
NO
DIÁRIO OFICIAL
de 08 / 05 / 19 80
Página N.º 8244
Encarregado da Revisão



Portaria n.º 092 , de 02 de maio de 1980

O Ministro de Estado DAS
COMUNICAÇÕES, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º
do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e tendo em vista o
que consta do Processo MC nº 5.828/79 (Edital nº 34/79),

R E S O L V E :

I - Outorgar permissão, de acordo com o artigo
32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo De-
creto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à RÁDIO PAMPEANA LTDA.,
para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação de ra-
diodifusão sonora em frequência modulada, na cidade Uruguaiana,
Estado do Rio Grande do Sul.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á de acor-
do com as cláusulas baixadas com esta Portaria e entrará em vi-
gor na data de sua publicação.

HAROLDO CORRÊA DE MATTOS
Ministro de Estado das Comunicações

CLÁUSULAS A QUE SE REFERE A PORTARIA
Nº 092 , DE 02 DE maio DE 1980

I

Fica assegurado à RÁDIO PAMPEANA LTDA., o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, com as características de operação de acordo com as Normas Técnicas para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.

II

A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, e entrará em vigor a partir da publicação, no Diário Oficial da União, do ato de outorga.

III

A permissionária é obrigada a:

- a) ter sua Diretoria constituída exclusivamente brasileiros natos;
- b) ter seu quadro social constituído exclusivamente de brasileiros, bem como cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- c) admitir, para as funções técnicas ou operacionais relativas à execução dos serviços de radiodifusão, somente brasileiros, permitido, porém, com autorização expressa do Ministério das Comunicações, o contrato de assistência técnica com empresa ou organização estrangeira, não superior a 6 (seis) meses, exclusivamente na fase de instalação e início de funcionamento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos, na forma dos artigos 7º e 8º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;



d) manter, efetivamente, na totalidade dos seus serviços, 2/3 (dois terços), no mínimo, de pessoal brasileiro;

e) não transferir, direta ou indiretamente, a permissão, sem prévia autorização do Governo Federal;

f) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, nos prazos previstos nas leis, regulamentos e instruções vigentes e futuras sobre a matéria, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões, imediatamente, após o recebimento da intimação, sem que, por isso, assista à permissionária direito a qualquer indenização;

g) submeter-se, na forma da lei e dos regulamentos, à fiscalização do Governo Federal, ao qual formecerá todos os elementos exigidos para esse fim;

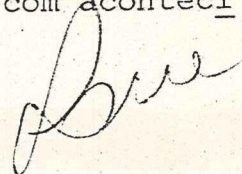
h) pagar taxas e contribuições existentes ou que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento;

i) executar os serviços na conformidade do artigo 3º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

j) manter em dia os registros de programação, de acordo com o estipulado no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

l) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como integrar, gratuitamente, as Redes de Radiodifusão, sob a direção da Empresa Brasileira de Notícias - EBN, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, sempre que para isso seja convocada pela autoridade competente, para a divulgação de assunto de relevante interesse nacional;

m) irradiar, com indispensável prioridade e a título gratuito, os avisos expedidos pela Chefia de Polícia local ou autoridade congênere, em casos de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com aconteci



mentos imprevistos;

n) submeter, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação do ato de outorga, no Diário Oficial da União, à aprovação do Ministério das Comunicações, o local escolhido para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos;

o) inaugurar o serviço definitivo no prazo de 2 (dois) anos, a contar da aprovação de que trata a alínea anterior;

p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos e instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço permitido;

q) não alterar, em qualquer tempo, seus estatutos ou contrato social, nem efetivar transferência de ações ou cotas, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal;

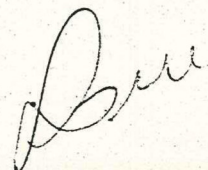
r) manter sua estação em perfeito funcionamento com a eficiência necessária e de acordo com as normas técnicas e operacionais que estiverem em vigor ou vierem a ser fixadas pelo Ministério das Comunicações;

s) manter a sua escrita e contabilidade padronizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações;

t) não firmar qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências consignadas e à exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia autorização do Ministério das Comunicações;

u) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

v) cumprir todas as prescrições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes à programação.



IV

A permissionária é obrigada, também, a reservar o seguinte tempo destinado, especificamente, a:

a) programas educacionais, compreendendo 5 (cinco) horas semanais, conforme o estipulado no artigo 16, §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

b) programas informativos - um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, além do estabelecido na letra "1" da cláusula anterior.

V

Fica assegurado à União o direito sobre todo o acervo da Sociedade para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela.

VI

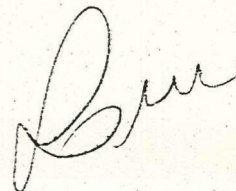
A freqüência consignada à Sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incidindo sobre essa freqüência o direito de posse da União.

VII

Em qualquer tempo são aplicáveis à permissionária os preceitos da legislação sobre desapropriações e requisições.

VIII

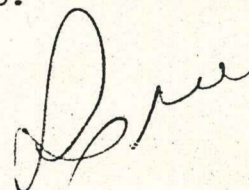
A inobservância de qualquer das estipulações contidas nestas cláusulas sujeitará a permissionária às penalidades estabelecidas em leis e regulamentos. Não havendo penalidade ex



pressamente prevista, aplicar-se-á pena de multa a ser fixada pelo Ministério das Comunicações, observados os princípios do artigo 61 do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, alterado pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

IX

Findo o prazo da outorga, a que se refere a cláusula II, salvo procedimento tempestivo de renovação e respectivo deferimento, será a mesma declarada perempta, sem que a permissionária tenha direito a qualquer indenização.





BOA TARDE
Monique Cabral da Silva

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		89.384.176/0001-06									
RADIO PAMPEANA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CAROLINA CAMERANESE SANT'ANA	804.948.890-04	RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Sócio	940	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Uruguaiana
PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA	188.226.900-44	RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Diretor (SÓCIO GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Uruguaiana
		RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Sócio	92120	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Uruguaiana
THIAGO CAMERANESE SANT'ANA	777.017.980-72	RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Sócio	940	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Uruguaiana

Usuário: monique.mc - Monique Cabral da Silva

Data: 24/03/2022

Hora: 16:12:48

BOA TARDE
Monique Cabral da SilvaSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		804.948.890-04									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CAROLINA CAMERANESE SANT'ANA	804.948.890-04	RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Sócio	940	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Uruguaiana

Usuário: [monique.mc - Monique Cabral da Silva](#)Data: [24/03/2022](#)Hora: [16:13:05](#)

BOA TARDE
Monique Cabral da SilvaSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		188.226.900-44									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO ANTONIO MENDEZ SANT'ANA	188.226.900-44	RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Diretor (SÓCIO GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Uruguaiana
		RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Sócio	92120	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Uruguaiana

Usuário: [monique.mc](#) - Monique Cabral da Silva

Data: 24/03/2022

Hora: 16:13:20

BOA TARDE
Monique Cabral da SilvaSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 777.017.980-72											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
THIAGO CAMERANESE SANT'ANA	777.017.980-72	RADIO PAMPEANA LTDA	89.384.176/0001-06	Sócio	940	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Uruguaiana

Usuário: [monique.mc - Monique Cabral da Silva](#)Data: [24/03/2022](#)Hora: [16:13:36](#)



BOA TARDE
Renata Vieira Machado

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	RADIO PAMPEANA LTDA

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [renata.mc](#) - Renata Vieira Machado

Data: 25/03/2022

Hora: 14:05:26





BOA TARDE
Renata Vieira Machado

Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

 Dados da consulta  Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	89.384.176/0001-06

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [renata.mc](#) - Renata Vieira Machado

Data: 25/03/2022

Hora: 14:06:41

Id solicitação: 57dbac4021caa

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO PAMPEANA LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (55) 4123334	E-mail:
CNPJ: 89.384.176/0001-06	Número do Fistel: 03008011659
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 08/05/2000	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA SANTANA	Complemento: SALA 501	
Bairro: CENTRO	Numero: 2499	
Município: Uruguaiana	UF: RS	CEP: 97510471

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rua Santana	Complemento: Salas 501 e 502	
Bairro: Centro	Numero: 2499	
Município: Uruguaiana	UF: RS	CEP: 97501540

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua Santana	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 2499	
Município: Uruguaiana	UF: RS	CEP: 97501540

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Santana	Complemento: Salas 501 e 502	
Bairro: Centro	Numero: 2499	
Município: Uruguaiana	UF: RS	CEP: 97501540

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Uruguaiana	UF: RS

Parâmetros Técnicos			
Canal: 245	Frequência: 96.9 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: 15.7842kW
HCI: 56 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais

Número da Estação: 9546316	Número Indicativo: ZYD585
Data Último Licenciamento: 13/02/2022	Número da Licença: 53500.009109/2022-51

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 29°45'25" S	Longitude: 57°5'19" W	Cota da base: 79.1 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002850402252	Modelo: FM 3000
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 3.0 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50J	Fabricante: RFS Radio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 30.0 m	Atenuação: 1.13 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: TEVP 6	Fabricante: TEEL TELE ELETROINICA LTDA				
Ganho: 8.05 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 120 °	Polarização: Vertical	HCI: 56 m	ERP Máxima: 15.78 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.92	5°: 0.99	10°: 1.06	15°: 1.2	20°: 1.33	25°: 1.51	30°: 1.7	35°: 1.91	40°: 2.13	45°: 2.32	50°: 2.51	55°: 2.66
60°: 2.82	65°: 2.62	70°: 2.43	75°: 2.15	80°: 1.88	85°: 1.68	90°: 1.48	95°: 1.35	100°: 1.21	105°: 1.06	110°: 0.92	115°: 0.86
120°: 0.81	125°: 0.77	130°: 0.72	135°: 0.67	140°: 0.61	145°: 0.57	150°: 0.53	155°: 0.46	160°: 0.39	165°: 0.36	170°: 0.32	175°: 0.3
180°: 0.27	185°: 0.27	190°: 0.27	195°: 0.22	200°: 0.18	205°: 0.15	210°: 0.12	215°: 0.1	220°: 0.07	225°: 0.04	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0.06	260°: 0.11	265°: 0.12	270°: 0.13	275°: 0.18	280°: 0.23	285°: 0.24	290°: 0.26	295°: 0.28
300°: 0.3	305°: 0.35	310°: 0.39	315°: 0.44	320°: 0.49	325°: 0.53	330°: 0.57	335°: 0.61	340°: 0.64	345°: 0.72	350°: 0.79	355°: 0.85

Coordenadas por radial											
0°: Lat 29°33'54.48" S Lon 57°5'19.21" W	5°: Lat 29°33'52.38" S Lon 57°4'9.6" W	10°: Lat 29°33'41.59" S Lon 57°2'56.72" W	15°: Lat 29°33'55.04" S Lon 57°1'46.83" W	20°: Lat 29°34'31.56" S Lon 57°0'45.98" W	25°: Lat 29°34'54.71" S Lon 56°59'41.58" W	30°: Lat 29°35'10.32" S Lon 56°58'31.56" W	35°: Lat 29°35'55.17" S Lon 56°57'40.9" W	40°: Lat 29°36'42.92" S Lon 56°56'6" W	45°: Lat 29°37'29.69" S Lon 56°56'5" W	50°: Lat 29°38'25.01" S Lon 56°55'44.47" W	55°: Lat 29°39'21" S Lon 56°55'22.41" W
60°: Lat 29°40'17.05" S Lon 56°55'7.07" W	65°: Lat 29°29'41'6.54" S Lon 56°54'43.46" W	70°: Lat 29°41'55.63" S Lon 56°54'19.95" W	75°: Lat 29°42'43.84" S Lon 56°53'50.91" W	80°: Lat 29°43'39.86" S Lon 56°53'58.86" W	85°: Lat 29°44'29.63" S Lon 56°53'23.69" W	90°: Lat 29°45'23.94" S Lon 56°52'59" W	95°: Lat 29°46'19.96" S Lon 56°53'1.7" W	100°: Lat 29°47'15.55" S Lon 56°53'10.02" W	105°: Lat 29°48'54.11" S Lon 56°53'45.02" W	110°: Lat 29°49'39.64" S Lon 56°54'14.05" W	115°: Lat 29°50'28.3" S Lon 56°54'47.51" W
120°: Lat 29°50'17.01" S Lon 56°55'34.46" W	125°: Lat 29°50'41.14" S Lon 56°56'37.43" W	130°: Lat 29°51'34.63" S Lon 56°56'50.24" W	135°: Lat 29°52'21.78" S Lon 56°57'17.73" W	140°: Lat 29°53'14.77" S Lon 56°57'43.88" W	145°: Lat 29°54'6.84" S Lon 56°58'17.16" W	150°: Lat 29°54'32.68" S Lon 56°59'14.01" W	155°: Lat 29°55'25.52" S Lon 57°0'8.19" W	160°: Lat 29°55'37.22" S Lon 57°1'1.87" W	165°: Lat 29°55'58.93" S Lon 57°2'3.04" W	170°: Lat 29°56'20.7" S Lon 57°3'5.69" W	175°: Lat 29°56'28.3" S Lon 57°4'12.19" W
180°: Lat 29°56'45.07" S Lon 57°5'19.21" W	185°: Lat 29°56'51.92" S Lon 57°6'28.62" W	190°: Lat 29°56'53.39" S Lon 57°7'39.4" W	195°: Lat 29°56'53.9" S Lon 57°8'52.41" W	200°: Lat 29°56'39.59" S Lon 57°10'2.81" W	205°: Lat 29°56'15.56" S Lon 57°11'9.61" W	210°: Lat 29°55'50.67" S Lon 57°12'16.48" W	215°: Lat 29°55'12.84" S Lon 57°13'14.69" W	220°: Lat 29°54'34.61" S Lon 57°14'12.01" W	225°: Lat 29°53'55.56" S Lon 57°15'9.13" W	230°: Lat 29°53'15.06" S Lon 57°16'6.61" W	235°: Lat 29°52'21.57" S Lon 57°16'46.91" W
240°: Lat 29°51'30.32" S Lon 57°17'30.89" W	245°: Lat 29°50'39.55" S Lon 57°18'19.68" W	250°: Lat 29°49'44.14" S Lon 57°19'3.72" W	255°: Lat 29°48'44.43" S Lon 57°9'42.43" W	260°: Lat 29°47'35.91" S Lon 57°9'42.99" W	265°: Lat 29°46'26.02" S Lon 57°8'58.38" W	270°: Lat 29°45'23.82" S Lon 57°8'55.91" W	275°: Lat 29°44'23.72" S Lon 57°18'30.9" W	280°: Lat 29°43'25.72" S Lon 57°18'10.97" W	285°: Lat 29°42'26.54" S Lon 57°18'1.32" W	290°: Lat 29°41'32.82" S Lon 57°7'30.25" W	295°: Lat 29°40'42.41" S Lon 57°6'54.29" W
300°: Lat 29°39'48.52" S Lon 57°16'28.02" W	305°: Lat 29°29'39'4.64" S Lon 57°15'42.8" W	310°: Lat 29°38'28.06" S Lon 57°14'49.78" W	315°: Lat 29°37'46.48" S Lon 57°14'5.82" W	320°: Lat 29°29'37'4.74" S Lon 57°13'21.37" W	325°: Lat 29°36'22.38" S Lon 57°2'35.66" W	330°: Lat 29°35'39.09" S Lon 57°1'47.81" W	335°: Lat 29°29'35'3.31" S Lon 57°10'52.25" W	340°: Lat 29°34'44.93" S Lon 57°9'46.85" W	345°: Lat 29°34'31.69" S Lon 57°8'40.33" W	350°: Lat 29°34'9.61" S Lon 57°7'36.03" W	355°: Lat 29°34'1.83" S Lon 57°6'27.88" W

Distância por radial											
0°: 21.3	5°: 21.5	10°: 22	15°: 22	20°: 21.5	25°: 21.5	30°: 21.9	35°: 21.5	40°: 21	45°: 20.7	50°: 20.1	55°: 19.6
60°: 19	65°: 18.8	70°: 18.8	75°: 19.1	80°: 18.5	85°: 19.3	90°: 19.8	95°: 19.8	100°: 19.8	105°: 19.3	110°: 19	115°: 18.7
120°: 18.1	125°: 17.1	130°: 17.8	135°: 18.2	140°: 19	145°: 19.7	150°: 19.6	155°: 19.7	160°: 20.1	165°: 20.3	170°: 20.6	175°: 20.6
180°: 21	185°: 21.3	190°: 21.6	195°: 22	200°: 22.2	205°: 22.2	210°: 22.3	215°: 22.2	220°: 22.2	225°: 22.3	230°: 22.6	235°: 22.5

240°: 22.6	245°: 23.1	250°: 23.5	255°: 24	260°: 23.5	265°: 22	270°: 21.9	275°: 21.3	280°: 21	285°: 21.2	290°: 20.9	295°: 20.6
300°: 20.7	305°: 20.4	310°: 20	315°: 20	320°: 20.1	325°: 20.4	330°: 20.9	335°: 21.2	340°: 21	345°: 20.9	350°: 21.2	355°: 21.2

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 012830602337						Modelo: TFM 300					
Fabricante: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda						Potência de Operação: 0.3 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo: RGC213-50J						Fabricante: KMP/RFS					
Comprimento da Linha: 16.0 m			Atenuação: 4.08 dB/100m			Perdas Acessórias: 0.1 dB			Impedância: 50.00 ohms		

Antena Auxiliar											
Modelo: DPBLFM/76-108/0dB						Fabricante: Auad Corrêa Equipamentos Eletrônicos Ltda					
Ganho: 0.0 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 10 °		Polarização: Vertical		HCI: 34.0 m		ERP Máxima: 15.78 kW	

RDS											
Código PI:											

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	92	Portaria	MC	02/05/1980	08/05/1980	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
01250029600201999	4598	Portaria	MCTIC	09/09/2019	10/09/2019	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	75	Ofício	MC	31/01/1984		Advertência	Jurídico
9999	365	Portaria	MC	25/09/1990		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	55	Portaria	MC	22/06/1992	02/07/1992	Renovação	Jurídico
9999	81092	Despacho	MC	08/10/1992		Advertência	Jurídico
9999	102	Portaria	MC	30/08/1994		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	116	Decreto Legislativo	CN	26/09/1995	27/09/1995	Renovação	Jurídico
9999	12118	Ato	ER	05/10/2000	12/02/2001	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	90	Portaria	MC	25/03/2009	07/04/2009	Renovação	Jurídico
9999	109	Despacho	MC	15/07/2011		Alteração de Transmissor	Técnico
9999	499	Portaria	MC	16/10/2012	19/10/2012	Multa	Jurídico
9999	560	Decreto Legislativo	CN	12/11/2012	13/12/2012	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.033782/2019-15	5282	Ato	ORLE	29/08/2019	25/09/2019	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.041837/202	5161	Ato	ORLE	21/09/2020	01/10/2020	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

0-96	
Horário de funcionamento	

renata.mc@anatel.gov.br

Data de Envio:

23/03/2022 15:17:23

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corre@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta à CGFM quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração.

Mensagem:

Processo nº: 01250.020217/2020-17

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RADIO PAMPEANA LTDA (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no município de Uruguaiana/RS, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

RE: Consulta à CGFM quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração.

cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Qui, 24/03/2022 12:55

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RADIO PAMPEANA LTDA (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no município de Uruguaiana/RS, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 23 de março de 2022 15:17

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta à CGFM quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração.

Processo nº: 01250.020217/2020-17

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RADIO PAMPEANA LTDA (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no município de Uruguaiana/RS, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº: 01250.020217/2020-17

Entidade: RÁDIO PAMPEANA LTDA

CNPJ nº: 89.384.176/0001-06

FISTEL nº: 03008011659

Localidade: Uruguaiana/RS

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 07/05/2020

Período: 08/05/2020 a 08/05/2030

Tipo de outorga a ser renovada:

☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.

☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.

☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	Petição 5467507, Págs. 1 a 3	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	Petição 8895095, Pág. 3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	Petição 5467507, Pág. 1, "a"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	Petição 5467507, Pág. 1, "b"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	Petição 5467507, Pág. 2, "c"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	

e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 5467507, Pág. 2, "d"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 5467507, Pág. 2, "e"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 5467507, Pág. 2, "f"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 8895095, Pág. 3	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 8895095, Pág. 3	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 9605385 e 9609094	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
3. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	() Sim () Não (X) Não se aplica	5467507, Págs. 4-38	- Art. 113, inciso I do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
4. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 8895095, Pág. 4	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura);	() Sim () Não (X) Não se aplica	5467507, págs. 40-42	- Art. 113, inciso III do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
6. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 6802003, Pág. 6	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	

7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 9599239	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F Petição 9599267 E Petição 5467507, Pág. 48 M Petição 5467507, Pág. 49	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
9. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 9599247	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
10. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS Petição 9599267 FGTS Petição 9599254	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 9599258	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	
12. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 8895095, Págs. 5 a 7	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
13. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 9472062, Pág. 2	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------

14. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.	() Sim () Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
15. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	() Sim () Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais

- n/a

Conclusão

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 26/04/2022, às 10:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9597759** e o código CRC **2E629374**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 3876/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.020217/2020-17

INTERESSADA: RÁDIO PAMPEANA LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Pampeana Ltda**, inscrita no CNPJ nº **89.384.176/0001-06**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Uruguaiana/RS, vinculado ao FISTEL nº **03008011659**, referente ao período de 8 de maio de 2020 a 8 de maio de 2030.
2. Por meio das Notas Técnicas nº 2458/2020/SEI-MC, nº 7132/2021/SEI-MCOM, nº 18257/2021/SEI-MCOM, acompanhadas dos Ofícios nº 3368/2020/MC, nº 12692/2021/MCOM, nº 25425/2021/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido de renovação de outorga (SEI 5788946, 7590514, 8737829 e SEI 5788995, 7590616, 8737869).
3. Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolos nº 53115.007186/2021-30, nº 53115.021157/2021-81, nº 53115.027092/2021-87, nº 53115.038839/2021-22, nº 53115.041119/2021-44 e nº 53115.003792/2022-67).

ANÁLISE

4. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
5. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de

serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Pampeana Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de maio de 1980 (SEI 9608084 - Págs. 4-9).

8. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública, referente ao decênio **2000-2010**, ocorreu por intermédio da Portaria nº 90, de 25 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 de abril de 2009, cancelado pelo Decreto Legislativo nº 560, de 2012, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de novembro de 2012 (SEI9603139 - Págs. 1-2). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 8 de maio de 2010, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga.

9. Em relação ao decênio de **2010-2020**, entidade apresentou o pedido de renovação no dia 8 de fevereiro de 2010, por meio do Processo nº 53000.005894/2010-71, acompanhado de parte da documentação exigível até então. Constata-se, portanto, que o prazo legal vigente à época foi observado. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 8 de novembro de 2009 e 8 de fevereiro de 2010. De todo modo, o processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em julho de 2018. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o período encerrado sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido de renovação de outorga.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **7 de maio de 2020**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 5467507). Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 8 de maio de 2019 a 8 de maio de 2020.

13. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI9597759). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a

apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

14. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

15. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 9597759).

16. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 24 de março de 2022 e 25 de março de 2022 (SEI 9605385 e SEI 9609094).

17. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora apenas o serviço de radiodifusão em testilha e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Paulo Antonio Mendez Sant'ana, e os sócios Carolina Cameranesse Sant'ana e Thiago Cameranesse Sant'ana não compõem o quadro societário de pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

18. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 9605428). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 9604979).

19. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 9597759).

20. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

21. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

a) a razão social;

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

c) o nome fantasia; e

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

a) o estado e o município de execução do serviço; e

b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

22. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

23. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

24. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 13 de fevereiro de 2022, com validade até 8 de maio de 2030 (SEI 9472062 - Pág. 2).

25. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Uruguaiana/RS, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

26. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas colacionadas abaixo, na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e

b) posterior remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 6º, da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 26/04/2022, às 10:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 26/04/2022, às 10:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 26/04/2022, às 18:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga substituto**, em 27/04/2022, às 17:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9600401** e o código CRC **99A81970**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº _____, DE _____ DE 2022.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.020217/2020-17, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3876/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º _____,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), nos termos da Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada em 8 de maio de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº _____ - MCOM

Brasília, _____ de _____ de 2022.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.020217/2020-17, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3876/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), nos termos da Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada em 8 de maio de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.020217/2020-17

SEI nº 9600401

Ofício Interno nº 19079/2022/MCOM

Brasília, na data da assinatura

A Senhora
Carolina Scherer Bicca
Consultora Jurídica
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 3876/2022/SEI-MCOM (9600401)

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 3876/2022/SEI-MCOM (9600401), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

Otávio Viegas Caixeta
Secretário de Radiodifusão Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Viegas Caixeta**, **Secretário de Radiodifusão substituto**, em 27/04/2022, às 17:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9752154** e o código CRC **7472602F**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA
DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.020217/2020-17

INTERESSADOS: RADIO PAMPEANA LTDA. - ME

ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela **RÁDIO PAMPEANA LTDA**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul, pelo período de 8.5.2020 a 8.5.2030.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 3876/2022/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da **RÁDIO PAMPEANA LTDA**, encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul, no período de 8 de maio de 2020 a 8 de maio de 2030.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 3876/2022/SEI-MCOM**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (**SEI nº 9600401**):

8. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública, referente ao decênio **2000-2010**, ocorreu por intermédio da Portaria nº 90, de 25 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 de abril de 2009, cancelado pelo Decreto Legislativo nº 560, de 2012, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de novembro de 2012 (SEI [9603139](#) - Págs. 1-2). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 8 de maio de 2010, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga.

9. Em relação ao decênio de **2010-2020**, entidade apresentou o pedido de renovação no dia 8 de fevereiro de 2010, por meio do Processo nº [53000.005894/2010-71](#), acompanhado de parte da documentação exigível até então. Constata-se, portanto, que o prazo legal vigente à época foi observado. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 8 de novembro de 2009 e 8 de fevereiro de 2010. De todo modo, o processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em julho de 2018. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o período encerrado sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido de renovação de outorga.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

3. No requerimento protocolado em 7.5.2020 (SEI **5467507**, fls. 1/2), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCOM: *"Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Uruguai/RS, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963"*.

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "*Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens*".

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "*Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei*".

12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, "*o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão*".

13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "*o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência*".

15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Renovação

21. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 3893/2022/SEI-MCOM**.

22. O pedido fora apresentado tempestivamente, nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.785/72, segundo o qual o requerimento deve ser apresentado durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. No caso, a permissão expirou em 8.5.2020 e o pedido foi apresentado em 7.5.2020 (SEI 5467507, fls. 1/2).

23. Anote-se que a petição foi subscrita pelo administrador da entidade Paulo Antônio Mendez Sant'ana, designado para a função na Cláusula VII do Contrato Social, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 14.12.1978 (SEI 5467507, fls. 4/7).

24. No que se refere ao período anterior 2010-2020, independentemente das razões que tenham dado causa à não conclusão dos processos em questão, observa-se que a entidade solicitou a renovação da outorga, mas não houve posicionamento conclusivo da Administração Pública. Dessa forma, entendemos não ser possível penalizá-la neste momento em razão da mora administrativa na análise do pedido, motivo pelo qual opinamos pelo conhecimento do presente processo de renovação. **Por outro lado, não se pode deixar de registrar que compete à autoridade administrativa, que possui contato com a realidade fática que ensejou a não conclusão das análises em comento, tomar as providências cabíveis no caso de serem detectados indícios de responsabilidades pessoais dos agentes públicos envolvidos.**

25. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo *"Lista de Verificação de Documentos"* (SEI nº 9597759).

26. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

I - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

III - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

X - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020\)](#).

XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

27. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou da seguinte forma:

13. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI [9597759](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

14. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

15. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI [9597759](#)).

(...)

19. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [9597759](#)).

20. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

28. Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SEI **8895095**, fl. 4); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SEI **6802003**, fl. 6); prova de inscrição no CNPJ (SEI **9599239**); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (SEI **9599267**), às Fazendas estadual

(SEI 5467507, fl. 48) e municipal da sede da pessoa jurídica (SEI 5467507, fl. 49); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel (SEI 9599247); prova de regularidade relativa à ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SEI 9599254); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI 9599258).

29. Observa-se que algumas certidões venceram no curso da instrução processual. Tal fato não constitui irregularidade, pois à época em que foram apresentadas estavam perfeitamente válidas. Além disso, por ocasião da assinatura do termo aditivo deverão ser renovadas.

30. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, em conformidade com as exigências normativas (SEI 5467507, fls. 1/2; 8895095, fl. 3; 7941363, fl. 3).

31. **Em relação à regularidade técnica**, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Radiodifusão prestou os seguintes esclarecimentos:

21. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;*
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;*
- c) o nome fantasia; e*
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);*

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e*
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;*

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);*
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;*
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e*
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e*

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

22. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

23. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

24. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 13 de fevereiro de 2022, com validade até 8 de maio de 2030 (SEI [9472062](#) - Pág. 2).

32. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

18. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [9605428](#)). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [9604979](#)).

33. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Radiodifusão constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

16. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 24 de março de 2022 e 25 de março de 2022 (SEI [9605385](#) e SEI [9609094](#)).

17. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora apenas o serviço de radiodifusão em testilha e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Paulo Antonio Mendez Sant'ana, e os sócios Carolina Cameranesse Sant'ana e Thiago Cameranesse Sant'ana não compõem o quadro societário de pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

34. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

35. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

36. Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

37. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição do processo à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 12 de maio de 2022.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250020217202017 e da chave de acesso 9db863cc

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 885785863 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 12-05-2022 10:09. Número de Série: 34510785124267274380876149525. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA
DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00957/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.020217/2020-17

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão – SERAD

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada

1. Aprovo o PARECER n. 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Danielle Lustz Portela Brasil, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade Rádio Pampeana Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Uruguaiana/RS, no período de 08 de maio de 2020 a 08 de maio de 2030.
3. Conforme os termos do PARECER n. 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, desde que observados os requisitos previstos na legislação, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
4. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 3876/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Uruguaiana/RS, concedida à entidade Rádio Pampeana Ltda.
5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 08 de maio de 2020 a 08 de maio de 2030.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à Rádio Pampeana Ltda.
7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 12 de maio de 2022.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250020217202017 e da chave de acesso 9db863cc

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 885945369 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 12-05-2022 18:04. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00965/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.020217/2020-17

INTERESSADOS: RADIO PAMPEANA LTDA - ME

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 12 de maio de 2022.

CAROLINA SCHERER BICCA
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250020217202017 e da chave de acesso 9db863cc

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 886348040 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 12-05-2022 19:47. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 5583, DE 13 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL designado por Decreto de 27 de junho de 2022, publicado no DOU de 27 de junho de 2022, Edição Extra A, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.020217/2020-17, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3.876/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), nos termos da Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada em 8 de maio de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Ministro de Estado das Comunicações substituto eventual**, em 01/07/2022, às 16:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9872569** e o código CRC **06DF3ECA**.

Brasília, 13 de maio de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.020217/2020-17, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3.876/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.583, de 13 de maio de 2022, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), nos termos da Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada em 8 de maio de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Ministro de Estado das Comunicações substituto eventual**, em 01/07/2022, às 16:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9872574** e o código CRC **2411CA60**.

Ofício Interno nº 19847/2022/MCOM

Brasília, 09 de novembro de 2021

Ao Senhor
Wagner Primo Figueiredo Neto
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Portaria nº 5583/2022/SEI-MCOM (9872569) e Exposição de Motivos (9872574)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 38762022/SEI-MCOM (600401) e no Parecer Jurídico nº 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9871681), encaminho a Vossa Senhoria a Portaria nº 5583/2022/SEI-MCOM (9872569) e Exposição de Motivos (9872574), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Secretário de Radiodifusão, em 16/05/2022, às 17:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9874498** e o código CRC **36621C93**.

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 06/07/2022 16:28:36
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 7247679
Data prevista de publicação: 07/07/2022
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
14687545	ATO PORTARIA MCOM NA 5591.rtf	32938e30e9886004 35e89ca0d8ef9503	9,00	R\$ 350,28
14687546	ATO PORTARIA MCOM NA 5612.rtf	b8036def18f9b577 be0d5318c6abdf12	8,00	R\$ 311,36
14687547	ATO PORTARIA MCOM NA 5620.rtf	9b60c954b276a32b 5e5dcdbc7db09417	9,00	R\$ 350,28
14687548	ATO PORTARIA MCOM NA 5555.rtf	c9e6a100a1a410e2 6d7b2f3b9fb6edef	9,00	R\$ 350,28
14687549	ATO PORTARIA MCOM NA 5583.rtf	58f459ec4449142c ab7b65bfd0fd1c00	9,00	R\$ 350,28
14687550	ATO PORTARIA MCOM NA 5526.rtf	12d1de8833f34c41 5a1c21371c7fad04	9,00	R\$ 350,28
14687551	ATO PORTARIA MCOM NA 5556.rtf	cfa1d6475a36fb04 447a77918fa531e6	9,00	R\$ 350,28
14687552	ATO PORTARIA MCOM NA 5579.rtf	b9e4e2e4488852c5 c6187506e0c2c952	9,00	R\$ 350,28
14687553	ATO PORTARIA MCOM NA 5467.rtf	7c87506c0c8063ca 064dc8c5909e63b6	9,00	R\$ 350,28
TOTAL DO OFICIO			78,89	R\$ 3.113,60

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/07/2022 | Edição: 127 | Seção: 1 | Página: 6

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 5.583, DE 13 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 27 de junho de 2022, publicado no DOU de 27 de junho de 2022, Edição Extra A, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.020217/2020-17, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3.876/2022/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), nos termos da Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada em 8 de maio de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Id solicitação: 57dbac4021caa

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO PAMPEANA LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (55) 4123334	E-mail:
CNPJ: 89.384.176/0001-06	Número do Fistel: 03008011659
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 08/05/2000	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 08/05/2030	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA SANTANA	Complemento: SALA 501	
Bairro: CENTRO	Numero: 2499	
Município: Uruguaiiana	UF: RS	CEP: 97510471

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rua Santana	Complemento: Salas 501 e 502	
Bairro: Centro	Numero: 2499	
Município: Uruguaiiana	UF: RS	CEP: 97501540

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua Santana	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 2499	
Município: Uruguaiiana	UF: RS	CEP: 97501540

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Santana	Complemento: Salas 501 e 502	
Bairro: Centro	Numero: 2499	
Município: Uruguaiiana	UF: RS	CEP: 97501540

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Uruguaiiana	UF: RS

Parâmetros Técnicos			
Canal: 245	Frequência: 96.9 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: 15.7842kW
HCI: 56 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--

Informações Gerais	
Número da Estação: 9546316	Número Indicativo: ZYD585
Data Último Licenciamento: 13/02/2022	Número da Licença: 53500.009109/2022-51

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 29° 45' 24.52" S	Longitude: 57° 05' 19.21" S	Cota da base: 79.1 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002850402252	Modelo: FM 3000
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 3.0 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50J	Fabricante: RFS Radio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 30.0 m	Atenuação: 1.13 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: TEVP 6	Fabricante: TEEL TELE ELETRONICA LTDA				
Ganho: 8.05 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 120 °	Polarização: Vertical	HCI: 56 m	ERP Máxima: 15.78 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.92	5°: 0.99	10°: 1.06	15°: 1.2	20°: 1.33	25°: 1.51	30°: 1.7	35°: 1.91	40°: 2.13	45°: 2.32	50°: 2.51	55°: 2.66
60°: 2.82	65°: 2.62	70°: 2.43	75°: 2.15	80°: 1.88	85°: 1.68	90°: 1.48	95°: 1.35	100°: 1.21	105°: 1.06	110°: 0.92	115°: 0.86
120°: 0.81	125°: 0.77	130°: 0.72	135°: 0.67	140°: 0.61	145°: 0.57	150°: 0.53	155°: 0.46	160°: 0.39	165°: 0.36	170°: 0.32	175°: 0.3
180°: 0.27	185°: 0.27	190°: 0.27	195°: 0.22	200°: 0.18	205°: 0.15	210°: 0.12	215°: 0.1	220°: 0.07	225°: 0.04	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0.06	260°: 0.11	265°: 0.12	270°: 0.13	275°: 0.18	280°: 0.23	285°: 0.24	290°: 0.26	295°: 0.28
300°: 0.3	305°: 0.35	310°: 0.39	315°: 0.44	320°: 0.49	325°: 0.53	330°: 0.57	335°: 0.61	340°: 0.64	345°: 0.72	350°: 0.79	355°: 0.85

Coordenadas por radial											
0°: Lat 29°33'54.48" S Lon 57°5'19.21" W	5°: Lat 29°33'52.38" S Lon 57°4'9.6" W	10°: Lat 29°33'41.59" S Lon 57°2'56.72" W	15°: Lat 29°33'55.04" S Lon 57°1'46.83" W	20°: Lat 29°34'31.56" S Lon 57°0'45.98" W	25°: Lat 29°34'54.71" S Lon 56°59'41.58" W	30°: Lat 29°35'10.32" S Lon 56°58'31.56" W	35°: Lat 29°35'55.17" S Lon 56°57'40.9" W	40°: Lat 29°36'42.92" S Lon 56°56'13.34" W	45°: Lat 29°37'29.69" S Lon 56°56'13.34" W	50°: Lat 29°38'25.01" S Lon 56°55'44.47" W	55°: Lat 29°39'21" S Lon 56°55'22.41" W
60°: Lat 29°40'17.05" S Lon 56°55'7.07" W	65°: Lat 29°29'41'6.54" S Lon 56°54'43.46" W	70°: Lat 29°41'55.63" S Lon 56°54'19.95" W	75°: Lat 29°42'43.84" S Lon 56°53'50.91" W	80°: Lat 29°43'39.86" S Lon 56°53'58.86" W	85°: Lat 29°44'29.63" S Lon 56°53'23.69" W	90°: Lat 29°45'23.94" S Lon 56°52'59" W	95°: Lat 29°46'19.96" S Lon 56°53'1.7" W	100°: Lat 29°47'15.55" S Lon 56°53'10.02" W	105°: Lat 29°49'48'5.42" S Lon 56°53'45.02" W	110°: Lat 29°48'54.11" S Lon 56°54'14.05" W	115°: Lat 29°49'39.64" S Lon 56°54'47.51" W
120°: Lat 29°50'17.01" S Lon 56°53'4.46" W	125°: Lat 29°50'41.14" S Lon 56°56'37.43" W	130°: Lat 29°51'34.63" S Lon 56°56'50.24" W	135°: Lat 29°52'21.78" S Lon 56°57'17.73" W	140°: Lat 29°53'14.77" S Lon 56°57'43.88" W	145°: Lat 29°54'29.54" S Lon 56°58'17.16" W	150°: Lat 29°55'32.68" S Lon 56°59'14.01" W	155°: Lat 29°56'55'2.52" S Lon 57°0'8.19" W	160°: Lat 29°57'37.22" S Lon 57°1'1.87" W	165°: Lat 29°58'55.89" S Lon 57°2'3.04" W	170°: Lat 29°59'56.20.7" S Lon 57°3'5.69" W	175°: Lat 29°59'56'28.3" S Lon 57°4'12.19" W
180°: Lat 29°56'45.07" S Lon 57°5'19.21" W	185°: Lat 29°56'51.92" S Lon 57°6'28.62" W	190°: Lat 29°56'53.39" S Lon 57°7'39.4" W	195°: Lat 29°56'56'53.9" S Lon 57°8'52.41" W	200°: Lat 29°56'39.59" S Lon 57°10'2.81" W	205°: Lat 29°56'15.56" S Lon 57°11'9.61" W	210°: Lat 29°55'50.67" S Lon 57°12'16.48" W	215°: Lat 29°55'12.84" S Lon 57°13'14.69" W	220°: Lat 29°54'34.61" S Lon 57°14'12.01" W	225°: Lat 29°53'55.56" S Lon 57°15'9.13" W	230°: Lat 29°53'15.06" S Lon 57°16'6.61" W	235°: Lat 29°52'21.57" S Lon 57°16'46.91" W
240°: Lat 29°51'30.32" S Lon 57°17'30.89" W	245°: Lat 29°50'39.55" S Lon 57°18'19.68" W	250°: Lat 29°49'44.14" S Lon 57°19'3.72" W	255°: Lat 29°48'44.43" S Lon 57°19'42.43" W	260°: Lat 29°47'35.91" S Lon 57°19'42.99" W	265°: Lat 29°46'26.02" S Lon 57°18'58.38" W	270°: Lat 29°45'23.82" S Lon 57°18'55.91" W	275°: Lat 29°44'23.72" S Lon 57°18'30.9" W	280°: Lat 29°43'25.72" S Lon 57°18'10.97" W	285°: Lat 29°42'26.54" S Lon 57°18'1.32" W	290°: Lat 29°41'32.82" S Lon 57°17'30.25" W	295°: Lat 29°40'42.41" S Lon 57°16'54.29" W
300°: Lat 29°39'48.52" S Lon 57°16'28.02" W	305°: Lat 29°39'39'4.64" S Lon 57°15'42.8" W	310°: Lat 29°38'28.06" S Lon 57°14'49.78" W	315°: Lat 29°37'46.48" S Lon 57°14'5.82" W	320°: Lat 29°37'4.74" S Lon 57°13'21.37" W	325°: Lat 29°36'22.38" S Lon 57°12'35.66" W	330°: Lat 29°35'39.09" S Lon 57°11'47.81" W	335°: Lat 29°34'39.31" S Lon 57°10'52.25" W	340°: Lat 29°34'44.93" S Lon 57°9'46.85" W	345°: Lat 29°34'31.69" S Lon 57°8'40.33" W	350°: Lat 29°34'9.61" S Lon 57°7'36.03" W	355°: Lat 29°34'1.83" S Lon 57°6'27.88" W

Distância por radial											
0°: 21.3	5°: 21.5	10°: 22	15°: 22	20°: 21.5	25°: 21.5	30°: 21.9	35°: 21.5	40°: 21	45°: 20.7	50°: 20.1	55°: 19.6
60°: 19	65°: 18.8	70°: 18.8	75°: 19.1	80°: 18.5	85°: 19.3	90°: 19.8	95°: 19.8	100°: 19.8	105°: 19.3	110°: 19	115°: 18.7
120°: 18.1	125°: 17.1	130°: 17.8	135°: 18.2	140°: 19	145°: 19.7	150°: 19.6	155°: 19.7	160°: 20.1	165°: 20.3	170°: 20.6	175°: 20.6

180°: 21	185°: 21.3	190°: 21.6	195°: 22	200°: 22.2	205°: 22.2	210°: 22.3	215°: 22.2	220°: 22.2	225°: 22.3	230°: 22.6	235°: 22.5
240°: 22.6	245°: 23.1	250°: 23.5	255°: 24	260°: 23.5	265°: 22	270°: 21.9	275°: 21.3	280°: 21	285°: 21.2	290°: 20.9	295°: 20.6
300°: 20.7	305°: 20.4	310°: 20	315°: 20	320°: 20.1	325°: 20.4	330°: 20.9	335°: 21.2	340°: 21	345°: 20.9	350°: 21.2	355°: 21.2

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 012830602337						Modelo: TFM 300					
Fabricante: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda						Potência de Operação: 0.3 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo: RGC213-50J						Fabricante: KMP/RFS					
Comprimento da Linha: 16.0 m			Atenuação: 4.08 dB/100m			Perdas Acessórias: 0.1 dB			Impedância: 50.00 ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo: DPBLFM/76-108/0dB			Fabricante: Auad Corrêa Equipamentos Eletrônicos Ltda		
Ganho: 0.0 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 10 °	Polarização: Vertical	HCl: 34.0 m	ERP Máxima: 15.78 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	92	Portaria	MC	02/05/1980	08/05/1980	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500296002019 99	4598	Portaria	MCTIC	09/09/2019	10/09/2019	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	75	Ofício	MC	31/01/1984		Advertência	Jurídico
9999	365	Portaria	MC	25/09/1990		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	55	Portaria	MC	22/06/1992	02/07/1992	Renovação	Jurídico
9999	81092	Despacho	MC	08/10/1992		Advertência	Jurídico
9999	102	Portaria	MC	30/08/1994		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	116	Decreto Legislativo	CN	26/09/1995	27/09/1995	Renovação	Jurídico
9999	12118	Ato	ER	05/10/2000	12/02/2001	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	90	Portaria	MC	25/03/2009	07/04/2009	Renovação	Jurídico
9999	109	Despacho	MC	15/07/2011		Alteração de Transmissor	Técnico
9999	499	Portaria	MC	16/10/2012	19/10/2012	Multa	Jurídico
9999	560	Decreto Legislativo	CN	12/11/2012	13/12/2012	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.033782/201 9-15	5282	Ato	ORLE	29/08/2019	25/09/2019	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

53500.041837/2020-96	5161	Ato	ORLE	21/09/2020	01/10/2020	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
01250020217202017	5583	Portaria	MC	13/05/2022	07/07/2022	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento

Ofício Interno nº 22351/2022/MCOM

Brasília, 11 de Julho de 2022

À Senhora
Renata Machado Moreira
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (9872574)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 5583/2022/SEI-MCOM (0140476), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (9872574), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 11/07/2022, às 15:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10155983** e o código CRC **CCD4E368**.

Brasília, 8 de Agosto de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.020217/2020-17, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3.876/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.583, de 13 de maio de 2022, publicada em 07/07/2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), nos termos da Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada em 8 de maio de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maximiliano Salvadori Martinhão



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 19275/2022/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo nº 01250.020217/2020-17.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão para conhecimento e eventuais providências.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 08/08/2022, às 14:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10282434** e o código CRC **889FFD57**.

EM nº 00213/2022 MCOM

Brasília, 8 de Agosto de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.020217/2020-17, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3.876/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.583, de 13 de maio de 2022, publicada em 07/07/2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), nos termos da Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada em 8 de maio de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maximiliano Salvadori Martinhão



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA
DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.020217/2020-17 INTERESSADOS: RADIO PAMPEANA LTDA. - ME ASSUNTOS: RÁDIO-DIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela **RÁDIO PAMPEANA LTDA**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul, pelo período de 8.5.2020 a 8.5.2030.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 3876/2022/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e § 1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da **RÁDIO PAMPEANA LTDA**, encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul, no período de 8 de maio de 2020 a 8 de maio de 2030.
2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 3876/2022/SEI-MCOM**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (**SEI nº 9600401**):

8. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública, referente ao decênio **2000-2010**, ocorreu por intermédio da Portaria nº 90, de 25 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 de abril de 2009, cancelado pelo Decreto Legislativo nº 560, de 2012, publicado no Diário

Oficial da União do dia 13 de novembro de 2012 (SEI [9603139](#) - Págs. 1-2). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 8 de maio de 2010, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga.

9. Em relação ao decênio de **2010-2020**, entidade apresentou o pedido de renovação no dia 8 de fevereiro de 2010, por meio do Processo nº [53000.005894/2010-71](#), acompanhado de parte da documentação exigível até então. Consta-se, portanto, que o prazo legal vigente à época foi observado. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 8 de novembro de 2009 e 8 de fevereiro de 2010. De todo modo, o processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em julho de 2018. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o período encerrado sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido de renovação de outorga.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análise dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

3. No requerimento protocolado em 7.5.2020 (SEI **5467507**, fls. 1/2), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCOM: *"Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Uruguai/RS, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963"*.

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o

enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "*Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens*".

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "*Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei*".

12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, "*o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão*".

13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "*o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência*".

15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "*subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço*".

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Renovação

21. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 3893/2022/SEI-**

MCOM.

22. O pedido fora apresentado tempestivamente, nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.785/72, segundo o qual o requerimento deve ser apresentado durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. No caso, a permissão expirou em 8.5.2020 e o pedido foi apresentado em 7.5.2020 (SEI 5467507, fls. 1/2).

23. Anote-se que a petição foi subscrita pelo administrador da entidade Paulo Antônio Mendez Sant'ana, designado para a função na Cláusula VII do Contrato Social, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 14.12.1978 (SEI 5467507, fls. 4/7).

24. No que se refere ao período anterior 2010-2020, independentemente das razões que tenham dado causa à não conclusão dos processos em questão, observa-se que a entidade solicitou a renovação da outorga, mas não houve posicionamento conclusivo da Administração Pública. Dessa forma, entendemos não ser possível penalizá-la neste momento em razão da mora administrativa na análise do pedido, motivo pelo qual opinamos pelo conhecimento do presente processo de renovação. **Por outro lado, não se pode deixar de registrar que compete à autoridade administrativa, que possui contato com a realidade fática que ensejou a não conclusão das análises em comento, tomar as providências cabíveis no caso de serem detectados indícios de responsabilidades pessoais dos agentes públicos envolvidos.**

25. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo "*Lista de Verificação de Documentos*" (SEI nº 9597759).
26. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

27. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou da seguinte forma:

13. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI [9597759](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses: I - certidão de antecedentes criminais; II - informações sobre pessoa jurídica; III - outras expressamente previstas em lei.

14. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

15. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI [9597759](#)).

(...)

19. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [9597759](#)).

20. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

28. Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SEI [8895095](#), fl. 4); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SEI [6802003](#), fl. 6); prova de inscrição no CNPJ (SEI [9599239](#)); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (SEI [9599267](#)), às Fazendas estadual (SEI [5467507](#), fl. 48) e municipal da sede da pessoa jurídica (SEI [5467507](#), fl. 49); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel (SEI [9599247](#)); prova de regularidade relativa à ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SEI [9599254](#)); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI [9599258](#)).

29. Observa-se que algumas certidões venceram no curso da instrução processual. Tal fato não constitui irregularidade, pois à época em que foram apresentadas estavam perfeitamente válidas. Além disso, por ocasião da assinatura do termo aditivo deverão ser renovadas.
30. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, em conformidade com as exigências normativas (SEI 5467507, fls. 1/2; 8895095, fl. 3; 7941363, fl. 3).
31. **Em relação à regularidade técnica**, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Radiodifusão prestou os seguintes esclarecimentos:

21. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com: a) a razão social;

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

c) o nome fantasia; e

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

a) o estado e o município de execução do serviço; e

b) a frequência, a classe e o canal de operação; III - os dados da estação, com:

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

22. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

23. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga.

Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

24. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 13 de fevereiro de 2022, com validade até 8 de maio de 2030 (SEI [9472062](#) - Pág. 2).

32. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

18. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [9605428](#)). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [9604979](#)).

33. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Radiodifusão constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

13. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 24 de março de 2022 e 25 de março de 2022 (SEI [9605385](#) e SEI [9609094](#)).

14. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora apenas o serviço de radiodifusão em testilha e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Paulo Antonio Mendez Sant'ana, e os sócios Carolina Cameranesse Sant'ana e Thiago Cameranesse Sant'ana não compõem o quadro societário de pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

34. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

35. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

36. Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

37. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição do processo à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 12 de maio de 2022.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL Advogada da União Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250020217202017 e da chave de acesso 9db863cc

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 885785863 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 12-05-2022 10:09. Número de Série: 34510785124267274380876149525. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA

DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00957/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.020217/2020-17

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão – SERAD

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada

1. Aprovo o PARECER n. 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Danielle Lustz Portela Brasil, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade Rádio Pampeana Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Uruguaiana/RS, no período de 08 de maio de 2020 a 08 de maio de 2030.
3. Conforme os termos do PARECER n. 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, desde que observados os requisitos previstos na legislação, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
4. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 3876/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Uruguaiana/RS, concedida à entidade Rádio Pampeana Ltda.
5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 08 de maio de 2020 a 08 de maio de 2030.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à Rádio Pampeana Ltda.
7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 12 de maio de 2022.

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/885945369> 1/2 <https://sapiens.agu.gov.br/documento/885945369>

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

**ADVOGADO DA UNIÃO COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E
TELECOMUNICAÇÕES**

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250020217202017 e da chave de acesso 9db863cc

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 885945369 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 12-052022 18:04. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00965/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.020217/2020-17

INTERESSADOS: RADIO PAMPEANA LTDA - ME

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 12 de maio de 2022.

CAROLINA SCHERER BICCA
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250020217202017 e da chave de acesso 9db863cc

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 886348040 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 12-052022 19:47. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 3876/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.020217/2020-17

INTERESSADA: RÁDIO PAMPEANA LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Pampeana Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 89.384.176/0001-06**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Uruguaiana/RS, vinculado ao **FISTEL nº 03008011659**, referente ao período de 8 de maio de 2020 a 8 de maio de 2030.
2. Por meio das Notas Técnicas nº 2458/2020/SEI-MC, nº 7132/2021/SEI-MCOM, nº 18257/2021/SEI-MCOM, acompanhadas dos Ofícios nº 3368/2020/MC, nº 12692/2021/MCOM, nº 25425/2021/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido de renovação de outorga (SEI 5788946, 7590514, 8737829 e SEI 5788995, 7590616, 8737869).
3. Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolos nº 53115.007186/2021-30, nº 53115.021157/2021-81, nº 53115.027092/2021-87, nº 53115.038839/2021-22, nº 53115.041119/2021-44 e nº 53115.003792/2022-67).

ANÁLISE

4. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
5. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte

documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Pampeana Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de maio de 1980 (SEI 9608084 - Págs. 4-9).

8. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública, referente ao decênio **2000-2010**, ocorreu por intermédio da Portaria nº 90, de 25 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 de abril de 2009, cancelado pelo Decreto Legislativo nº 560, de 2012, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de novembro de 2012 (SEI 9603139 - Págs. 1-2). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 8 de maio de 2010, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga.

9. Em relação ao decênio de **2010-2020**, entidade apresentou o pedido de renovação no dia 8 de fevereiro de 2010, por meio do Processo nº 53000.005894/2010-71, acompanhado de parte da documentação exigível até então. Constatou-se, portanto, que o prazo legal vigente à época foi observado. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 8 de novembro de 2009 e 8 de fevereiro de 2010. De todo modo, o processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em julho de 2018. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o período encerrado sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido de renovação de outorga.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela asoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **7 de maio de 2020**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 5467507). Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 8 de maio de 2019 a 8 de maio de 2020.

13. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 9597759). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

14. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

15. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto n.º 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 9597759).

16. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 24 de março de 2022 e 25 de março de 2022 (SEI 9605385 e SEI 9609094).

17. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora apenas o serviço de radiodifusão em testilha e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Paulo Antonio Mendez Sant'ana, e os sócios Carolina Cameranesse Sant'ana e Thiago Cameranesse Sant'ana não compõem o quadro societário de pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

18. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 9605428). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 9604979).

19. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 9597759).

20. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

21. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos

prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

22. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é

obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

23. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

24. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 13 de fevereiro de 2022, com validade até 8 de maio de 2030 (SEI 9472062 - Pág. 2).

25. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Uruguaiana/RS, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

26. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

- a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas colacionadas abaixo, na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e
- b) posterior remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 6º, da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 26/04/2022, às 10:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 26/04/2022, às 10:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 26/04/2022, às 18:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga substituto**, em 27/04/2022, às 17:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9600401** e o código CRC **99A81970**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA PORTARIA Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2022.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.020217/2020-17, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3876/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º _____,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), nos termos da Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada em 8 de maio de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº _____ - MCOM

Brasília, _____ de _____ de 2022.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.020217/2020-17, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3876/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), nos termos da Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada em 8 de maio de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.020217/2020-17

SEI nº 9600401

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral

Secretaria Especial de Administração

Diretoria de Recursos Logísticos

Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 03 de outubro de 2022.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGAP e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela Rádio Pampeana Ltda, inscrita no CNPJ nº 89.384.176/0001-06, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Uruguaiana/RS.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 213 2022 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor(a)**, em 03/10/2022, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3664601** e o código CRC **2DD3BBB8** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 2734/2022/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

Ao Secretário Executivo
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 213/2022 MCOM.

Senhor Secretário-Executivo,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 213/2022 MCOM §664593), do Ministério das Comunicações, que trata da renovação, pelo prazo de dez anos, da permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Uruguaiana/RS.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

SABÁ FILHA DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete do Ministro de Estado Chefe
da Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Saba Cordeiro de Monteiro Filha de Oliveira, Chefe de Gabinete**, em 04/10/2022, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3665336** e o código CRC **0B09696D** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.020217/2020-17

SEI nº 3665336

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 — Telefone: 61-3411-1754

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 213/2022 MCOM §664593), do Ministério das Comunicações ao Senhor Presidente da República, Anexo (3664598) e Parecer de Mérito I (3664599).

Assunto: Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela Rádio Pampeana Ltda, inscrita no CNPJ nº 89.384.176/0001-06, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Uruguiana/RS.

Trâmite do Processo:

Despacho/DIPUBL/CODOC, (3664601), para os protocolos da SAI/SG/PR, SAG/CC/PR, CGAP/PR e CC/PR.

OFÍCIO Nº 2734/2022/GM/CC/PR §665336), por Sabá Cordeiro de Monteiro Filha de Oliveira, Chefe de Gabinete, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil ao Secretário-Executivo/SE/CC/PR.

Concluir o Processo na SE/CC/PR, tendo em vista que o processo de Exposição de Motivos, por sua natureza, são tratados e tramitados via Sistema de Geração e Tramitação de Documentos (SIDOF), e por ter sido encaminhado por meio do Despacho/DIPUBL/CODOC à SAI/SG/PR, SAG/CC/PR, CGAP/PR e CC/PR, Pastas de competência do assunto.

CLAUDIO CESAR FELIPE
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Cesar Felipe, Chefe de Gabinete**, em 05/10/2022, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3671798** e o código CRC **E614263E** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SUBCHEFIA DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL**

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 387/2022/RADIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 01250.020217/2020-17

INTERESSADO: Rádio Pampeana Ltda (CNPJ 89.384.176/0001-06)

REFERÊNCIAS: Exposição de Motivos nº 00213/2022 MCOM, de 08/08/2022 (3664593)

Parecer de Mérito I (3664599) – Nota Técnica nº3876/2022/SEI-MCOM, de 26/04/2022

Parecer Jurídico nº 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 12/05/2022[1] (3664598)

ASSUNTO: Renovação da outorga de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Uruguaiana/RS

1. Trata-se da [PORTARIA Nº 5.583, DE 13 DE MAIO DE 2022](#), que renova a outorga da permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Uruguaiana/RS, a partir de 08/05/2020, pelo prazo de dez anos, sem direito a exclusividade, para Rádio Pampeana Ltda., inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 89.384.176/0001-06, de acordo com o disposto na alínea “x)” do art. 3229 do Código Brasileiro de Telecomunicações[2], e em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão[3].
2. O direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. O Ministério das Comunicações (MCOM)[4] se manifestou favorável ao ato de renovação da outorga nos termos da Nota Técnica nº 3876/2022/SEI-MCOM, de 26/04/2022 (3664599), com o registro de que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina pelo deferimento do pedido de renovação. Bem como, anota que em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do [Decreto-Lei nº. 236 de 28 de fevereiro de 1967](#), que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes da entidade.
4. O Parecer Jurídico nº 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 12/05/2022 (3664598), se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação, concluindo não ter sido vislumbrada irregularidade no presente processo.
5. De acordo com o § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com redação dada pelo [Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012](#), compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora.
6. O quadro societário e diretoria da [Rádio Pampeana Ltda](#) se encontra registrado no SIACCO – Sistema de Acompanhamento de Controle Societário[5].
7. Os registros administrativos de cadastro do canal devem ser mantidos pelo MCOM no MOSAICO – Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro[6], cujo Relatório do Canal está disponível em: http://sistemas.anatel.gov.br/se/eApp/reports/b/srd/resumo_sistema.php?id=57dbac4021caa&state=FM-C4
8. Considerando as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM e a existência da Lista de Verificação de Documentos – Renovação de Outorga Comercial, de 26 de abril de 2022 (3663593), e ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, bem como que há a necessidade de que seja providenciada a reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, esta SAG/CC-PR não têm óbices ao prosseguimento do feito, conforme disposto no § 1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e sugere o encaminhamento do presente processo à Subchefia para Assuntos Jurídicos (SAJ) da Secretaria-Geral da Presidência da República, nos termos do § 3º do [art. 223 da Constituição Federal](#).

À consideração superior,

EUGÊNIO CESAR ALMEIDA FELIPPETTO
Assessor

De Acordo,

GUSTAVO HENRIQUE FERREIRA
Subchefe Adjunto de Infraestrutura, substituto

Brasília, na data da assinatura.

Brasília, na data da assinatura.

Aprovo,

Brasília, na data da assinatura.

EDUARDO AGGIO DE SÁ
Subchefe

[1] Aprovado pelo Despacho nº 00965/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, 12/05/2022 da Consultora Jurídica do MCOM.

[2] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[3] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[4] Nos termos do Anexo I do [Decreto nº 11.164, de 08 de agosto de 2022](#), que aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações, compete à Secretaria de Radiodifusão (SERAD) coordenar e executar as atividades integrantes dos processos de outorga, pós-outorga e renovação dos serviços de radiodifusão e seus anulares.

[5] SIACCO é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[6] O MOSAICO é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Eugênio Cesar Almeida Felippetto, Assessor(a)**, em 22/12/2022, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique Ferreira, Subchefe Adjunto(a) substituto(a)**, em 22/12/2022, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Aggio de Sá, Subchefe**, em 28/12/2022, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3831777** e o código CRC **0A5AB6EA** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.020217/2020-17

SUPER nº 3831777

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Hugo Vinicius Alves

De: SAAL - Sancao e Veto
Enviado em: quarta-feira, 18 de janeiro de 2023 09:55
Para: E-Mail da DIDOC
Cc: SAAL - Atos Oficiais
Assunto: Devolução de Processos de Radiodifusão ao MCOM (a pedido)
Anexos: Tabela 02 - 2023.01.13 - Tabela processos Radiodifusão já analisados (aguardando ass Mensagem ao CN).pdf; Tabela 01 - 2023.01.16 - Tabela processos Radiodifusão na SAJ (sem análise completa).xlsx

Categorias: A/C CARLOS HENRIQUE

Bom dia! Prezados,

Em atenção à solicitação do e-mail abaixo, solicitamos a devolução das Exposições de Motivos ao Ministério das Comunicações, conforme os processos indicados nas tabelas e os despachos encaminhados via SUPER.

Atenciosamente,



Subchefia Adjunta de Assuntos Legislativos
Subchefia para Assuntos Jurídicos
Casa Civil
Presidência da República
61 3411-2192/2226/2972/3324
saal.sancaoeveto@presidencia.gov.br

De: Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>

Enviada em: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 18:50

Para: SAJ - SARAN <saran@presidencia.gov.br>; SAAL - Sancao e Veto <saal.sancaoeveto@presidencia.gov.br>

Cc: Felipe Nogueira Fernandes <felipe.fernandes@presidencia.gov.br>; Talita Santana Santos Barcellos <talita.barcellos@presidencia.gov.br>

Assunto: Devolução de Processos de Radiodifusão ao MCOM (a pedido)

Prezados, boa noite,

Solicito a **DEVOLUÇÃO das Exposições de Motivos/Processos** indicados na Tabela 01 e Tabela 02 (anexos), ao Ministério das Comunicações, conforme e-mail abaixo.

Motivo da devolução: pedido do MCOM, para reavaliação dos processos, considerando mudança no titular da Pasta.

Todos os processos da Tabela 01 já foram devidamente encerrados e encaminhados ao Gabinete no Super-SEI, com Despacho indicando a devolução das Exposições de Motivos.

Com relação aos Processos da Tabela 02 (processos já analisados, que estavam aguardando assinatura nas Mensagens ao Congresso Nacional), indicamos a existência dos seguintes processos de TVs, que **NÃO serão devolvidos, pois já possuem os respectivos Decretos, devidamente publicados:**

53900.046218/2016-07 – EM nº 0029/2022-MCOM

01250.017676/2020-13 – EM nº 0146/2021-MCOM

01250.004044/2019-48 – EM nº 0188/2022-MCOM

53740.000857/2000-31 – EM nº 0189/2021-MCOM

Muito obrigado.

At.te,

De: Felipe Nogueira Fernandes <felipe.fernandes@presidencia.gov.br>

Enviada em: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 15:55

Para: Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>

Assunto: Enc: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Daniel,

Em relação aos processos de TV que já têm decreto publicado, entendo que não poderíamos devolver pois o ato do Presidente já ocorreu.

Felipe Nogueira Fernandes

Advogado da União

Subchefe Adjunto de Infraestrutura

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Secretaria-Geral da Presidência da República

Tel.:+55 (61) 3411-2040

De: Felipe Nogueira Fernandes

Enviado: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 14:34

Para: Daniel Christianini Nery

Assunto: Enc: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Prezado Daniel,

Solicito a gentileza de providenciar a restituição dos processos de radiodifusão ao MCom, conforme solicitado.

Felipe Nogueira Fernandes

Advogado da União

Subchefe Adjunto de Infraestrutura

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Secretaria-Geral da Presidência da República

Tel.:+55 (61) 3411-2040

De: Wilson Diniz Wellisch <wilson.diniz@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 10:55

Para: Felipe Nogueira Fernandes

Cc: Caroline Menicucci Salgado; Guilherme Maciel Camioto; Marcus Vinícius Paolucci; Ana Maria dos Santos

Assunto: ENC: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Bom dia, Dr. Felipe!

Conforme havíamos combinado, seguem processo a serem devolvidos ao MCOM para revisão.

Atenciosamente,



De: Marcus Vinícius Paolucci <marcus.paolucci@mcom.gov.br>

Enviada em: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 10:52

Para: Wilson Diniz Wellisch <wilson.diniz@mcom.gov.br>

Cc: Caroline Menicucci Salgado <caroline.salgado@mcom.gov.br>; Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>

Assunto: ENC: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Wilson,

Segue as tabelas com os processos de radiodifusão que se encontram na Casa Civil.

A **TABELA 01** indica processos que ainda estão em análise na Casa Civil.

A **TABELA 02** apresenta processos que já foram analisados por SAG e SAJ e estão aguardando a assinatura das Mensagens ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente.

Nesta segunda tabela, é importante apontar que existem processos de TV comercial e TV educativa, que já tiveram os respectivos Decretos publicados.

At.te,

Marcus Paolucci

De: Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 16 de janeiro de 2023 16:46

Para: Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>; Marcus Vinícius Paolucci <marcus.paolucci@mcom.gov.br>; Angelina de Figueiredo Pereira <angelina.pereira@mcom.gov.br>

Cc: Eugenio Cesar Almeida Felippetto <eugenio.felippetto@presidencia.gov.br>; Felipe Nogueira Fernandes <felipe.fernandes@presidencia.gov.br>; Cicero Coelho de Abreu Rocha Filho <cicero.filho@presidencia.gov.br>; Talita Santana Santos Barcellos <talita.barcellos@presidencia.gov.br>; Sergio Viana Cavalcante <Viana@presidencia.gov.br>

Assunto: RES: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Prezados, boa tarde,

Conforme solicitado e indicado previamente em contato telefônico, encaminho 2 tabelas com processos de radiodifusão, para avaliação do MCOM.

A TABELA 01 indica processos que ainda estão em análise na Casa Civil.

Já a TABELA 02 apresenta processos que já foram analisados por SAG e SAJ e estão aguardando a assinatura das Mensagens ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente. Nesta segunda tabela, é importante apontar que existem processos de TV comercial e TV educativa, que já tiveram os respectivos Decretos publicados.

Nos colocamos à disposição.

At.te,

De: Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>

Enviada em: quinta-feira, 12 de janeiro de 2023 15:26

Para: Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>

Cc: Marcus Vinícius Paolucci <marcus.paolucci@mcom.gov.br>; Eugenio Cesar Almeida Felippetto <eugenio.felippetto@presidencia.gov.br>; Felipe Nogueira Fernandes <felipe.fernandes@presidencia.gov.br>

Assunto: RE: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Ok, fico no aguardo.



Ana Maria dos Santos
Agente Administrativo
Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

+55 61 2027-6302

anamaria.santos@mcom.gov.br

Sala 303, 3º andar - Esplanada dos Ministérios,
Bloco R, CEP: 70044-902 - Brasília/DF - Brasil

gov.br/mcom

govcomunicacoes

De: Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 12 de janeiro de 2023 14:54

Para: Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>

Cc: Marcus Vinícius Paolucci <marcus.paolucci@mcom.gov.br>; Eugenio Cesar Almeida Felippetto <eugenio.felippetto@presidencia.gov.br>; Felipe Nogueira Fernandes <felipe.fernandes@presidencia.gov.br>

Assunto: Re: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

prezados, boa tarde,

Elaboraremos a tabela e encaminharemos em breve, conforme solicitado.

At.te,

Em 12 de jan. de 2023, em 10:27, Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br> escreveu:

Prezado Daniel,

Seguindo orientação superior, solicito de Vossa Senhoria a possibilidade de envio de uma planilha com os dados dos processos de radiodifusão que se encontram na Casa Civil.

att,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 24 de janeiro de 2023.

ASSUNTO: Devolução da EXM 213 2022 MCOM

Conforme solicitado, informo a devolução da EXM 213 2022 MCOM via SIDOF.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor(a)**, em 24/01/2023, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3910140** e o código CRC **4483DBF9** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Departamento de Radiodifusão Privada - Tramitação Casa Civil

DESPACHO

Processo nº: **01250.020217/2020-17**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, considerando a alteração do titular desta Pasta Ministerial, bem como considerando a devolução dos Autos em epígrafe pela Casa Civil, via SDO, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Radiodifusão Privada, para ratificação da Minuta de Exposição de Motivos, proposta na Nota Técnica nº 3876/2022/SEI-MCOM (9600401).



Documento assinado eletronicamente por **Angelina de Figueiredo Pereira, Técnico de Nível Superior**, em 14/11/2023, às 13:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11211406** e o código CRC **E958A767**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada

DESPACHO

Processo nº: 01250.020217/2020-17

Referência: Despacho DERAP_MCOM_CCIVIL (11211406)

Interessado: Rádio Pampeana Ltda

Assunto: Renovação de outorga. Devolução dos Autos em epígrafe pela Casa Civil. Ratificação da Minuta de Exposição de Motivos

À CGPO

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo para conhecimento do Despacho DERAP_MCOM_CCIVIL (11211406), e providências cabíveis.

Brasília, 14 de novembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 14/11/2023, às 16:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11215753** e o código CRC **96B521EA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.020217/2020-17, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3.876/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.583, de 13 de maio de 2022, publicada em 7 de julho de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), nos termos da Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada em 8 de maio de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 23/11/2023, às 11:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 23/11/2023, às 11:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 23/11/2023, às 11:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 23/11/2023, às 15:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11221391** e o código CRC **20801690**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO: 01250.020217/2020-17

INTERESSADA: RÁDIO PAMPEANA LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA.

1. Por meio da Nota Técnica nº 3.876/2022/SEI-MCOM, do Ofício Interno nº 19.079/2022/MCOM e do Parecer nº 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Rádio Pampeana Ltda (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Uruguai/RS, referente ao período de 8 de maio de 2020 a 8 de maio de 2030 (SUPER 9600401, 9752154 e 9871681).
2. Na sequência, foi publicada a Portaria nº 5.583, de 13 de maio de 2022, no Diário Oficial da União do dia 7 de julho de 2022, renovando a supramencionada outorga por novo período de 10 (dez) anos (SUPER 10142377). O processo foi, então, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior envio do assunto à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal (SUPER 10282434).
3. No entanto, o presente feito foi restituído a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para ratificação da minuta de exposição de motivos, proposta na referida Nota Técnica nº 6325/2022/SEI-MCOM (SUPER 11211406). Nesse sentido, e em decorrência das recentes mudanças de titularidade desta Pasta Ministerial, fora editada nova minuta de Exposição de Motivos, colacionada aos autos sob o SUPER 11221391, a ser remetida à deliberação das autoridades competentes pela renovação da outorga.
4. Assim, em nada mais havendo e, em atenção ao art. 1º, inciso IV, e ao art. 32, incisos XXII, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à deliberação do **Ministro de Estado das Comunicações**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 23/11/2023, às 11:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 23/11/2023, às 11:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 23/11/2023, às 11:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 23/11/2023, às 15:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11221332** e o código CRC **624F9EE6**.

Minutas e Anexos

- Minuta Exposição de Motivos (11221391)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 24 de novembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.020217/2020-17, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3876/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5583, de 13 de maio de 2022, publicada em 7 de julho de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA. (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), nos termos da Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada em 8 de maio de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 13/12/2023, às 15:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11233103** e o código CRC **8C3FCE4C**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 44368/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos nº 456/2023 (1233103)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Depacho_DERAP 11221332), encaminho a e Exposição de Motivos nº 456/2023 (1233103), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, **Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 08/12/2023, às 17:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11233127** e o código CRC **970BC4D4**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 45180/2023/MCOM

Brasília, 13 de dezembro de 2023

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 456 (11233103)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho COREP_MCOM (11221332), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 456 (11233103), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 13/12/2023, às 17:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11272411** e o código CRC **D57EA183**.

EM nº 00754/2023 MCOM

Brasília, 18 de Dezembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.020217/2020-17, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3876/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5583, de 13 de maio de 2022, publicada em 7 de julho de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA. (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), nos termos da Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada em 8 de maio de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37343/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.020217/2020-17.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, **Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 18/12/2023, às 20:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11279436** e o código CRC **94D33D57**.

EM nº 00754/2023 MCOM

Brasília, 18 de Dezembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.020217/2020-17, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3876/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5583, de 13 de maio de 2022, publicada em 7 de julho de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA. (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), nos termos da Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada em 8 de maio de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/07/2022 | Edição: 127 | Seção: 1 | Página: 6

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 5.583, DE 13 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 27 de junho de 2022, publicado no DOU de 27 de junho de 2022, Edição Extra A, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.020217/2020-17, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3.876/2022/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), nos termos da Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada em 8 de maio de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Uruguaiiana, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA
DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.020217/2020-17 INTERESSADOS: RADIO PAMPEANA LTDA. - ME ASSUNTOS: RÁDIO-DIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela **RÁDIO PAMPEANA LTDA**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul, pelo período de 8.5.2020 a 8.5.2030.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 3876/2022/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e § 1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da **RÁDIO PAMPEANA LTDA**, encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul, no período de 8 de maio de 2020 a 8 de maio de 2030.
2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 3876/2022/SEI-MCOM**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (**SEI nº 9600401**):

8. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública, referente ao decênio **2000-2010**, ocorreu por intermédio da Portaria nº 90, de 25 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 de abril de 2009, cancelado pelo Decreto Legislativo nº 560, de 2012, publicado no Diário

Oficial da União do dia 13 de novembro de 2012 (SEI [9603139](#) - Págs. 1-2). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 8 de maio de 2010, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga.

9. Em relação ao decênio de **2010-2020**, entidade apresentou o pedido de renovação no dia 8 de fevereiro de 2010, por meio do Processo nº [53000.005894/2010-71](#), acompanhado de parte da documentação exigível até então. Consta-se, portanto, que o prazo legal vigente à época foi observado. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 8 de novembro de 2009 e 8 de fevereiro de 2010. De todo modo, o processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em julho de 2018. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o período encerrado sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido de renovação de outorga.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análise dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

3. No requerimento protocolado em 7.5.2020 (SEI **5467507**, fls. 1/2), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCOM: *"Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Uruguai/RS, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963"*.

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o

enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "*Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens*".

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "*Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei*".

12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, "*o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão*".

13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "*o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência*".

15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "*subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço*".

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Renovação

21. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 3893/2022/SEI-**

MCOM.

22. O pedido fora apresentado tempestivamente, nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.785/72, segundo o qual o requerimento deve ser apresentado durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. No caso, a permissão expirou em 8.5.2020 e o pedido foi apresentado em 7.5.2020 (SEI 5467507, fls. 1/2).

23. Anote-se que a petição foi subscrita pelo administrador da entidade Paulo Antônio Mendez Sant'ana, designado para a função na Cláusula VII do Contrato Social, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 14.12.1978 (SEI 5467507, fls. 4/7).

24. No que se refere ao período anterior 2010-2020, independentemente das razões que tenham dado causa à não conclusão dos processos em questão, observa-se que a entidade solicitou a renovação da outorga, mas não houve posicionamento conclusivo da Administração Pública. Dessa forma, entendemos não ser possível penalizá-la neste momento em razão da mora administrativa na análise do pedido, motivo pelo qual opinamos pelo conhecimento do presente processo de renovação. **Por outro lado, não se pode deixar de registrar que compete à autoridade administrativa, que possui contato com a realidade fática que ensejou a não conclusão das análises em comento, tomar as providências cabíveis no caso de serem detectados indícios de responsabilidades pessoais dos agentes públicos envolvidos.**

25. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo "*Lista de Verificação de Documentos*" (SEI nº 9597759).
26. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

27. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou da seguinte forma:

13. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI [9597759](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses: I - certidão de antecedentes criminais; II - informações sobre pessoa jurídica; III - outras expressamente previstas em lei.

14. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

15. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI [9597759](#)).

(...)

19. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [9597759](#)).

20. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

28. Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SEI [8895095](#), fl. 4); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SEI [6802003](#), fl. 6); prova de inscrição no CNPJ (SEI [9599239](#)); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (SEI [9599267](#)), às Fazendas estadual (SEI [5467507](#), fl. 48) e municipal da sede da pessoa jurídica (SEI [5467507](#), fl. 49); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel (SEI [9599247](#)); prova de regularidade relativa à ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SEI [9599254](#)); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI [9599258](#)).

29. Observa-se que algumas certidões venceram no curso da instrução processual. Tal fato não constitui irregularidade, pois à época em que foram apresentadas estavam perfeitamente válidas. Além disso, por ocasião da assinatura do termo aditivo deverão ser renovadas.
30. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, em conformidade com as exigências normativas (SEI 5467507, fls. 1/2; 8895095, fl. 3; 7941363, fl. 3).
31. **Em relação à regularidade técnica**, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Radiodifusão prestou os seguintes esclarecimentos:

21. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com: a) a razão social;

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

c) o nome fantasia; e

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

a) o estado e o município de execução do serviço; e

b) a frequência, a classe e o canal de operação; III - os dados da estação, com:

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

22. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

23. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga.

Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

24. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 13 de fevereiro de 2022, com validade até 8 de maio de 2030 (SEI [9472062](#) - Pág. 2).

32. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

18. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [9605428](#)). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [9604979](#)).

33. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Radiodifusão constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

13. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 24 de março de 2022 e 25 de março de 2022 (SEI [9605385](#) e SEI [9609094](#)).

14. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora apenas o serviço de radiodifusão em testilha e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Paulo Antonio Mendez Sant'ana, e os sócios Carolina Cameranesse Sant'ana e Thiago Cameranesse Sant'ana não compõem o quadro societário de pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

34. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

35. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

36. Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

37. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição do processo à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 12 de maio de 2022.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL Advogada da União Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250020217202017 e da chave de acesso 9db863cc

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 885785863 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 12-05-2022 10:09. Número de Série: 34510785124267274380876149525. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA

DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00957/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.020217/2020-17

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão – SERAD

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada

1. Aprovo o PARECER n. 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Danielle Lustz Portela Brasil, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade Rádio Pampeana Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Uruguaiana/RS, no período de 08 de maio de 2020 a 08 de maio de 2030.
3. Conforme os termos do PARECER n. 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, desde que observados os requisitos previstos na legislação, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
4. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 3876/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Uruguaiana/RS, concedida à entidade Rádio Pampeana Ltda.
5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 08 de maio de 2020 a 08 de maio de 2030.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à Rádio Pampeana Ltda.
7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 12 de maio de 2022.

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/885945369> 1/2 <https://sapiens.agu.gov.br/documento/885945369>

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

**ADVOGADO DA UNIÃO COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E
TELECOMUNICAÇÕES**

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250020217202017 e da chave de acesso 9db863cc

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 885945369 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 12-052022 18:04. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00965/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.020217/2020-17

INTERESSADOS: RADIO PAMPEANA LTDA - ME

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 12 de maio de 2022.

CAROLINA SCHERER BICCA
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250020217202017 e da chave de acesso 9db863cc

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 886348040 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 12-052022 19:47. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 3876/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.020217/2020-17

INTERESSADA: RÁDIO PAMPEANA LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Pampeana Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 89.384.176/0001-06**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Uruguai/RS, vinculado ao **FISTEL nº 03008011659**, referente ao período de 8 de maio de 2020 a 8 de maio de 2030.
2. Por meio das Notas Técnicas nº 2458/2020/SEI-MC, nº 7132/2021/SEI-MCOM, nº 18257/2021/SEI-MCOM, acompanhadas dos Ofícios nº 3368/2020/MC, nº 12692/2021/MCOM, nº 25425/2021/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido de renovação de outorga (SEI 5788946, 7590514, 8737829 e SEI 5788995, 7590616, 8737869).
3. Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolos nº 53115.007186/2021-30, nº 53115.021157/2021-81, nº 53115.027092/2021-87, nº 53115.038839/2021-22, nº 53115.041119/2021-44 e nº 53115.003792/2022-67).

ANÁLISE

4. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
5. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte

documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Pampeana Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de maio de 1980 (SEI 9608084 - Págs. 4-9).

8. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública, referente ao decênio **2000-2010**, ocorreu por intermédio da Portaria nº 90, de 25 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 de abril de 2009, cancelado pelo Decreto Legislativo nº 560, de 2012, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de novembro de 2012 (SEI 9603139 - Págs. 1-2). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 8 de maio de 2010, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga.

9. Em relação ao decênio de **2010-2020**, entidade apresentou o pedido de renovação no dia 8 de fevereiro de 2010, por meio do Processo nº 53000.005894/2010-71, acompanhado de parte da documentação exigível até então. Constatou-se, portanto, que o prazo legal vigente à época foi observado. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 8 de novembro de 2009 e 8 de fevereiro de 2010. De todo modo, o processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em julho de 2018. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o período encerrado sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido de renovação de outorga.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela asoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **7 de maio de 2020**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 5467507). Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 8 de maio de 2019 a 8 de maio de 2020.

13. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 9597759). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

14. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

15. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 9597759).

16. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 24 de março de 2022 e 25 de março de 2022 (SEI 9605385 e SEI 9609094).

17. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora apenas o serviço de radiodifusão em testilha e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Paulo Antonio Mendez Sant'ana, e os sócios Carolina Cameranesse Sant'ana e Thiago Cameranesse Sant'ana não compõem o quadro societário de pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

18. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 9605428). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 9604979).

19. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 9597759).

20. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

21. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos

prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

22. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é

obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

23. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

24. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 13 de fevereiro de 2022, com validade até 8 de maio de 2030 (SEI 9472062 - Pág. 2).

25. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Uruguaiana/RS, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

26. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

- a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas colacionadas abaixo, na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e
- b) posterior remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 6º, da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 26/04/2022, às 10:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 26/04/2022, às 10:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 26/04/2022, às 18:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga substituto**, em 27/04/2022, às 17:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9600401** e o código CRC **99A81970**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA PORTARIA Nº _____, DE _____ DE 2022.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.020217/2020-17, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3876/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º _____,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), nos termos da Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada em 8 de maio de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº _____ - MCOM

Brasília, _____ de _____ de 2022.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.020217/2020-17, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3876/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), nos termos da Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada em 8 de maio de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.020217/2020-17

SEI nº 9600401

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 21 de dezembro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se de renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA. CNPJ nº 89.384.176/0001-06, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 754 2023 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, **GSISTE NI**, em 21/12/2023, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4849195** e o código CRC **E0C6A1D1** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 5134/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 754/2023.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 754/2023 (4849162), do Ministério das Comunicações, referente à renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de maio 2020, da permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA. (CNPJ nº 89.384.176/0001-06), nos termos da Portaria nº 92, de 2 de maio de 1980, publicada em 8 de maio de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Uruguiana, estado do Rio Grande do Sul.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 21/12/2023, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4849903** e o código CRC **A1DEC3C3** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 754/2023 MCOM, do Ministério das Comunicações.

Despacho:

Arquivar temporariamente o presente processo na **SE/CC/PR** o qual trata de serviço de radiodifusão, tendo em vista que, **após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR** órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 22/12/2023, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4851464** e o código CRC **05210208** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental

Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica

Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 101/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 01250.020217/2020-17.**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00754/2023 MCOM, de 18 de dezembro de 2023, do Ministério das Comunicações.**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Uruguaiana (RS).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00754/2023 MCOM (4849162), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 01250.020217/2020-17, acompanhado da [Portaria nº 5.583, de 13 de maio de 2022](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de maio de 2020, no município Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul, sem direito à exclusividade, para a empresa Rádio Pampeana Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 89.384.176/0001-06, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. O Ministério das Comunicações (MCOM), por meio da Nota Técnica nº 3876/2022/SEI-MCOM, de 26 de abril de 2022 (4849194), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD)^[3], posicionou-se pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora na localidade de Uruguaiana (RS), nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
4. Por sua vez, o Parecer Jurídico nº 00287/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (4849189) posicionou-se pela viabilidade jurídica do pedido de renovação, destacando que "*todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão*" (atual SECOE/MCOM).
5. O quadro societário e diretoria da empresa [Rádio Pampeana Ltda.](#) se encontra registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[4].
6. A consulta ao [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) constante da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	89.384.176/0001-06
NOME EMPRESARIAL:	RADIO PAMPEANA LTDA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	CAROLINA CAMERANESI SANT ANA
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	PAULO ANTONIO MENDEZ SANT ANA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	THIAGO CAMERANESI SANT ANA
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 11/04/2024 às 16:50 (data e hora de Brasília).

7. Os registros administrativos de cadastro do canal devem ser mantidos pelo MCOM no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro^{\[5\]}](#), cujo Relatório do Canal está disponível no sítio da [Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel](#).

8. Nesse sentido, considerando (i) as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) a existência da Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 26 de abril de 2022 (3663593), com a anotação de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) a necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

9. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no § 3º do [art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do Decreto nº 11.329, de 2023, c/c art. 25 do Decreto nº 9.191, de 2017.

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

LEILA PRZYTAK
Assessora
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] Sucetida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM) conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Leila Przytyk, Assessor(a)**, em 16/04/2024, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 16/04/2024, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 16/04/2024, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5104968** e o código CRC **64963182** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.020217/2020-17

Nota SAJ - Radiodifusão nº 104 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	RÁDIO PAMPEANA LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	01250.020217/2020-17

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 01250.020217/2020-17, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO PAMPEANA LTDA** CNPJ nº 89.384.176/0001-06, na localidade de **Uruguiana/RS**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, em consonância com o disposto da NOTA TÉCNICA Nº 3876/2022/SEI-MCOM, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo, uma vez que a sua protocolização sucedeu no prazo legal vigente. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas

análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria nº 5583, de 13 de maio de 2022**, de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica^[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"*^[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM ^[4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.020217/2020-17, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

AMANDA MARQUES RIBEIRO

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Adjunta de Infraestrutura

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCELO WEICK POGLIESE

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República - Substituto

(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

^[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

^[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Marques Ribeiro, Estagiário(a)**, em 12/04/2024, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 12/04/2024, às 18:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 12/04/2024, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Weick Pogliese, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a)**, em 15/04/2024, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5107306** e o código CRC **D22A6503** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10.827, de 27 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 9 de novembro de 2023, que renova, a partir de 17 de maio de 2018, a concessão outorgada anteriormente conferida à Rádio Educadora do Tocantins Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Uruaçu, Estado de Goiás.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº XXX, de 7 de agosto de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 5.583, de 13 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 7 de julho de 2022, que renova, a partir de 8 de maio 2020, a permissão outorgada à Rádio Pampeana Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício (5958392).

Encaminhe-se ao Secretário Especial da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

SÉRGIO VIANA CAVALCANTE
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos, substituto
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República